

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

ISABELA DE VASCONCELLOS PIVA

*Sobre a recta ordenação das letras do Abcdario:*  
ortografia da língua portuguesa em obras setecentistas da Biblioteca do Caraça.

Mariana  
2016

ISABELA DE VASCONCELLOS PIVA

*Sobre a recta ordenação das letras do Alfabético:*  
ortografia da língua portuguesa em obras setecentistas da Biblioteca do Caraça.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio César Montanheiro (UFOP).

Mariana  
2016

P693s

Piva, Isabela de Vasconcellos.

Sobre a recta ordenação das letras do Abcdario: [manuscrito]: ortografia da língua portuguesa em obras setecentistas da Biblioteca do Caraça. / Isabela de Vasconcellos Piva. - 2016.

103f.: il.: color.

Orientador: Prof. Dr. Fábio César Montanheiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Língua Portuguesa.

1. Língua Portuguesa. 2. Ortografia Setecentista. 3. Caraça. I. Montanheiro, Fábio César. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 81'1:37



**Isabela de Vasconcellos Piva**

**SOBRE A RECTA ORDENAÇÃO DAS LETRAS DO ABCEDARIO: ortografia da  
língua portuguesa em obras setecentistas da Biblioteca do Caraça**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Aprovada em 31 de agosto de 2016 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

**Prof. Dr. Fábio César Montanheiro  
(Orientador da pesquisa)  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Alexandre Agnolon  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto  
Universidade de São Paulo - USP**

*Dedico este trabalho a todos os profissionais da  
educação que acreditam no poder do  
conhecimento da história para a compreensão  
do momento presente.*

## AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas, amigos, profissionais e instituições estiveram comigo durante o processo desta pesquisa e eu tenho em mim uma enorme gratidão por todas elas. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto pela formação de qualidade e à FAPEMIG pelo financiamento de minha pesquisa através da concessão de uma bolsa de estudos. Agradeço a todos os professores do PósLetras de quem tive a honra de ser aluna, especialmente as professoras Soelis do Prado Mendes, Leandra Antunes e Ana Paula Rocha, sempre muito atenciosas e gentis, e ao professor Alexandre Agnolon, pela generosidade na leitura dos meus textos e no momento de minha qualificação. Agradeço, ainda, ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto por aceitar compor a banca de minha defesa.

Ao Prof. Fábio César Montanheiro, um dos meus grandes mestres, minha imensa gratidão. Obrigada por me apresentar a Filologia, a Linguística Histórica, por me ensinar os caminhos da pesquisa e escrita acadêmica, sempre com rigor, seriedade e um enorme respeito pelas minhas escolhas, e por compartilhar de minha trajetória universitária desde a Iniciação Científica.

Meu agradecimento muito especial à bibliotecária da Biblioteca do Caraça, Vera Lúcia Garcia, que tão generosamente me guiou não só pelas estantes de livros, mas também pela história do Caraça.

Muito obrigada aos meus colegas organizadores do I SEMPO, em especial Leandro e Natália, foi uma experiência muito enriquecedora, tantas risadas e tantos apertos! Agradeço ao Luiz Martinho e ao Valmir, os grandes amigos que a graduação me trouxe, e à Madu, uma amizade incrível que chegou junto com o mestrado e que vai durar para sempre. Obrigada a todos os meus amigos, que compartilharam comigo o entusiasmo, os problemas, os sucessos, e até os momentos em que eu só sabia falar de ortografia, Gabrielly, Natassia, Victor, Alessandra e Thales, com vocês eu estou sempre transbordando de amor. Bruna, obrigada por me acompanhar mais de uma vez ao Caraça, por me auxiliar com as fotos e outras demandas da minha pesquisa de campo e pelo apoio moral que nunca faltou. Às meninas da República Rebu, muito obrigada pela energia positiva que vocês sempre me mandam. Agradeço, finalmente, a minha mãe, Carla, por ser energia e amor dentro de mim, por estar comigo e por nunca me deixar esquecer que sou livre e dona dos meus desejos.

## RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as ideias acerca da temática ortográfica da língua portuguesa vigente durante o século XVIII através da análise de um *corpus* de pesquisa constituído por livros destinados ao ensino de língua que se encontram no acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça, com destaque à Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar (1722), de Figueyredo. Localizado nos municípios de Catas Altas e Santa Bárbara (MG), o Complexo Santuário do Caraça pertence à Província Brasileira da Congregação da Missão e sua Biblioteca funciona, atualmente, no mesmo prédio que abrigou, desde o início do século XIX até meados do XX, o Colégio do Caraça, instituição educacional que se localiza entre as primeiras fundadas em Minas Gerais. O *corpus* analisado revela uma memória relacionada ao campo de pesquisa e, também, à representação gráfica da língua portuguesa no Setecentos, período intensamente marcado pela valorização do pensamento renascentista e pela etimologização ortográfica, isto é, pela busca da correção gráfica da língua portuguesa nos modelos latinos.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the ideas about the Portuguese spelling during the eighteenth century through the analysis of a research corpus consisted of language teaching books for which are in the Caraça Library's collection of rare works. Situated in between [the municipalities of] Catas Altas and Santa Barbara (MG), the Complexo Santuário do Caraça belongs to the Província Brasileira da Congregação da Missão. Its library is currently functioning in the same building that, since the early nineteenth century to the mid-twentieth, housed the Colégio do Caraça, educational institution that is one of the first founded in Minas Gerais. The analyzed corpus reveals a memory related to the research field and also the graphic writing of the Portuguese language in the eighteenth century, period that is intensely marked by the appreciation of Renaissance thought and the etymological spelling, which is the search of the graphic correction in the latin norm.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 Ortografia da língua portuguesa	15
2.1 Ortografia e a perspectiva normativa da língua	15
2.2 As variedades oral e escrita da língua	16
2.3 Grafia/ Ortografia	18
2.4 História da ortografia da língua portuguesa	25
2.5 A ortografia portuguesa no século XVIII	32
3 Especificidades do campo de pesquisa: das origens do Caraça ao Colégio	39
3.1 O Irmão Lourenço de Nossa Senhora e a construção do Caraça: o surgimento do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça	39
3.2 A fundação do Colégio do Caraça e seu percurso na história de Minas Gerais	42
3.2.1 O Colégio do Caraça entre os lugares em que se ensinava a ler, escrever e contar	44
3.2.2 O ensino de língua no Colégio do Caraça	49
3.3 A Biblioteca do Caraça e seu acervo de obras raras	51
3.3.1 Os livros e as obras raras	51
3.3.2 Critérios de raridade bibliográfica	55
3.3.3 Critérios de raridade bibliográfica adaptados e empregados no acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça	60

3. 3. 4 O acervo raro do Caraça	63
4 Ortografia da língua portuguesa no Caraça: análise de obras setecentistas que integram o acervo raro da Biblioteca do Caraça	70
4.1 As obras analisadas	71
4.2 <i>Que couza é Ortografia?</i> : acerca das definições	77
4.3 Os elementos linguísticos do domínio da ortografia e os exemplos	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	102

## INTRODUÇÃO

Filiada à Linha 1 - *Linguagem e Memória Cultural*, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto, esta dissertação de mestrado se concentra na discussão da temática ortográfica da Língua Portuguesa através do estudo de caso de obras setecentistas localizadas no interior do acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça (MG).

Quando chegamos ao Colégio do Caraça para buscarmos em sua biblioteca obras que abordassem o ensino de língua portuguesa, não sabíamos exatamente o que iríamos encontrar. Tínhamos conhecimento apenas da existência, no acervo de sua biblioteca, de um exemplar da *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* (FIGUEYREDO, 1722), obra que se destina, entre outros temas, ao ensino da ortografia. Como a Biblioteca do Caraça possui elevado número de títulos de obras gramaticais, ativemo-nos, então, àqueles classificados como obra rara, especificamente aos livros de ensino de língua do século XVIII e que tocassem na questão ortográfica. Nesse século encontra-se significativo número de estudiosos da língua portuguesa, o que reflete em intensa publicação de obras de caráter gramatical-ortográfico, como o *Compêndio de ortografia* de Monte Carmelo (1767), que revela acentuada consciência linguística, sobretudo no que se refere à variação (MAIA, 2001), e o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney (1746), obra de forte espírito normativo, purista em relação à língua portuguesa, o que revela um pensamento influenciado pelas luzes, conforme Gonçalves (2003).

No contexto brasileiro, tal período corresponde à época de formação das Minas, em que ocorre um desenvolvimento urbano e cultural devido ao crescente mercado aurífero do momento. É no século XVIII, ainda, que surgem os primeiros colégios mineiros e seu seminário diocesano, assim como o Hospício do Caraça, instituição que se converteria posteriormente em colégio.

A história do Caraça se iniciou com o Irmão Lourenço de Nossa Senhora, ermitão fundador do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça na segunda metade do século XVIII (CARRATO, 1963); após sua morte, a propriedade caracense foi transferida aos padres da Congregação da Missão, que lá estabelecem funções educacionais fundando, no ano de 1820, o Colégio do Caraça, instituição que se localiza entre as primeiras escolas mineiras, ao lado do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, do Colégio dos Padres Osórios e o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Em conformidade

com o currículo dos demais Colégios existentes no século XIX, no Colégio do Caraça os estudantes aprendiam sobretudo o Latim por meio da leitura das grandes obras da Antiguidade Clássica; além da Língua Latina, integravam o currículo do Colégio disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Francesa, Língua Inglesa, Retórica, Poética e Filosofia (ANDRADE, 2000).

Localizado nos municípios de Catas Altas e Santa Barbara (MG), o Complexo Santuário do Caraça possui área de 11.233 hectares e foi tombado no ano de 1955 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). É propriedade da Província Brasileira da Congregação da Missão – uma instituição católica – e conta com o Pe. Lauro Palú C.M. como diretor-presidente e com o Pe. Luís Carlos do Vale Fundão C.M. como diretor administrativo.

O prédio em que funcionava o Colégio sofreu um incêndio no ano de 1968, momento em que teve suas funções educacionais interrompidas. Atualmente, nas ruínas reconhecidas dessa construção estão localizadas a Biblioteca, o Museu, o Arquivo Histórico e Fotográfico do Caraça e um Centro de Convenções. Embora o arquivo pesquisado não se encontre inteiramente catalogado – essa é uma tarefa em andamento atualmente –, estima-se existam na Biblioteca do Caraça cerca de 30.000 livros, sendo cerca de 2.000 deles categorizados como raros. Para que essas obras fossem categorizadas como tal, foram empregados e adaptados os critérios de raridade bibliográfica da Biblioteca Nacional, que determinam, entre outras coisas, que se verifique o acervo em consonância com a história da instituição em que se formou, com o objetivo de se determinar o que pode ou não ser considerado como raro.

Entre as obras setecentistas do acervo de livros raros da biblioteca do Caraça, foram buscadas aquelas que versassem sobre o ensino de língua, que fossem escritos em língua portuguesa e que tratassem de questões ortográficas. Constatamos encontrarem-se nessa seção sobretudo obras de ensino de Latim, mas também de Português, Francês e Alemão.

Uma listagem de obras raras fornecida pelas bibliotecárias e dois livros de registro de entradas de obras no período entre 1700 e 1799 auxiliaram-nos no estabelecimento inicial do corpus, pois partir do contato com esses documentos, determinados títulos foram elencados como possibilidades e uma primeira listagem de obras setecentistas para o ensino de língua, constantes da seção de obras raras do Caraça, foi elaborada:

ALVARES, Manoel. *A arte da gramática*. Lisboa: Pedro Seixas, 1755.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. *Curiosas advertências da boa grammatica*. Lisboa Occidental: Na Officina Manoel Fernandes, 1736.

DICIONARIO da língua portuguesa. Lisboa: Academia Real des Sciences de Lisboa, 1793 v.1.

FAUDRAS, Carls. *Gramatica alemã*. Leipzig: J. Ph. Andrea, 1724.

FIGUEYREDO, Manoel de Andrade. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa Occidental: Officina Real Deslandes, 1722.

LAMATHE. *Lettres edif. Et curieuses*. Paris: Louis Guerin, 1759. Obs: formato 13X8 cm

PALAIRET, João. *Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas*. Obra muito util para aquelles, que se querem aperfeiçoar no Francez por cauza da multidaõ de materiais, que abraça. Jozé Vicente Rodrigues (Trad.). Porto: Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1788.

PEREYRA, P.D. Benedicto. *Prosodia in vocabularium bilinguæ*. Eboræ: Cum facultate superiorum, ex Typographia Academia, 1741.

PURIFICAÇAM, Raphael da. *Letras symbolicas e sibyllinas*. Lisboa: Officina Francisco da Silva, 1747. 544p. Obs: formato 16X10 cm

SÁ, Joaquim José da Costa. *Diccionario portugûês-francez et latino*. Lisboa: Off. Simão Taddeo, 1784. Obs: formato 29X20 cm

SEPTEM *linguarum léxicon latinum*. Patavii: J. Maufré, 1746. Obs: formato 36X26 cm

VERGOLINO, Antonio Pedro. *Novo methodo da gramatica latina*. Lisboa: Officina Francisco da Silva, 1747. 378p. Obs: formato 14X9cm

VERNEY, Luis Antonio. *Grammatica Latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas, que querem aprendella brevemente, e solidamente*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1775.

VOSSI, Gerard Joannis. *Latina gramatica*. Veneza: Joannem Baptista, 1728

Com auxílio e orientação das bibliotecárias, as estantes foram examinadas e os exemplares que se encontravam em condições de serem manuseados foram consultados. Contudo, nem todos os títulos acima foram localizados; já um deles, a *Nova Escola*, de Figueyredo, encontrava-se em permanente exposição. Quatro dos títulos acima foram selecionados para compor o *corpus* desta pesquisa, em função dos critérios expostos: Chorro (1736), Figueyredo (1722), Palairret (1788) e Verney (1775), sendo o segundo deles aquele sobre o qual nossas considerações recairão mais insistentemente.

No que diz respeito à ortografia enquanto sistema de regras que norteia a grafia, ela se associa aos *bons usos* da língua escrita, os usos de maior prestígio social, isto é, as formas empregadas pelos indivíduos pertencentes às camadas mais letradas da sociedade, a *norma culta* (CASTILHO, 2010). Desse modo, as regras ortográficas admitem a norma culta como modelo de correção em detrimento dos usos considerados como desvios do padrão – como os usos de escritores regionalistas (ROCHA LIMA, 2013) –, diferentemente do conceito de *grafia*, que constitui a representação escrita de um enunciado, ou palavra (DUBOIS *et al.*, 2011).

Desde início do século XX até os dias atuais, as normas da ortografia da Língua Portuguesa são fixadas através de leis ou decretos estabelecidos pelo Estado. Esse período é marcado pela publicação da *Ortografia Nacional*, de Viana (1904), e conhecido como *simplificado*, uma vez que admite grafias mais simplificadas se comparadas aos períodos anteriores (GARCIA, 1995). Desde a fase arcaica da língua portuguesa até o Quinhentos, vigora a *Ortografia fonética*, isto é, a busca da representação da língua falada na escrita o mais fielmente possível, o que leva a uma falta de padrão gráfico (COUTINHO, 1976). A partir do século XVIII, inicia-se o *Período Etimológico* da ortografia portuguesa, em que se busca nos clássicos greco-latinos a autoridade necessária para se defender o emprego de determinada grafia em lugar de outra. Durante o intervalo de tempo anterior ao século XX, compreendido entre o século XVI e o XIX, os padrões e as regras ortográficas e linguísticas de um modo geral são estabelecidos através da publicação de obras de cunho gramatical que, se destinam à prescrição da língua portuguesa

Integram este trabalho, além das partes introdutória e conclusiva, três capítulos: o segundo, intitulado *Ortografia da língua portuguesa*, trata do tema central desta pesquisa, a ortografia. Discute-se, então, conceitos e questões conexas, como o conceito de *ortografia*, a periodização da ortografia portuguesa, a concepção de ortografia do Setecentos.

O terceiro capítulo, *Especificidades do campo de pesquisa: das origens do Caraça ao Colégio*, concentra-se no campo de pesquisa deste trabalho: o Caraça, sua fundação enquanto

Hospício, o surgimento do Colégio, a interrupção de suas atividades; são abordadas também questões relativas ao ensino de língua em tal instituição.

No Capítulo 4, *Ortografia da Língua Portuguesa no Caraça: análise de obras setecentistas que integram o acervo raro da Biblioteca do Caraça*, são expostos e analisados os dados relacionados à temática da ortografia encontrados nas obras componentes do *corpus*. Ao final, podem ser encontradas, nos Anexos, fotos do Santuário do Caraça, suas construções, incluindo o prédio em que atualmente funciona a Biblioteca.

## 2 Ortografia da língua portuguesa

*P- Que utilidade se tira da escripta?*

*R- Não haverá pessoa alguma, que deixe de confessar, que ella seja de todas as sciências a mais util à sociedade. He a alma do commércio; a representação do passado; a regra do futuro; e o mensageiro dos nossos pensamentos. Em fim a escripta he a chave das artes, e sciencias; porque sem ella nada se póde fazer em estado algum da vida, principalmente nos paizes, em que se não susubsiste mais, que pelo commércio<sup>1</sup>*

### 2. 1 Ortografia e a perspectiva normativa da língua

À Gramática Normativa, ou Prescritiva, estão relacionados os usos linguísticos de maior prestígio social, como os encontrados em obras literárias consagradas, em textos científicos, em discursos realizados em situações formais, entre outros (ROCHA LIMA, 2013). Estabelece-se, sob a perspectiva gramatical normativa, um *ideal* linguístico constituído por regras que correspondam aos *bons usos* da língua (CASTILHO, 2010), isto é, que correspondam ao padrão compartilhado pelos falantes considerados socialmente como cultos. A esse padrão atribui-se o nome de *norma culta*.<sup>2</sup> É exatamente esse tipo de gramática que é empregado como instrumento do ensino formal da língua portuguesa, juntamente ao dicionário (CASTILHO, 2010; CAGLIARI, 2009).

Tendo em vista que a Gramática Normativa prescreve normas gramaticais que expressam um ideal de correção linguística e que ela admite somente uma forma correta para o uso da língua – a norma culta –, as variedades linguísticas constituem, então, corrupções, desvios do padrão, o que faz com que sejam abordadas como erros no interior das obras que

---

<sup>1</sup> PALAIRET (1788, p.49)

<sup>2</sup> Apenas o padrão culto é considerado pela Gramática Prescritiva ou Normativa: Castilho (2010) comenta o fato de que “[...] as sociedades humanas são restritivas a respeito da variação linguística, promovendo uma das variáveis, a culta, e discriminando a outra, a popular. O Estado e seu aparato de ensino são sensíveis a esse fato, e por isso a escola – que é uma das representações do Estado – privilegia em suas práticas a chamada norma culta.” (p.90). À norma é, então, atribuído um prestígio maior em detrimento das demais variedades.

se destinam à prescrição linguística. Assim, os escritores “[...] regionalistas acentuadamente típicos [...], por admiráveis que possam ser [...], não se prestam a abonar fatos da língua comum” (ROCHA LIMA, 2013, p.39).

Constituem a Gramática Prescritiva a *fonética* e *fonologia* – estudo tanto dos fonemas e de sua combinação e dos aspectos prosódicos da fala, como a entoação e o acento, quanto da *ortografia*, isto é, do estudo da fixação de “[...] um sistema estrito de grafia [...]” (CAMARA Jr, 2011, p.159); a *morfologia* – o estudo das formas, das estruturas e a classificação das palavras, e a *sintaxe* – o estudo da relação entre as palavras em uma oração, de uma oração dentro de um período segundo regras determinadas.

A *ortografia*, tema central deste trabalho, é um assunto permanentemente tratado pela Gramática Normativa, uma vez que é intimamente relacionado à “[...] variedade à qual a comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação” (CASTILHO, 2010, p.92), ou seja, ortografia relaciona-se à norma culta da língua. O contato com diversos tratados destinados ao ensino ou ao estudo da ortografia da língua portuguesa anteriores ao estabelecimento das leis ortográficas revela contestações de grafias usuais da língua, tentativas de correção de erros, que, frequentemente, induzem à produção de novos erros, e propostas de grafia que, de uma maneira geral, sempre foram rejeitadas pelos usuários da língua escrita. Ao analisar tal fato, Cagliari (2009) conclui: “[n]a história de todas as línguas, sempre há uma tradição que mostra um uso, que pode ser aceito ou não pelos ortógrafos” (p.17).

Um sistema ortográfico uniforme, comenta Castilho (2010), é necessário a todas as línguas de grande circulação por possibilitar, no sentido de facilitar, a circulação de textos escritos, sobretudo quando elas são usadas em mais de uma região geográfica. Dessa maneira, observa-se que o conceito de *ortografia* se relaciona à variedade escrita da língua, variedade caracterizada por um maior conservadorismo linguístico, em contraposição à modalidade falada (FARACO, 2005).

## **2. 2 As variedades oral e escrita da língua**

A comparação das variedades falada e escrita da língua, segundo Faraco (2005), pode evidenciar ocorrências inovadoras difundidas na fala que não foram inseridas na escrita; porém, em determinados casos, no lugar de mudanças, as diferenças entre a fala e a escrita

decorrem simplesmente de características próprias da oralidade em oposição às características particulares da escrita. Castilho (2010) discute a equivalência das duas modalidades linguísticas afirmando que o sistema gráfico busca um objetivo que nunca será alcançado: “aproximar a língua escrita da língua falada” (p.92). Para tanto, basta pensar na variedade de pronúncias de uma língua falada em um país: não há uma representação escrita para cada pronúncia de uma mesma palavra, por exemplo. Dessa maneira, a grafia pode ser considerada uma “abstratização da execução linguística que assegura a intercompreensão” (CASTILHO, 2010, p.92), e que não modifica a língua falada (CAGLIARI, 2009).

Concordando com a noção de abstratização da língua relacionada à escrita proposta por Castilho (2010), Cagliari (2009) defende que a língua escrita “neutraliza” determinados aspectos da língua falada – “[...] quem escreve sabe o que fazer na escrita, colocando lá [...] marcas “visuais” que, de fato, não seriam necessárias, como acontece com outros fatos da linguagem oral não transportados para a escrita” (p.33) – justamente porque, nela, há uma notável flutuação no que se refere à pronúncia. Neutralizando-se as variações dialetais, os textos escritos tornam-se mais uniformes e, assim, tornam-se passíveis de leitura por um grande público.

Em língua francesa, por exemplo, a oralidade representa fatos morfológicos e sintáticos – como a concordância – sintaticamente ou semanticamente, e não foneticamente; a escrita por sua vez, marca a concordância em francês visualmente, recuperando determinadas marcas gramaticais através de sua representação gráfica (CAGLIARI, 2009). Algumas ocorrências próprias da linguagem oral não são transferidos para a linguagem escrita, por exemplo, os aspectos prosódicos<sup>3</sup>.

A variedade falada e a variedade escrita constituem, então, duas modalidades distintas de uma língua: nas línguas naturais, comenta Martin (1996), o código oral é anterior ao escrito. A fala pode fluir de maneira natural em determinadas situações em que “[...] o escrito solicita constantemente a função epilinguística” (p.54). Assim, cada uma das variedades possui especificidades que não necessariamente indicam uma simplificação da escrita por parte da oralidade. Determinadas estruturas sintáticas não são adequadas à fala, “[...] (por não serem compatíveis com os limites da memória curta, com a qual operamos na fala) [...]” (FARACO, 2005, p.27), como as sentenças longas que contêm intercalações de outras

---

<sup>3</sup> De acordo com Camara Jr. (2011), a prosódia é a parte da fonética e fonologia “[...] referente aos caracteres da emissão vogal que se acrescentam à articulação propriamente dita dos sons da fala, como em português o acento e a entoação (p.251-252). Assim, quando Cagliari (2009) diz que determinados aspectos prosódicos, por exemplo, não são representados na escrita, isso significa que aspectos referentes à entoação, ou ao ritmo, são particulares da fala e não são transportados para a representação gráfica.

sentenças. Isso não significa que o vernáculo<sup>4</sup> descomplexifica a escrita, e sim que os processos sintáticos, por exemplo, são realizados de uma maneira na fala e de outra maneira na escrita.

Faraco (2005) aponta para duas peculiaridades da língua escrita que podem ser consideradas como motivações para seu conservadorismo:

[p]rimeiro, o próprio fato de a escrita, realizando-se por meio de uma substância mais duradoura que o som, ter uma dimensão de permanência que, em geral, falta à língua falada [...]. Segundo, as atividades escritas estão, em sua maioria, ligados a contextos sociais marcados de formalidade [...]. (p.25-26)

A “permanência”, “durabilidade”, “convencionalidade” ou “especificidade” (GONÇALVES, 2003, p.18) constituem parte da natureza da escrita. A dimensão de permanência atribuída à língua escrita – associada ao fato de que ela se manifesta em materiais cuja durabilidade é maior do que a da fala, do som – favorece um controle social mais acentuado sobre a grafia do que sobre a fala. Faraco (2005) considera que do caráter permanente da grafia decorre uma maior preservação de padrões linguísticos tradicionais e, conseqüentemente, um bloqueio do uso de formas inovadoras. O autor ainda recorre aos estudos sociolinguistas para comentar a relação entre o caráter conservador da escrita e as situações em que normalmente essa variedade é empregada socialmente: em sua maioria, as atividades escritas estão relacionadas a contextos sociais formais, e “[...] os estudos sociolinguísticos mostram que há uma forte correlação entre situações formais e o uso preferencial de formas linguísticas mais conservadoras” (p.26) em detrimento de formas originárias da língua falada.

### 2. 3 Grafia / Ortografia

---

4 Faraco (2005) define vernáculo como “[...] língua falada espontânea” (p.2). Camara Jr. (2011) complementa a ideia considerando que o vernáculo é um nome dado à língua nacional “[...] pelos seus próprios falantes, a fim de se acentuarem os aspectos característicos e distintivos em confronto com as línguas estrangeiras” (p.299). Ao vernáculo se associam tanto a espontaneidade da fala quanto os traços distintivos de uma língua em relação a outra.

O domínio da língua escrita integra, entre diversos outros, os conceitos de *grafia* e *ortografia*, conceitos que podem ser tratados sem distinção na metalinguagem dos estudiosos apesar de carregarem ideias distintas. É frequente, na bibliografia existente, que o termo *grafia* receba definições que frequentemente o restringem às ideias de *grafema* e *alógrafo*<sup>5</sup>. De um modo geral, *grafia* constitui “toda representação escrita de um enunciado” (GONÇALVES, 2003, p.18) enquanto *ortografia* se associa à noção de norma, de adequação a um sistema gráfico.

Restringindo o campo à escrita alfabética, de que se servem as sociedades ocidentais, Megale *et al.* (2007) consideram apropriado conceber o termo *grafia* como *sistema de escrita*:

O mais amplo associa grupos de línguas, seguindo-se os que se ocupam de uma língua determinada, da escrita em algum período da história de uma língua, e da privativa de um grupo de escribas até um sistema específico de apenas um escriba (MEGALE *et al.*, 2007, p.128)

Podem ser encontradas referências à escrita ibérica enquanto grupo de línguas da Península Ibérica; ao sistema de escrita que usa o alfabeto cirílico, de que se valem diversas línguas eslavas, por exemplo. O sistema de escrita da língua grega, da língua portuguesa, entre outros, exemplifica o caso de uma única língua e, finalmente, como sistema coletivo de escribas de uma mesma língua, Megale *et al.* (2007) chamam a atenção, entre outros casos, ao sistema de escrita notarial no Brasil durante o século XVII, “[...] também conhecidos como uma escola, um conjunto de escribas de determinados *scriptorium*, ou de determinada profissão de escrever, num recorte de tempo da história de uma língua” (p.129)

A noção de *sistema gráfico*, ou *sistema de escrita*, diz respeito à comunicação humana por meio de signos escritos. É constituído por unidades gráficas que carregam uma determinada função linguística – uma vez que “só há escrita se ela remeter à(s) língua(s)” (GONÇALVES, 2003, p.19) –, e é integrado por dois planos, o *alfabético* e o *extra-alfabético*.

---

<sup>5</sup> Grafema: “designa os termos gráficos unos, constituídos por traços gráficos distintivos, que nos permitem entender visualmente as palavras na língua escrita, da mesma sorte que os fonemas nos permitem entendê-las, auditivamente na língua oral” (CAMARA Jr, 2011, p.158)

Alógrafo: “variante do grafema” (MEGALE *et al.*, 2007, p.130), no sentido de constituir uma variação da forma de determinados grafemas devido a um contexto, como diferentes representações gráficas de um mesmo som.

No interior do plano alfabético de um sistema gráfico são estabelecidas diversas relações: as relações *fonográficas*, que se dão entre um sinal gráfico, ou o grafema, e uma unidade fônica, o fonema; as relações *morfogramáticas*, que ocorrem entre o grafema e um segmento do enunciado ao qual se atribui alguma função gramatical – como o caso da marcação de feminino e plural na língua francesa. Há, ainda, as relações *semanticográficas*, que ocorrem entre os sinais gráficos e uma unidade e, finalmente, as relações entre as formas gráficas e unidades linguísticas originárias do plano da expressão e do conteúdo – a essas relações denomina-se *ideográficas*. Enquanto ao plano alfabético estão associadas as formas tradicionalmente conhecidas como alfabeto, o plano extra-alfabético abrange as unidades auxiliares do alfabeto: os *singrafemas*, como os sinais de pontuação, conforme Gonçalves (2003).

Para o estudo da escrita alfabética, faz-se necessária uma conciliação de noções *fonológicas, morfológicas, lexicais, semânticas, neurológicas e cognitivas* com uma dimensão prática da língua, a do envolvimento do falante com o texto escrito, comenta Marquilhas (2003). Isso se deve ao fato de que concebe-se o termo *grafia* como a forma representativa da “[...] codificação de uma unidade fonológica, morfológica, lexical ou supra-segmental<sup>6</sup>” (MEGALE *et al.*, 2007, p.129) pressupondo-se que há um conjunto de regras para tal codificação.

Nem toda grafia necessariamente obedece a regras ortográficas, o que não faz com que deixe de se constituir como uma forma de grafia e, ainda, torna o conceito de grafia mais amplo do que a noção de ortografia, conforme propõem Dubois *et al.* (2011):

Designa-se por *grafia* toda representação escrita de uma palavra ou de um enunciado. Toda ortografia de uma palavra é uma grafia: assim, *fallamos* por *falamos* é uma grafia errada, mas ainda assim uma grafia. A transcrição em alfabeto fonético de chá por [ʃa] é também uma grafia. Essa palavra grafia pode ser associada à noção de ortografia, ou oposta a ela (p.313)

As regras ortográficas constituem critérios de correção fundamentados em uma norma, e não critérios para a forma gráfica, de outro modo, qualquer escrita que se afaste das regras

---

<sup>6</sup> Supra-segmental, ou suprasegmental, é a denominação dada a todo o elemento que modifica um segmento, sendo que esses correspondem a sons definidos pelo alfabeto fonético. (CAGLIARI, 1992)

de ortografia não poderia ser considerada como grafia, ideia que, de acordo com Megale *et al.* (2007), não atende a nenhum interesse científico.

Sob uma perspectiva experimental, em que se considera a aprendizagem, a escrita alfabética, enquanto *sistema de representação*, possui duas dimensões, sugeridas por Marquilhas (2003): uma dimensão *abstrata* e uma dimensão *institucional*:

A investida experimental tem tido várias frentes desde a década de 70, e o seu resultado cumulativo é uma noção de escrita alfabética enquanto sistema representacional integrado por princípios abstractos que se adquirem sequencialmente, entre os quais, o da arbitrariedade das formas gráficas, o da linearidade da sua organização e o da sistematicidade da sua relação com estruturas da língua (MARQUILHAS, 2003, p.287)

Enquanto as questões linguísticas relacionadas ao ensino e aprendizado da língua vernácula não são demasiadamente abordadas no ambiente escolar, comenta Cavaliere (2009), a variedade escrita da língua é contemplada de maneira mais ampla nesse ambiente, afinal, à escrita se associam os usos linguísticos mais conservadores e formais, como já discutido anteriormente, e a instituição da escola tem o interesse de ensinar a norma da língua através de seus instrumentos principais, a Gramática Normativa e o dicionário.

Dessa maneira, no que se refere à aquisição da escrita pelas crianças, Marquilhas (2003) considera que a dimensão abstrata da escrita – que envolve as noções de arbitrariedade, linearidade dos sinais gráficos e, ainda, de sistematicidade da relação desses sinais com as estruturas linguísticas – é mais acessível se comparada à dimensão institucional da escrita, que é a ortografia: anteriormente ao aprendizado das normas ortográficas, as crianças iniciam o processo de aprendizado da escrita adquirindo os preceitos da arbitrariedade, em seguida, os da ordenação das formas gráficas, da correspondência entre essas formas e unidades fonológicas superiores ao segmento – os segmentos, nesse contexto, normalmente constituem as sílabas. Somente após esse processo, antes de apreender o princípio fonográfico – que constitui a correspondência letra-segmento – é que as crianças passam a reconhecer as combinações de letras pertencentes a um conjunto de regras ortográficas. A consideração das dimensões abstrata e institucional da escrita alfabética, sugerida pela autora, contrasta as noções grafia e ortografia, o que é de grande pertinência à compreensão de tais conceitos

O termo *ortografia* é composto de duas palavras gregas que significam respectivamente “correto” e “escrita”. Tal definição, proposta por Cagliari (2009), invoca o

étimo da palavra, assim como acontece desde as primeiras publicações de obras que, sob nomenclaturas diversas<sup>7</sup>, destinavam-se à normatização da língua portuguesa. Leão (1576), um dos portugueses pioneiros na publicação de obras dessa natureza, afirma que

Orthographia he sciencia de bem escrever qualquer lingoagem: porque per ella hão de escrever as palavras. E diz se de orthos, que quer dizer directo, & grapho, escrevo, como se dixessemos sciencia de directa mente escrever (p.1, grifo nosso)

No século XVIII, Bluteau (1728) também recorre à origem grega do termo para defini-lo:

[Ortografia] [d]erivase do Grego Orthos, Recto & Grapho, Ecrevo & assim Orthographia vem a ser a, Arte de escrever as vozes, com as letras convenientes à sua origem, & recta pronunciação, que o uso tem introduzido (p.125)

Ao passo que a grafia consiste na forma gráfica assumida por uma unidade linguística, a ortografia carrega um caráter normativo em relação a ela. A ortografia constitui uma grafia distinta, preferida entre outras segundo determinados critérios ou princípios (GONÇALVES, 2003). Na mesma direção segue Dubois *et. al.* (1978):

O conceito de ortografia implica o reconhecimento de uma norma escrita com relação à qual se julga a adequação das formas que realizam os indivíduos que escrevem uma língua; a ortografia supõe que se distinguem formas corretas e formas incorretas numa língua escrita, contrariamente à

---

<sup>7</sup> *Gramática*: “Tratado ou estudo das normas e fatos relativos à linguagem escrita e falada. Livro que trata essa matéria. Uso correto de uma língua, tanto escrita quanto falada” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.364);

*Tratado*: “Documento que apresenta uma exposição sistemática num determinado domínio do conhecimento, de uma forma tão completa quanto possível. Pela sua própria natureza, o tratado reproduz as doutrinas e opiniões dominantes sobre o tema em questão mas é, simultaneamente, uma obra de análise construtiva, de exame e de crítica” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.712);

*Compêndio*: “Obra, geralmente destinada ao ensino, na qual se expõem, sucintamente, os princípios de uma ciência ou arte. Obra que apresenta de forma breve e sumária, oralmente ou por escrito, de modo condensado, os pontos principais de uma obra de maior volume; livro de texto escolar; manual. Obra que versa determinado assunto de forma breve ou em linhas gerais. Resumo, síntese” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.182).

*grafia*, que não implica a referência a uma norma gramatical (p.445, grifo nosso).

Relaciona-se, então, ao conceito de ortografia a admissão de uma única forma correta para a escrita, isto é, de uma única *norma*, noção que justifica o fato de as normas ortográficas serem regularmente tratadas pelas Gramáticas Normativas. A ortografia neutraliza a variação linguística – conforme discutido no item 2.2 – uma vez que se baseia em uma norma para determinar quais formas são corretas e quais não são aceitáveis. Dessa forma, espera-se que falantes de uma determinada língua – ainda que de variedades diferentes – sejam capazes de ler uma mensagem nela escrita em diferentes espaços geográficos ou diferentes tempos.

Outra função da ortografia, que também se liga ao caráter neutralizador da variação dialetal, “[...] é a categorização funcional das letras. É a ortografia, e não o alfabeto, que determina que som uma letra tem” (CAGLIARI, 2009, p.40). A partir dessa ideia, assume-se que o alfabeto somente fornece nome às letras e indica o som que normalmente é associado a elas. Uma palavra escrita conforme regras ortográficas pode ser lida de diversas maneiras, considerando-se que todos os falantes de uma língua são capazes de pronunciá-la e que existem diferentes pronúncias, uma vez que a variação dialetal é neutralizada pela ortografia, assim, as diferenças podem mostrar o valor, ou valores fonéticos que as letras possuem. Dessa maneira, Cagliari (2009) considera que a função básica da ortografia, bem como a de todo sistema de escrita, é a de permitir a leitura.

Devido ao fato de existir “[...] relação genética entre as escritas ideográficas e as silábicas e entre as silábicas e as segmentais [...]” (MARQUILHAS, 2003, p.288-289), cada etapa de desenvolvimento de um sistema de escrita pode ser considerado como uma nova ortografia. É importante ressaltar que, neste ponto, a autora se refere a “sistemas de escrita importados” (p.289); assim, por meio de um complexo processo de adaptação entre um sistema gráfico “emprestado” e o contexto histórico, cultural e linguístico que o recebeu, cada novo sistema que surge pode se caracterizar como uma nova ortografia:

Segundo essa perspectiva, a escrita cuneiforme (silábica) teria começado por ser uma ortografia da escrita pictográfica, a escrita consonântica semítica, uma ortografia da cuneiforme, e a alfabética grega, uma ortografia da semítica, resultando no final de cada adaptação uma alteração nos princípios do sistema importado. (MARQUILHAS, 2003, p.289)

Essa seria, então, uma concepção mais ampla de ortografia, um conceito lato, que se diferencia de um sentido que envolve a noção de uniformidade, surgido no Ocidente em um contexto histórico mais recente. A abordagem da ideia de *ortografia uniforme* remete ao estabelecimento de regras por parte de uma *instituição* poderosa o suficiente para fazê-lo: o Estado, que constitui uma centralização de instituições.

Nesse sentido, a ortografia uniforme se estabelece através de alguma tradição e se legitima através de algum decreto, ou lei, que lhe conferem legitimidade e remetem à sua dimensão social, uma vez que as normas de escrita só fazem sentido se compartilhadas por um grupo na sociedade. No caso da língua portuguesa, a grafia é “[...] a única manifestação da língua regulamentada por leis específicas” (CASTILHO, 2010, p.92)

Relacionada diretamente à ideia de tradição, a ortografia também se relaciona com a variação linguística, uma vez que, em cada momento da história, há formas consideradas como norma. A ortografia envolve, então, as noções de *historicidade*, *legitimidade* e *normatividade* (GONÇALVES, 2003; MARQUILHAS, 2003). Isso significa que ela se adapta às demandas que se apresentam ao longo da história em cada sociedade, através da ação direta do homem, uma vez que nos diversos momentos do *continuum* histórico, “cada língua apresenta uma configuração complexa, é um ‘diassistema’ ou ‘arquissistema’” (MAIA, 2001, p.35). Dessa maneira, cada contexto cultural determina os princípios ou convenções ortográficas de sua época, o que faz com que a abordagem de tal tema demande uma perspectiva diacrônica da escrita.

No que se refere à presença de abordagem ortográfica nas obras, verifica-se que ortografia pode ser tratada como parte da gramática de um modo geral, ou pode ser ligada a ela de modo mais indireto (GONÇALVES, 2003). Cavaliere (2009) comenta que, em obras setecentistas, a ortografia pode ser tratada como umas das grandes partes constituintes da gramática: *Prosódia*, *Ortografia*, *Sintaxe* e *Etimologia*. No mesmo século, encontra-se, ainda, o tratamento das regras ortográficas ligadas à *fonologia*. No século XX, Ali (1966) trata do assunto ao final de sua Gramática Secundária, apresentando o Sistema Ortográfico de 1943 de forma puramente expositiva. Anteriormente às normas de 1943, o autor trata da *pontuação*, da *vírgula*, do *ponto e vírgula*, dos *dois pontos*, do *ponto final*, do *ponto de interrogação* e de *exclamação*, das *aspas*, das *reticências*, dos *parênteses*, do *asterisco*, do *travessão* e do *parágrafo*, sendo que, ao início da abordagem desses aspectos, Ali (1966) observa que “[...] entendem alguns gramáticos que o conceito de pontuação deve abranger também o emprego

das notações ortográficas, acento, til, traço d'união, apóstrofos, de que tratamos em outra parte deste compêndio” (p.228).

Enfocando-se precisamente a língua portuguesa, a ortografia se associa à ideia de uniformidade e recebe alguma regulamentação em tempos recentes, no século XIX. Nas palavras de Coutinho (1976): “[n]ão será estranha a nossa afirmação de que a ortografia portuguesa nunca foi uniforme a quem quer que se tenha consagrado ao seu estudo” (p.71). Gonçalves (2003) acrescenta que os manuais ortográficos de língua portuguesa dispensam a tal tema um tratamento por vezes displicente – o mesmo tratamento dado a assuntos considerados inferiores –, e, em outras ocasiões, a ortografia é tratada com mais gravidade, como um tema de significativa relevância para a língua portuguesa.

Em manuais intitulados *Ortografia*, do Setecentos ao Oitocentos – período pesquisado por Gonçalves (2003) –, são abordados temas de natureza linguística diversas, além do indicado no título, como aspectos considerados como dificuldades da língua portuguesa – os sons, flexão nominal, flexão verbal, as partes do discurso, a formação de palavras e etc. Explica-se, então, como a ortografia pode causar controvérsia nas seções destinadas ao seu tratamento, podendo ser considerada como “espécie de repositório das dificuldades da língua” (GONÇALVES, 2003, p.219).

## **2.4 História da ortografia da língua portuguesa**

A bibliografia existente sobre o assunto trata da ortografia portuguesa dividindo sua história em três períodos: o *período fonético*, o *período pseudo-etimológico* e o *período simplificado*. O *período fonético* corresponderia ao início do sistema gráfico das línguas românicas – inclusive da língua portuguesa – (BECHARA, 2009), que equivale à fase arcaica do português, iniciando-se com os primeiros documentos redigidos em língua portuguesa, desenrolando-se até o século XVI. Nesse intervalo de tempo, é possível se considerar que questões relativas à correção gráfica giravam em torno de se representar a língua falada o mais fielmente possível na escrita. As vogais dobradas, por exemplo, se dariam em função da queda da consoante medial existente no latim e são grafadas de tal forma pois se “[...] proferiam distintamente” (DUBOIS *et. al.*, 1978, p.446); a nasalização de vogais poderia ser representada de maneiras diversas, como por ~ (til), por ‘’ (acentos duplos), por *m* e *n* e pode,

até mesmo, não ser representada por nenhuma marca como em *divisoes*, considera Coutinho (1976):

*M e n empregavam-se indistintamente antes de consoante, o que serve de atestar igualdade de valor fonético: omrra, omde, canbho, senpre. Sobre as vogais nasais nota-se o sinal duplo ‘’, que parece indicar nasalização: máós = mãos, oméés = homens; este sinal, entretanto, usa-se também sobre as vogais orais: Bragáá = Braga, séér = seer (p.73).*

Devido às influências das diferenças dialetais, da língua latina, do castelhano e também à negligência de determinados autores e copistas, o período fonético pode ser caracterizado por uma ausência de padrão gráfico. Durante o período de dominação romana na Península Ibérica até a Idade Média, o latim se expande e ganha cada vez mais prestígio social, sendo a língua oficial de documentos escritos e a língua estudada pelos gramáticos. A língua latina mantém uma relação estreita entre fonema e grafema – “cada fonema era representado por uma única letra e cada letra representava um único fonema” (GARCIA, 1995, p.5) –, e, mesmo com as transformações ocorridas com o latim vulgar, a ortografia latina conserva essa estrita relação entre grafema e fonema.

A partir do século XV, as línguas românicas progressivamente se expandem e se oficializam devido a diversos fatores históricos, como o advento da imprensa – no século XV, a invenção da imprensa por tipos móveis possibilitou significativo avanço relativo à divulgação, à circulação de textos e ao aumento do público leitor, como comenta Burke (2002) – e o Renascimento, período histórico em que se buscam referências culturais na Antiguidade greco-romana e, conseqüentemente, em que há um aumento no interesse pelo passado das línguas românicas e pelos estudos etimológicos (GONÇALVES, 2009/2010).

No início do período dos livros impressos, as línguas românicas tiveram de adaptar o alfabeto latino a seus novos sistemas fonético/fonológico, comenta Bechara (2009); assim, é possível relativizar essa característica *fonética* do início do período em questão: tal denominação pode ser compreendida somente como contraponto à demasia etimologizante que se estabelecerá no século XVI sob a influência dos ideais Renascentistas na Europa.

Em função do surgimento de novos fonemas das línguas românicas, que não existiam na língua latina, os gramáticos portugueses se veem diante de uma situação em que não se podem mais valer da gramática do latim como antes e procuram soluções para o problema ortográfico que surge, o da *correta representação dos novos sons*. “As soluções encontradas

[...] têm um caráter marcadamente fonético, ou seja, procura-se escrever, na medida do possível, da maneira que se pronuncia” (GARCIA, 1995, p.9). A ortografia de orientação fonética, então, não mais seria capaz de satisfazer as necessidades que se impõem com as mudanças advindas da evolução do latim para as línguas neo-latinas, o que faria com que a escrita deixasse de representar a pronúncia e acabasse por representar outras ocorrências da língua (DUBOIS *et. al.*, 1978).

No século XVI, então, se inicia o *período pseudo-etimológico* da ortografia da língua portuguesa, que se estenderá até o início século XX. A língua portuguesa, enquanto língua românica em ascensão, tem seu emprego como língua oficial em documentos régios e oficiais intensificado, causando um gradual desprestígio da língua latina, o que Bechara (2009) considera como contexto favorável ao estabelecimento do eruditismo clássico etimológico na ortografia.

Gonçalves (2003) comenta que

[a]s duas *formae mentis* setecentistas – o barroco e o neoclassicismo – parecem estar subjacentes ao estado das ideias ortográficas nesse século: a primeira, pela fantasia e exagerado capricho das formas, a segunda, pelo retorno à matriz clássica, quer formal quer temática, numa espécie de contradição aparente entre a revitalização do modelo dos Antigos, por um lado, e, por outro, a restituição da língua à sua autenticidade pela recuperação da vernaculidade espelhada nos clássicos portugueses do século XVI (p.26).

Valoriza-se, no Setecentos, o princípio etimológico em detrimento do fonético para a ortografia portuguesa – o que pode significar um abandono da simplicidade fonética e uma crescente busca pela representação escrita na origem da língua portuguesa, que ocasionaria uma valorização das formas gráficas latinas, gregas e até francesas. Verney (1746) aponta o idioma francês, e também o italiano<sup>8</sup>, como idiomas em que circulavam novidades científicas e renascentistas, daí a valorização de suas formas ortográficas e a recomendação de seu aprendizado.

A influência etimológica se alarga de maneira que os aspectos gráficos do latim não recaiam somente sobre os novos vocábulos, mas também sobre as formas vulgares, que

---

<sup>8</sup> Gonçalves (2009/2010) justifica a referência ao idioma italiano no Verdadeiro Método de Estudar de Verney (1746) mencionando a longa permanência do autor na Itália durante sua vida. Por isso, então, Verney (1746) carrega forte influência de autores italianos em seu pensamento, “[...] conforme atestam as sempre elogiosas referências aos ‘nossos italianos’” (GONÇALVES, 2009/2010, p.91-92)

sofrem alterações, recuperam sua origem latina e transformam sua ortografia, avalia Coutinho (1976). Dessa maneira, a grafia de uma palavra poderia ser modificada com o objetivo de se restabelecer uma grafia latina, como em “[...] *digno*, o *g* foi introduzido no período clássico (período pseudo-etimológico da ortografia portuguesa), por motivos etimológicos (a palavra pronunciava-se [dino])” (DUBOIS *et. al.*, 1978, p.446). Na língua francesa, por exemplo, a tendência etimologizante influencia a procura de laços genéticos existentes entre determinadas palavras e as formas latinas correspondentes, como em *temps* – pronunciado [tã] – várias letras são mantidas na grafia para remeter ao étimo latino da palavra *tempus* (DUBOIS *et. al.*, 1978).

Ao longo do período chamado pseudo-etimológico são publicados os primeiros tratados que abordam o tema da ortografia portuguesa: Pêro Magalhães Gândavo publica, em 1574, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*<sup>9</sup>, e Duarte Nunes de Leão, em 1576, publica a *Ortografia da língua portuguesa*<sup>10</sup>. Já no século XVII vem a público a *Ortografia da língua portuguesa* de Barreto (1671), obra que servirá de fundamentação para outras no século seguinte.

Um dos mais importantes ortografistas da língua portuguesa, João de Moraes Madureira Feijó, publica, na primeira metade do século XVIII, a *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar a Língua Portuguesa* (1734), obra que alcançou grande repercussão e prestígio em Portugal (GONÇALVES, 2003). Ainda no Setecentos, no ano de 1767, Monte Carmelo publica seu *Compêndio de ortografia*<sup>11</sup>.

Uma relevante questão que se impõe à etimologização ortográfica é que determinados fonemas latinos “*deixam de soar*” ou “*soam diferentemente* do que soavam ao tempo em que vigorava a língua padrão” (GARCIA, 1995, p.22). Esse problema torna a grafia da língua portuguesa sobrecarregada de letras “desnecessárias” que, alerta Garcia (1995), podem induzir a interpretações incorretas e a enganos relativos à pronúncia, “como é o caso de

<sup>9</sup> Título completo: *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (GANDAVO, 1574)

<sup>10</sup> Título completo: *Orthographia da Lingoa Portuguesa: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem escrever a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaelquer outras, que da Latina teem origem* (LEÃO, 1576)

<sup>11</sup> Título completo: *Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e noas regras, para que em todas as Provincias, e dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosodia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa: Accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem alguma necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios, e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se devem corrigir, ou evitar. Lisboa: (MONTE CARMELO, 1767).*

*Aggrippa, psalmo, effectuar*, por um lado, e *effecto* (que soava *efeito*), *cholera* (que soava *cólera*) e *trimpfo* (que soava *triunfo*), por outro lado (p.22).

A fidelidade à pureza da língua demanda um conhecimento extremamente amplo acerca da etimologia das palavras – outro problema relativo à ortografia etimológica – o que poderia constituir um obstáculo ao público, aos usuários da língua escrita e, igualmente, aos estudiosos da época (SILVA NETO, 1988; GARCIA, 1995). Nesse sentido, Garcia (1995) considera o período pseudo-etimológico da ortografia portuguesa essencialmente *anacrônico* e marcado por um amplo distanciamento entre o vernáculo e a escrita.

Contudo, considerando-se o pensamento renascentista do Setecentos como significativo aspecto cultural do período, que o caracteriza pela exaltação dos Antigos, as ideias pseudo-etimológicas divulgadas pelos gramáticos e ortógrafos setecentistas estão devidamente localizadas em seu tempo. Observe-se o que Monte Carmelo (1767), em seu *Prólogo Apologético*, observa acerca da orientação etimológica da ortografia em relação à oralidade:

Nam te-cause perplexidade aquelle argumento vulgar, isto he, que devendo a *Orthografia*, ou *Recta Escritura*, substituir fielmente nossa *Orthologia*, ou a *Recta Prolaçam das Letras*, e *Vocabulos*, he superfluo escrever duplicadas as *Consoantes* da mesma especie, porque nam as distinguimos na pronúncia. Porquanto muitas coisas se-escrevem, que nam significam *Voz* algũa, mas unicamente servem para explicar aos *Leitores* o *conceito* de quem escreve, com sam *Virgulas*, *Pontos*, &c. Assim tambem as *Consoantes* duplicadas insinúamaos *Leitores* a *Etymologia*, e propria *Significaçam* dos *Vocabulos*, para que percêbam claramente o *conceito* dos *Escritores* (s/p)

Posteriormente, a ortografia etimológica viria a ser alvo de crítica de determinados gramáticos. Inseridos em um contexto diferente daquele em que se localizam os ortógrafos das luzes, os estudiosos dos últimos decênios do século XIX e do início do XX partilham uma cultura de transição em que a *ciência*, tal como é compreendida na atualidade, passa a tomar o lugar da *arte*: a gramática que, durante o período medieval, integra o *Trivium* das Artes Liberais da Idade Média – *Gramática, Retórica e Lógica* – (MEIRINHOS, 2009) passa a ganhar um caráter investigativo que lhe confere cientificidade, atenta Cavaliere (2009, p.153).

Ao final do Oitocentos, o sistema gráfico vigente, tanto em Portugal como no Brasil, constitui uma “[...] norma reconciliadora entre as tendências etimologizante e fonética, incluindo ainda fortes traços pseudoetimológico” (KEMMLER, 2009, p.53). A partir do

século XX, a ortografia passa a ser estabelecida por uma instituição, o governo, e não mais por indivíduos, como acontece nos períodos fonético e etimológico. O período etimológico, então, chega ao fim para dar lugar ao *período simplificado* da ortografia portuguesa, que vigora até os dias atuais.

O século XX, então, conhece na *Ortografia Nacional*, de autoria de Viana (1904) o expoente da cientificidade no estudo gramatical (BECHARA, 2009). Forte defensor de uma *simplificação* ortográfica, Viana (1904, p.8) se posiciona contrariamente à ortografia etimológica:

Estou muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto.

Na obra de Viana (1904) se encontra uma investigação minuciosa acerca da fonética e fonologia do português e, ainda, a elaboração de um princípio ortográfico mais simplificado em relação aos anteriores (GARCIA, 1995), que fornecerá as bases para a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa. Em 1911, o governo português nomeia uma comissão, integrada pelos maiores nomes da linguística e filologia da época – Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis, José Joaquim Nunes, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, entre outros – com a finalidade de se elaborar uma reforma da ortografia da língua portuguesa (COUTINHO, 1976).

Entre as simplificações ortográficas propostas por Viana (1904) estão a supressão absoluta dos símbolos de etimologia grega – *th*, *ph*, *ch*, *rh*, e *y* –, a redução do emprego das consoantes dobradas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores particulares, abolição das consoantes que não influenciam na pronúncia e a regularização da acentuação gráfica (COUTINHO, 1976, p.78). A *Reforma Ortográfica de 1911* foi norteadada pelos princípios propostos por Viana (1904), incorporando-se determinadas modificações.

Em virtude de a língua portuguesa europeia se diferenciar em diversos aspectos da língua portuguesa brasileira, filólogos brasileiros se manifestam diante das novas normas ortográficas e efetuam sua reformulação por meio do Acordo Ortográfico ratificado entre a

Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras em 1931. Após novos entendimentos entre as duas academias, passa a vigorar a *Convenção Luso-Brasileira de 1943*, também reconhecida como *Acordo Ortográfico de 1943*, que modifica de maneira sutil o *Acordo de 1931*, mas aumenta sua clareza (GARCIA, 1995). Tal acordo foi muito bem recebido entre os filólogos brasileiros, porém, devido a complicações na interpretação de determinadas regras, as Academias retomam as discussões e elaboram o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945*, que propunha a uniformização da ortografia da língua portuguesa. Por priorizarem a ortografia do português europeu, as modificações do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945 provocam insatisfação por parte dos estudiosos brasileiros e, em 1955, esse acordo é revogado através da aprovação da Lei n.º 2.623, de 21 de outubro de 1955 e o sistema ortográfico de 1943 foi então reestabelecido. Coutinho (1976) e Garcia (1995) concordam que, nesse contexto, vigoram duas normas ortográficas distintas para a língua portuguesa europeia e para a brasileira: em Portugal vigora o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, de 1945, enquanto no Brasil a ortografia se baseia no Acordo Ortográfico de 1943.

A partir de 1975, os gramáticos passam a se interessar pela conciliação das ortografias do português europeu e do português brasileiro. Assim, em 1986, são redigidas as *Bases Analíticas da Ortografia Simplificada de 1945*<sup>12</sup>, que apresentam uma proposta considerada como radical: o documento sugere, por exemplo, a supressão dos acentos das proparoxítonas. Castilho (2010) comenta que, em virtude justamente de tal radicalismo, as *Bases* acabam sendo rejeitadas tanto em Portugal quanto no Brasil.

O *Acordo da Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia* foi redigido em 1991 e aprovado oficialmente pelos dois países somente em 1995 – por isso é também conhecido como *Acordo Ortográfico de 1995*. Diante de todos os acordos anteriores, este possui um caráter inovador devido ao fato de que nele, pela primeira vez, emprega-se a expressão *ortografia simplificada* e, ainda, por ele se constituir como uma primeira tentativa de estabelecimento de um acordo válido para toda a lusofonia. Foi necessário um período entre a elaboração do Acordo da Ortografia Simplificada entre Brasil e Portugal para a Lusofonia e sua oficialização – de 1991 a 1995 –, pois esse processo dependeu da “promulgação de leis ou decretos-lei por parte de todos os países signatários do Acordo: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe” (GARCIA, 1995, p.92).

---

<sup>12</sup> As Bases são redigidas em 1975 pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras (GARCIA, 1995)

O mais recente acordo ortográfico conhecido pela língua portuguesa foi o implementado pelo Decreto n.º 6.583 de 23 de Setembro de 2008, que reflete o interesse pela uniformização e simplificação da ortografia da língua portuguesa. Propõe-se, por exemplo, a abolição total do trema uma vez entender-se que “[g]eneralizar a supressão do trema é eliminar mais um fator que perturba a unificação da ortografia portuguesa” (BRASIL, 2008).

Através da análise de ortografias da língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX e XX, Gonçalves (2003) considera que os sistemas abordados pelos ortografistas revelam uma concepção de escrita “[...] como processo de imobilização ou de preservação da língua oral” (p.285). Dessa forma, esse processo pode acontecer tanto por uma via diacrônica, de retomada das origens linguísticas – como na ortografia de fundamentação etimológica –, quanto por uma via sincrônica, em que a ortografia se configura como uma representação dos sons da língua – como na ortografia de base fonética. Há, ainda, uma terceira via, “[...] resultante do compromisso entre as duas anteriores; nesta última, conciliar-se-iam, tão económica e racionalmente quanto possível, os princípios etimológico e fonético” (p.285). Essa última corrente encontra sua melhor representação em Viana (1904), assim como na Reforma Ortográfica de 1911.

## 2.5 A ortografia portuguesa no século XVIII

É no contexto histórico setecentista que se localizam as obras que, neste trabalho, constituem objeto de investigação. Marquilhas (1991) considera que, no ambiente português, o século XVIII pode ser dividido em duas partes consideravelmente autônomas, sendo a primeira anterior ao ano de 1755, e a segunda posterior a essa data.

Sob uma abordagem política, a primeira metade caracteriza-se pelo governo de D. João V de Portugal, em que

[...] são exploradas até as últimas forças as possibilidades do *absolutismo régio*, cujo modelo resulta finalmente esgotado já que à figura central do rei escapam realidades como as determinadas pelo crescimento económico e demográfico abrupto e pelo alargamento do poder das ordens religiosas e da nobreza ultramarina (MARQUILHAS, 1991, p.9)

A partir da ascensão de D. José I, em 1750, e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello – o Marquês de Pombal –, cujo poder se torna cada vez mais forte, o pensamento de cunho iluminista passa a influenciar não apenas a Metrópole portuguesa, mas também suas possessões ultramarinas (VILLALTA, 2015). São desencadeadas, então, significativas reformas que refletiriam diretamente na administração do Reino, na sociedade e também na economia.

O *Iluminismo*, cuja duração é de aproximadamente 150 anos, dos últimos decênios do século XVII à metade do XIX<sup>13</sup>, atingiu um amplo raio geográfico: foi extremamente influente enquanto corrente de pensamento na França, Inglaterra, Alemanha e Itália e, ainda, em regiões que podem ser consideradas como “periféricas” em relação à sua influência, como as nações do Velho Continente, de Portugal até a Rússia e as Américas. Villalta (1991) atenta para o fato de que, no mundo luso-brasileiro, a ilustração se desenvolveu no Setecentos, sobretudo em sua segunda metade, tendo sido difundida até o início do século XIX.

O período compreendido entre o final do século XVII e o início do século XIX caracteriza-se por um questionamento da influência dos mitos e das religiões no pensamento: a sociedade ilustrada passa a desintegrar as autoridades políticas e religiosas, a investigar as leis e princípios que fundamentam a realidade considerando, para isso, não mais a força divina, mas, sobretudo, a natureza (DUPRONT, 1996; VILLALTA, 2015). É pertinente destacar que as ideias ilustradas se desenvolvem no contexto brasileiro de maneira bastante diversa do que acontece na Europa. Como destaca Villalta (2015), no mundo luso-brasileiro

[...] triunfaram as Luzes católicas e moderadas assim como transformações econômicas, políticas e sociais que não abalaram estruturalmente a ordem constituída, assumindo, pelo contrário, uma dimensão mais epidérmica. (p. 84)

Assim, observa-se que, nas regiões em que o iluminismo não gerou inquietações sociais que levassem a transformações profundas, como é o caso do Reino de Portugal, os letrados incorporaram-se à estrutura social predominante, não ocasionando mudança significativa na ordem já existente e, no caso do mundo luso-brasileiro, é possível elencar a

---

<sup>13</sup> Para delimitar o limite de tempo em que a ilustração marcou culturalmente os lugares em que esteve presente, Villalta (2015) aceita o que afirma Dupront (1996). (MELHORAR)

Inconfidência Mineira como movimento anunciador de transformações fundamentadas na ilustração.

Enquanto na primeira metade do Setecentos é comum e frequente a prática do *mecenato*, nesse contexto, caracterizada pela figura do rei “distribuidor de benesses” a uma classe quase exclusivamente composta por membros da alta nobreza e do clero para financiar suas produções artísticas (MARQUILHAS, 1992, p.10), a segunda metade desse século é essencialmente marcada pelo espírito reformista, isto é, o espírito das luzes, considera Gonçalves (2009/2010).

No âmbito linguístico, reflete Maia (2001), o século XVIII é marcado por uma mentalidade linguística dominada pela atitude *normativa*, de caráter *purista*, de defesa e enriquecimento da língua. É desenvolvida, então, no contexto setecentista, uma intensa consciência e teorização prescritiva da língua refletidas em um igualmente intenso volume de publicações de obras linguísticas de caráter normativo (GONÇALVES, 2009/2010), como o *Dicionário da lingua portuguesa*, de Antonio de Moraes e Silva (1789), e o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (1746), entre muitas outras.

Tal postura demasiadamente normativa diante do uso linguístico pode ser associada à revalorização das ideias renascentistas no século XVIII: uma cultura em que se valoriza os autores e os escritos da Antiguidade greco-romana, em que se admite que tais autores representam o ideal de correção linguística, somente poderia ser conceber a variação como corrupção da língua (MAIA, 2001). No domínio do Reino de Portugal, o uso linguístico considerado como *norma* era aquele do português falado na então Província de Estremadura, como indica Verney (1746) e tantos outros gramáticos do período:

Devo tambem dizer a V. P. alguma coiza, sobre a Ortografia Portugueza. Noticia que me-parece mui necessaria, e que com todo o cuidado se-deve comunicar aos principiantes: pois da-falta desta doutrina nace, que em toda a sua vida, escrevam mal: e, ainda depois de estarem em lugares de letras, é lastima ver, como muitos escrevem [...] Isto suposto, e compreendendo um pouco, o muito que outros escrevem nesta materia, digo, que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da Provincia de Estremadura: e, posto isto, devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam (VERNEY, 1746, p.14)

Ao definir o termo *gramática* como “[...] a arte de escrever, e falar corretamente” (p.5) Verney (1746) considera como *correto* o uso linguístico, as formas empregadas pelos homens

doutos, pelos portugueses de boa doutrina sendo que tais usos constituiriam um referencial, um padrão de bons usos (GONÇALVES, 1991). O autor ainda considera pertinente a seleção dos melhores usos no interior da própria Província, “[...] em matéria de pronuncia sempre se devem preferir os que sam mais cultos, e falam bem na Estremadura” (p.30).

A obra de Verney (1746) possui caráter doutrinador, e também polêmico, uma vez que o autor observa uma deficiência na aquisição da língua materna escrita, no caso, a língua portuguesa, justificada pelo método de ensino de gramática latina, que não recorria à língua materna. Assim, Verney (1746) defende um programa reformador, inovador, em que o ensino da língua portuguesa – língua materna – precede o da língua latina e o estudo da gramática latina é realizado em língua portuguesa.

Além de Verney (1746), outros gramáticos setecentistas, como Monte Carmelo (1767), atentam à pronúncia de Estremadura como a que se deveria considerar como padrão. A fim de alertarem ao padrão linguístico que deveria ser seguido, os gramáticos “escolhem” uma variação em detrimento de outra, cujos termos são normalmente designados como termos *plebeus* que devem ser evitados, como encontra-se em Monte Carmelo (1767), “*Antig. E Pleb. Termo antigo, e Plebeu*, isto he, do qual ainda usa a Plebe, que nam se-há-de imitar” (s/p, Explicação Dos Vocabulos Latinos, e Portuguezes, abreviados, que se encontram no seguinte Prologo e Compendio). Acerca dessas ideias, é interessante considerar a reflexão de Maia (1991) de que, no século XVIII, os estudiosos da língua já demonstravam uma relevante noção de *variação linguística*.

No período anterior ao século XVIII, como já comentado no item 2.3 deste trabalho, foram publicados os estudos de diversos autores acerca da temática da gramática e ortografia portuguesa. Tanto Vera (1631)<sup>14</sup> quanto Pereira (1666)<sup>15</sup> representam a tendência a um posicionamento moderado em relação à ortografia: nessas obras, sugere-se a escrita de acordo com a ortografia etimológica, ao mesmo tempo em que também considera-se como correta a possibilidade de opção pela ortografia fonética – como é o caso do grupo consonantal grego *ph*: palavras como *filosofia* e *ortografia*, poderiam, também, ser grafadas *philosophia* e *orthographia* (GARCIA, 1995).

Por sua vez, a *Ortografia da lingua portugueza*, de João Franco Barreto (1671) apresenta uma reação contrária à ortografia etimológica, propondo, por exemplo, uma

<sup>14</sup> Autor de *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa* (1631).

<sup>15</sup> Autor de: *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina & portugueza para se ajuntar a prosodia ordenadas pelo author della o p. d. bento pereyra...dividem-se em tres partes a primeira he das regras commuas a lingua latina & portugueza. a segunda he das tocantes só a latina. a terceyra he das tocantes só a portugueza* (1666).

restrição ao emprego das consoantes dobradas e da letra *y* nos ditongos, assim como a abolição das vogais dobradas, da letra *h* inicial e dos grupos *ch*, *ph*, *rh* e *th*.

Acerca da possibilidade de emprego de dois ou mais usos, Gonçalves (2003) reflete:

Há a considerar, por outro lado, a questão da facultatividade, quer dizer, a possibilidade de opção entre dois ou mais usos, critério contrário à natureza do conceito de ortografia, que se baseia na aceitação de um só, com caráter normativo; a maleabilidade decorrente da admissão de usos facultativos – problema bem conhecido da fase actual da codificação gráfica do português –, revela indecisão por parte do ortógrafo, mas também deixa entrever a dinâmica ou a concorrência entre usos, sejam gráficos, sejam fônicos. A facultatividade gráfica está patente, por exemplo, nos pares *Philosophia*-Filosofia, *Philippe*-Filippe [...] (p.226)

Outro fator que influencia a possibilidade de opção entre duas grafias de um mesmo vocábulo seria o nível sócio-cultural a que pertencem os indivíduos. Verney (1746), por exemplo, admite a existência de um tipo de uso para os indivíduos mais instruídos, conhecedores da tradição e da língua latina, e outro tipo de uso feito pelos menos instruídos, que deveriam contudo, nortear suas práticas relacionadas à escrita pelas práticas daqueles mais cultos, que possuem maior grau de instrução.

Mesmo que estivesse bastante ligada à ortografia de Leão (1576), um dos grandes expoentes da ortografia etimológica, a ortografia portuguesa do período seiscentista fez alguns avanços,

[...] como a fixação dos valores das letras *i*, *j*, *u* e *v*; delimitação do uso da letra maiúscula; distinção entre as formas do futuro e do mais-que-perfeito dos verbos; fixação da separação de sílabas; fixação dos valores dos acentos agudo e circunflexo, quando opostos um ao outro, além da supressão de vários exaeros da escrita etimológica (GARCIA, 1995, p.43)

Gonçalves (2003) considera que a *etimologia* marca fortemente a ortografia do século XVIII, sendo um fator de uniformização de usos, que permite o acesso à significação das palavras, além de explicar suas origens. É possível, ainda, considerar-se que, no Setecentos, há um posicionamento *moderado* por parte dos estudiosos em relação à orientação etimológica e a orientação fonética da ortografia. As dificuldades que se impõem à ortografia

da língua portuguesa nesse período estão, sobretudo, relacionadas à uniformização sonora do *s* intervocálico e do *z*, bem como do *ss* e do *ç*, que até então constituíam fonemas distintos; o início do processo de unificação da pronúncia do *ch* e do *x* (TEYSSIER, 1997).

A etimologia, a fonética e o uso constituem os pilares dos sistemas gráficos da escrita alfabética (GONÇALVES, 2003)<sup>16</sup>. Durante os séculos XVI e XVII, o princípio fonético foi transmitido no plano da doutrina, fazendo com que a pronúncia fosse a fundamentação da escrita. O uso, “princípio resultante da própria natureza da escrita, ampara grafias sem justificação à luz dos princípios da pronúncia e da etimologia” (GONÇALVES, 2003, p.222). No século XVIII será a etimologia, a partir da publicação da *Orthographia* (1734) de Madureira Feijó – grande expoente da defesa da ortografia etimológica – o princípio norteador da ortografia do português.

Observa-se, nas palavras de gramáticos do Setecentos, o apelo à autoridade daqueles indivíduos considerados modelos em relação aos usos linguísticos da época, como se pode verificar nas palavras de Monte Carmelo (1767):

Para bem persuadir algum Objeto, se devem excogitar todos os princípios, ou meios convenientes, como sam a boa Orthologia, ou recta, e pura Elocuçam com vivas, e naturaes acções, (ou com boa Orthografia, se for Obra escrita) exemplos, auctoridades, e argumentos convincentes, que possam bem conduzir para o Fim, Objecto, ou Assumpto, que se intenta persuadir (s/p, Prologo Apologetico, grifo nosso)

Assim, lança-se mão da autoridade dos grandes clássicos da tradição greco-latina para se defender os usos etimológicos na ortografia da língua (COUTINHO, 1976; GONÇALVES, 2003). Marquilhas (1991) considera, ainda, que as grafias etimológicas “[...] num sistema de escrita tardio como é o do português no século XVIII” (p.81) são justificadas precisamente pelas dimensões pragmática e estética da língua, e não pelo dimensão fonológica. São exemplos de etimologização gráfica o emprego de determinados grupos de letras como *th*, *pt*, *cc*, *ph*, *ct* como em *authores*, *promptissimos*, *acclamarem*, *epitaphio*, *fructo* (p.80-81)

Ainda que o século XVIII seja marcado por um volumoso número de publicações no domínio da normatização da gramática língua portuguesa, área em que se inserem os estudos ortográficos, e que haja, nesse tempo, uma forte reflexão e consciência linguística por

---

<sup>16</sup> Segundo Gonçalves (2003), mais tarde, a analogia irá fazer parte, também, dos pilares dos sistemas gráficos que compõem o português.

parte dos estudiosos, Marquilhas (1991) conclui que, apesar de se terem criado, no Portugal do século XVIII, condições que favoreceriam a tomada de uma convenção de uma única ortografia, “[...] essa convenção nunca chega a ser celebrada” (p.8). Verifica-se, assim, a ausência de uma única norma ortográfica no Setecentos, e sim a consideração de determinados usos como modelares. Além disso, o aumento do número de mestres de ler e escrever em Lisboa, o aumento exponencial do número de impressores e da publicação de inúmeros tratados de língua portuguesa, pode ter causado uma polémica em torno do tema e levado a uma possível concomitância de regras que, de fato, nunca chegaram a ser maciçamente empregadas.

### 3 Especificidades do campo de pesquisa: das origens do Caraça ao Colégio.

*Aos que chegam:  
 Boas vindas, muita alegria.  
 Aos que ficam:  
 Paz, saúde e harmonia.  
 Aos que partem:  
 Boa viagem, com as bênçãos  
 Da Virgem Maria.  
 Você está no célebre Colégio do Caraça.  
 Casa religiosa, lugar de  
 Oração – Silêncio – Solidão –  
 Santidade.  
 Entre no clima<sup>17</sup>.*

#### 3.1 O Irmão Lourenço de Nossa Senhora e a construção do Caraça: o surgimento do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça.

Entre os anos de 1770 e 1774, chega à Serra do Caraça, um local desabitado até então, um eremita “cuja vida enigmática parece suscitar controvérsias, inclusive entre seus contemporâneos” (ANDRADE, 2000, p.20). Trata-se do Irmão Lourenço de Nossa Senhora, que adquire terras em Catas Altas do Mato Dentro, na Comarca do Rio das Velhas, e constrói um eremitério, que viria a ser denominado Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça<sup>18</sup>.

Conforme Carrato (1963), a figura do Irmão Lourenço é de tal maneira misteriosa, que diversas interpretações se tornam possíveis ao analisar-se a bibliografia referente a ele. Um dos relatos mais antigos de que se tem conhecimento sobre o ermitão – senão o primeiro – foi escrito por Auguste de Saint-Hilaire, em 1816, na ocasião de sua visita à Serra do Caraça e ao eremitério do Irmão Lourenço:

<sup>17</sup> Esta inscrição se encontra próxima à entrada da Igreja do Santuário do Caraça (Anexo 1)

<sup>18</sup> Neste ponto, é conveniente um breve comentário acerca da denominação *hospício*: segundo Carrato (1972), em seu sentido etimológico, o vocábulo *hospício* é sinônimo de *hospedaria*, de *casa de hospitalidade*. Instituição predominantemente medieval, o hospício constitui uma casa religiosa cristã que acolhe e abriga o peregrino “[...] são ou doente” (CARRATO, 1972, p.15). O autor ainda aponta que, durante a Idade Média, as viagens eram de tal maneira perigosas e desgastantes “[...] que o peregrino e o doente se equivalem” (CARRATO, 1972, p.15). Assim, um hospício consistia em uma casa em que indiferentemente se hospedavam viajantes e doentes.

[...] O fundador [da ermida] ainda vivia por ocasião de nossa viagem e contava noventa e dois annos de idade. Esse homem, nascido em Portugal, retirára-se a principio para as montanhas de Nossa Senhora da Piedade, perto de Sabará; fez uma viagem à de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e, entusiasmado pelo aspecto local, resolveu ahi construir uma igreja. [...] Os oito mil cruzados que possuia não bastavam para a execução de seu projecto; mas soube communicar seu entusiasmo aos habitantes da região, e em breve as esmolas foram sufficientes para permittir a construção dos edificios cuja descripção acabo de fazer. [...] esse ancião erra como uma sombra pelos corredores que seu zelo outrora povoava de eremitas e peregrinos; sua cabeça enfraqueceu, a voz mal se faz ouvir, em breve terá deixado de viver e não se sabe sequer o que se tornará então o estabelecimento que ele fundou [...] Há qualquer coisa de misterioso na vida do irmão Lourenço [...] (SAINT-HILAIRE, 1938, p.195-196).

O Irmão Lourenço, “[...] o severo penitente do Caraça, septuagenário e [...] isolado em seu ascetério, alvoroçou a imaginação dos mineiros” (CARRATO, 1963, p.259). Algumas hipóteses são frequentemente elencadas quando se trata de sua história antes de sua chegada à serra caracence: Andrade (2000) considera que ele poderia descender da família Távora, uma nobre família condenada por crime de alta traição e perseguida por Pombal; ele poderia, ainda, ter cometido algum delito entre os anos de 1767 e 1770, sendo, então, um criminoso foragido; a terceira possibilidade é a de que o Irmão Lourenço teria sido um “honrado português interessado no negócio dos diamantes” (CARRATO, 1963, p.264), que adquire fortuna e, em um determinado momento de sua vida, recolhe-se à solidão para se dedicar à religião.

Em seu testamento, lavrado em 20 de março de 1806, em Mariana, o Irmão Lourenço de Nossa Senhora declara ser natural de Nagoselo, pertencente ao Bispado de Lamego, sendo filho de Antônio Pereira e D. Ana de Figueiredo; contudo, nada foi encontrado na localidade acerca da origem que o ermitão se atribui (CAMÉLLO, 1973). Apesar dessa controvérsia em torno de sua biografia anterior ao Caraça, é a figura santificada do Irmão Lourenço que prevalece.

Fundado em 1774 pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça, em termos de estrutura física, se diferenciava bastante das abastadas casas-de-hospitalidade europeias: constituía-se por uma capela pobre dividida em duas alas: uma acomodava os leigos que vestiam o hábito e viviam em comunidade religiosa; outra, os peregrinos e doentes, que ali se encontravam para fazerem suas últimas confissões e purificarem-se antes da morte. Segundo Carrato (1972), a pequena casa religiosa e regular do Irmão Lourenço era constituída por acomodações, além de oficinas

para os trabalhos comunitários. Dessa maneira, o Hospício do Irmão Lourenço servia como abrigo àqueles que se dedicavam à vida eclesiástica, à peregrinação e ao cumprimento de promessas. Ainda que não fossem opulentas e considerando-se sua localização – em terras de difícil acesso, cujo acesso era extremamente difícil e íngreme devido ao relevo –, as instalações e comodidades do Hospício do Caraça eram admiradas pelos romeiros e viajantes (Carrato, 1972).

Para sustentar seu retiro espiritual e materialmente, Carrato (1963) comenta que o Irmão Lourenço também estabelece, nos primeiros anos da fundação do Hospício, a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, que incorpora um grande número de fiéis através da doação de esmolas e de trabalho. No contexto histórico da fundação do Hospício e também da Irmandade, a entrada e permanência de congregações e ordens religiosas era proibida em Minas Gerais. Dessa forma, a religiosidade era organizada e promovida por leigos – sendo esse um aspecto emblemático da sociedade colonial brasileira. As associações religiosas constituídas por leigos – confrarias, ordens terceiras e irmandades – se disseminam pelo território de Minas Gerais incentivadas pelo Rei por diversas razões: determinados encargos financeiros que eram de responsabilidade da Coroa passavam a caber aos fiéis, além do que o estabelecimento dessas associações amortecia a intensidade e probabilidade de insurreições locais (BOSCHI, 1986). Assim, de acordo com Carrato (1963), “[a] Irmandade [de Nossa Senhora Mãe dos Homens] será sua [do Irmão Lourenço] companhia de vanguarda e reconhecimento, na conquista missionária e religiosa que se propõe” (p.343).

No testamento do Irmão Lourenço de Nossa Senhora constam suas posses de terras na Serra do Caraça e todos os seus feitos, entre eles a construção da Capela e do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Nele o ermitão do Caraça declara ainda seu desejo de que seus bens servissem prioritariamente a atividades missionárias ou que se fundasse ali uma instituição ligada a atividades educacionais. Camêllo (1973) observa que o Irmão Lourenço “[...] [p]or várias vezes suplicara a El-Rei se dignasse estabelecer no Caraça uma residência de missionários [...] e se não fosse possível a realização de missões, pelo menos se criasse um seminário para meninos e se promovesse a educação da mocidade” (p.52).

Quando, a 27 de outubro de 1819, morre o ermitão e já no período anterior a essa data, o Caraça vivia momentos de abandono. Saint-Hilaire (1938) conclui que Irmão Lourenço não havia se preparado para o futuro nem pensado nele: restavam apenas dois eremitas e ninguém se apresentava para substituí-los. Soma-se a isso o fato de que “[n]enhuma tradição antiga se prendia ao eremitério; a devoção dos habitantes do distrito esfriou quando a idade já não

permitia a irmão Lourenço reanimá-la; as peregrinações tornaram-se mais raras; as espórtulas cessaram [...]” (SAINT-HILAIRE, 1938, p.195).

Nesse contexto, devido às condições do ermitão do Caraça, que não mais favoreciam o sucesso de suas missões, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens passa por uma fase de decadência e isolamento até ser entregue à Coroa – o Irmão Lourenço transfere todos os seus bens, incluindo as construções caracenses, à Coroa (CAMÊLLO, 1973).

### **3.2 A fundação do Colégio do Caraça e seu percurso na história de Minas Gerais**

A partir do estabelecimento de funções educacionais em suas instalações, o antigo Hospício do Irmão Lourenço passa a se denominar *Colégio do Caraça*, nomenclatura pela qual ainda hoje é conhecido. No que diz respeito à história da instituição a partir da documentação existente, referente sobretudo aos primeiros anos de sua existência, diversos pesquisadores interessados por sua história concordam haver uma lacuna documental para a pesquisa histórica: Camêllo (1973), que pesquisa especificamente os dez primeiros anos da instituição, não se alonga em determinadas análises devido à falta de documentação. Andrade (2000) relata que a ausência de documentos é uma realidade da história do Caraça, talvez pela falta de preservação dos que já existiram ou, ainda, por nunca terem sido lavrados certos documentos que poderiam revelar aspectos relevantes sobre a história do educandário. Por sua vez, Carrato (1963) afirma que encontrar as fontes documentais e bibliográficas acerca do Colégio se constitui como uma dificuldade de pesquisa.

Após a morte do Irmão Lourenço de Nossa Senhora, o então rei de Portugal, D. João VI, doa o patrimônio da Serra do Caraça aos missionários da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo “[...] nas pessoas dos padres portugueses Leandro Rebello Peixoto e Castro (1781/1841) e Antônio Ferreira Viçoso (1787/1875), para realização de atividades missionárias e educacionais” (QUINTÃO, 2013, p.70).

Fundada por São Vicente de Paulo, na França, no século XVII, a Congregação da Missão, cujos membros denominam-se *lazaristas*<sup>19</sup>, tem sua história iniciada no Brasil em 1820<sup>20</sup>, com a chegada dos dois padres nas Minas Gerais. São três os tipos de obras típicas

---

<sup>19</sup> Pois a primeira casa da congregação carregava o nome de São Lázaro

<sup>20</sup> Andrade (2000) fornece tal dado; já Camêllo (1973) considera o ano de 1819 como o marco da chegada dos lazaristas em terras brasileiras.

das ações lazaristas em terras brasileiras: as *missões*, os *colégios* e os *seminários*. As missões lazaristas em terras brasileiras, conforme Camêllo (1973), constituem pregações fortemente moralizadoras, preocupadas em alertar os ouvintes, e pressioná-los, diante da moralidade exigida em suas posturas. Assim, as missões não se interessam por *evangelizar*: “[...] já se supõem evangelizados os ouvintes que, contudo, não realizam em sua vida, nem unificam em seus atos, as exigências da Boa Vida” (p.64). Os lazaristas, através da prática das missões em Minas Gerais, procuram moralizar uma sociedade “[...] mal informada e cristãmente imatura” (CAMÊLLO, 1973, p.65). Devido a isso, as missões tendem a abalar a superficialidade da religiosidade mineira.

Segundo Camêllo (1973), além de cumprir suas responsabilidades enquanto superior da casa, o Pe. Leandro se interessava pelas missões e ocupava grande parte de seu tempo com elas. Dessa forma, ao Pe. Viçoso cabiam as ocupações ligadas à “[...] disciplina, direção dos estudos e boa parte do ensino” (p.77) durante os primeiros anos de existência do Colégio. A figura do Pe. Viçoso se destaca na sociedade em que viveu por sua contribuição, enquanto membro da Congregação da Missão, com o desenvolvimento da educação e da cultura em Minas e outras partes do Brasil (QUINTÃO, 2013). Além de ter promovido a fundação e funcionamento da instituição de ensino caracense, o lazarista foi de Bispo de Mariana no período de 1844 e 1875, data de sua morte (TRINDADE, 1953). Relacionam-se, assim, as histórias das instituições do *Colégio do Caraça* e do *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, instituição diocesana marianense, uma vez que, a partir de 1863, os lazaristas assumem a administração do Seminário de Mariana (SELIGARDI, 2014).

No ano de 1820, a Congregação da Missão funda a primeira casa lazarista no Brasil, o Colégio do Caraça, entrando, assim, “o santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens [...] na fase longa e gloriosa do Colégio do Caraça” (CARRATO, 1963, p.18). Suas atividades iniciam-se no ano seguinte.

Enquanto colégio, o Caraça passou por diversas mudanças ao longo de sua história: transferência para Campo Belo, no Novo Sul do Sertão da Farinha Podre (ANDRADE, 2000) – atual município de Campina Verde, no Triângulo Mineiro – em 1842, onde permaneceu até 1854. A partir de 1853, a direção do Seminário Maior de Mariana é entregue aos padres da Congregação da Missão, até 1882. Juntamente ao Colégio, a partir de 1907, cresce uma Escola Apostólica – destinada à preparação para a vida missionária (AZEVEDO, 1963) – que funcionou até o ano de 1968. O fechamento definitivo do Colégio ocorre no ano de 1912, e a Escola Apostólica interrompe suas atividades devido a um grande incêndio que comprometeu gravemente o pavilhão de três andares onde se instalava.

### 3.2.1 O Colégio do Caraça entre os lugares em que se ensinava a ler, escrever e contar

No início do século XIX, na Província de Minas Gerais, os colégios eram raros. No Brasil, de 1549 até 1759, prevalece a educação de modelo jesuítico, cujo trabalho missionário e educacional é responsável, entre outros feitos, pela construção de escolas de ler e escrever e, também, de estabelecimentos de ensino secundário – os colégios ou seminários – em diversas localidades do Brasil, sobretudo no litoral, como os da Bahia, de São Vicente, do Rio de Janeiro, de Olinda, do Espírito Santo, de São Luís, de Ilhéus, do Recife, de Santos, de Porto Seguro, de Paranaguá, de Alcântara, de Vigia, do Pará, da Colônia do Sacramento, de Florianópolis e da Paraíba, como apontam Neto e Maciel (2008).

O método de aprendizagem da Companhia de Jesus fundamenta-se no método escolástico, ao qual se relacionam o ensino do *Trivium* e do *Quadrivium das Artes Liberais da Idade Média*<sup>21</sup>, e vigora em terras brasileiras em um momento histórico em que a educação é percebida como uma responsabilidade da igreja e da família, e não do Estado. Azevedo (1963) observa que o período compreendido entre a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, em 1759, e a mudança da corte portuguesa para a Colônia, em 1808, “[...] se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial [...]” (p. 553), uma vez que o ensino jesuítico constituiu modelo educacional durante um longo período de tempo e seus colégios e seminários representaram os principais focos de difusão de cultura no Brasil Colônia.

A elite mineira colonial, então composta por mineradores, negociantes e latifundiários, passa a reclamar ao Bispo a falta de oferta de estudos públicos<sup>22</sup>. Dessa maneira, após a partida dos jesuítas, são estabelecidas, em diversas localidades do Brasil colonial, as *escolas régias* (CARRATO, 1968) – uma tentativa de mudar a situação que prevalecia anteriormente no sentido de se submeter a educação escolar ao controle do *governo* – em que se ensinavam, sobretudo, Gramática Latina, Filosofia e Retórica. Responsáveis pelo ensino régio, os governadores e os bispos poderiam nomear professores, assim como conceder licenças e

<sup>21</sup> O Trivium das Artes Liberais constitui os conteúdos relacionados à lógica, à gramática e à retórica, e o Quadrivium à aritmética, à geometria, à astronomia e à música

<sup>22</sup> A respeito disso, Carrato (1968) comenta: “Vale observar aqui uma constante curiosa na mentalidade dos pais ou responsáveis da época: a preocupação de dar aos filhos ou afilhados uma educação melhor, uma situação mais segura, que não seja vinculada às condições da vida e do ambiente das Minas. [...] Sente-se nessa elite nova, nesses *nouveaux-riches*, o surgimento de exigências novas, de reivindicações de vária ordem, como antes nem sequer imaginavam [...] reclamam agora ao Bispo, recém-chegado à Mariana, pois não há neste Bispado estudos públicos, cuja falta causa grande detrimento aos moradores. [N]ão se contentam mais com as primitivas aulas domésticas ou de padres mestres capelães [...]” (p.101-102)

receber demandas, entre outras atribuições (Neto e Maciel, 2008). Nesse contexto, aponta Carrato (1968), é instituído o *subsídio literário*<sup>23</sup>, um imposto cobrado sobre produtos de grande consumo, como açúcar, aguardente, vinagre, carnes, entre outros, que serviria ao pagamento dos ordenados dos chamados *professores régios*.

Em Minas Gerais, de meados do século XVIII a início do século XIX, vigora a prática da *educação doméstica*, em que predomina a figura das mães – aquelas que possuíam escolarização ou conheciam as letras e dispunham, portanto, de condições para exercer o papel de mestre – e a dos *padres-mestres* exercendo as funções de professores (CARRATO, 1968) – prática já verificada na sociedade colonial nos tempos em que os padres jesuítas detinham a responsabilidade da escolarização no Brasil.

Nesse contexto, obedecendo-se a resoluções tridentinas que determinam a reorganização das escolas católicas e, também, dos mosteiros e conventos, são criados seminários diocesanos, voltados à educação e formação eclesiástica de novos sacerdotes, (SELIGARDI, 2014), como o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, criado em 20 de dezembro de 1750, através de uma Ordem Régia datada de 1748 que autoriza a construção de um seminário para a educação de meninos no bispado de Mariana. Carrato (1968) acrescenta que são fundados, ainda, em Minas Gerais no século XVIII, os primeiros *colégios*, como o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, na Comarca do Rio das Velhas, atual região de Sabará-MG, e o Colégio dos Padres Osórios, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, que corresponde ao atual distrito de Padre Viegas, em Mariana-MG. A essas instituições educacionais mais antigas das Minas acrescenta-se o Colégio do Caraça, localizado na Serra de mesmo nome, em Catas Altas do Mato Dentro, atual município de Catas Altas, cuja fundação ocorre no início do século XIX. Tendo fechado as portas somente na segunda metade do século XX, a instituição caracense se destaca entre os primeiros educandários mineiros, por sua antiguidade e existência duradoura (CARRATO, 1968); Andrade (2000) concorda com tal ideia considerando que o longo período de vida dessa instituição “[...] lhe confere uma certa singularidade entre os demais colégios mineiros da época, quase todos de vida curta” (p.20).

Enquanto os *seminários* objetivam educar para a vida religiosa, como comentado anteriormente, por *colégio* entende-se “uma instituição que recruta alunos em determinados segmentos sociais, fornece um tipo particular de ensino centrado nas humanidades clássicas, preparando-os eventualmente para a academia” (ANDRADE, 2000, p.71). A vigilância

---

<sup>23</sup> O subsídio literário “[...] foi estabelecido pela Carta de lei de 10 de novembro de 1772” (CARRATO, 1968, p.155)

constante caracterizava, ainda, o modelo de educação ideal, a que se somavam as características de deslocamento da época, o que geralmente incitava a procura por internatos.

Trindade (1953) afirma ser o Seminário de Mariana a instituição de instrução e educação mais antiga das Minas, porém Carrato (1968) lembra a existência da instituição conventual em Macaúbas de ensino de primeiras letras, doutrina cristã e trabalhos de agulha que, posteriormente, no último quartel do século XVIII, viria a se instalar como instituição de ensino de fato. Cinco anos após a criação do bispado Mariana, seu bispo D. Frei Manuel da Cruz funda o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Posteriormente, quando D. Antônio Ferreira Viçoso assume a administração do bispado, o seminário é entregue aos padres da Congregação da Missão.

Conforme acontecia nos seminários episcopais do Brasil na época colonial, o professorado é nomeado pelos bispos. Sendo assim, normalmente o corpo docente dos educandários compunha-se de sacerdotes pertencentes ao clero secular (SELIGARDI, 2014). Atendendo a preceitos tridentinos, os seminaristas em Mariana cumpriam diversos rituais religiosos diários, como orações e missas. Ao final do século XVIII, os candidatos à vida eclesiástica estudavam Gramática, Filosofia e Teologia Moral.

O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas torna-se uma instituição educacional no ano de 1789, ocasião em que D. Maria I concede sua proteção à casa e demanda um plano de estudos para as jovens recolhidas. Anteriormente, capelães e recolhidas pedem permissão para que Macaúbas seja estabelecido como um convento, permissão que foi negada (Algranti, 2012), confirmando o caráter de *educandário* dessa instituição e, também, reafirmando a política da Coroa de “[...] dificultar a fundação de conventos femininos na América portuguesa, bem como a proibição do estabelecimento de ordens regulares em Minas Gerais” (p.24). A autora ainda considera o gesto de D. Maria I como uma demonstração de sua confiança na disseminação de valores ilustrados em seu império, sendo que, entre esses valores, se encontra a importância conferida à educação.

Certamente os conteúdos ensinados às recolhidas de Macaúbas não equivalem aos conteúdos ensinados aos meninos nos seminários e colégios. Embora a formação religiosa esteja sempre incluída na educação de mulheres, o objetivo da instrução fornecida nas Macaúbas era o de formar boas mães e esposas; aquelas que manifestassem o desejo pela carreira religiosa receberiam a formação adequada posteriormente. Dessa forma, o currículo do Colégio das Macaúbas prevê o ensino de disciplinas específicas às jovens “[...] por exemplo, a Gramática para que pudessem escrever cartas, leitura possivelmente para lerem os livros de religião e o ensino de ‘contas’ (aritmética) para poderem registrar as despesas da

casa (ALGRANTI, 2014, p. 286). O ensino do Latim era, geralmente, recomendado apenas às candidatas à vida eclesiástica e às mulheres da nobreza. Além desses conteúdos, às meninas também eram ensinados trabalhos manuais, como costura, bordado e desenho, aptidões que poderiam ser úteis àquelas que necessitassem trabalhar para ganhar a vida, e o aprendizado do canto e da dança também eram percebidos positivamente no Recolhimento das Macaúbas, uma vez que proporcionam graça e elegância às jovens das elites, de acordo com Algranti (2014).

Apesar de a data de fundação do colégio dos Padres Osórios não ser conhecida especificamente, sabe-se que ela aconteceu na segunda metade do Setecentos e, através de pesquisa histórica, considera-se a hipótese de que esse educandário teria sido fundado pelo Pe. Bento Cardo Osório, então capelão de Nossa senhora dos Prazeres de Lavras Nova, de acordo com Carrato (1968). O Colégio do Sumidouro aceitava alunos de mais de onze anos de idade e não teria mantido curso de primeiras letras, e sim de nível secundário, que preparavam seus estudantes para cursos mais avançados, possuindo um currículo restrito às latinidades: oferecia cursos de duas únicas disciplinas de nível secundário – Latim e Poética. (CARRATO, 1968; SELIGARDI, 2014).

A carência de colégios em Minas Gerais e a repercussão favorável das missões da Congregação da Missão, que concediam bom respaldo popular aos missionários lazaristas, podem explicar a boa recepção do Colégio na Serra do Caraça. No ano de início de suas atividades educacionais, em 1821, Colégio efetivamente iniciou suas atividades contando com quatorze alunos, sob a direção do Pe. Antônio Viçoso e tendo o Pe. Leandro como superior. A partir de então, o Colégio ganha títulos que lhe concedem benefícios, como isenção de impostos e auxílios financeiros (ANDRADE, 2000); assim, de acordo com Azevedo (1963), no período compreendido entre o ano de sua fundação e o ano de 1835, o Colégio da Serra do Caraça já havia atingido o número de 1535 matrículas, o que fez com que os padres lazaristas do Caraça se tornassem conhecidos em toda a Província.

Apesar do clima próspero, “adversidades políticas e conjunturais” (ANDRADE, 2000, p.25) e problemas internos da Congregação levaram o Colégio a momentos de crise no final da década de 1830, causando uma queda no volume de matrículas entre os anos de 1838 e 1842. No contexto histórico-social das *Revoltas Liberais de 1842*<sup>24</sup> – que, em Minas Gerais, repercutiram rapidamente entre as principais vilas e freguesias do centro e sul da Província –,

---

<sup>24</sup> Acerca das Revoltas Liberais de 1842, Vainfas (2002) considera: “[...] a articulação liberal de movimentos armados nas províncias de São Paulo e Minas Gerais não visava à derrubada do governo monárquico de D. Pedro II. O objetivo era obter conquistas que reconduzisse os liberais ao poder contra a direção *saquarema* – como ficaram conhecidos os conservadores fluminenses que lideraram o movimento regressista.” (p.642)

de acordo com Andrade (2000), há a reação por parte de certos grupos liberais contra “[...] a hegemonia da Igreja [...] sobre a ação educativa formal” (p.25). A perseguição a instituições religiosas abala o ensino mineiro devido ao fato de que “[...] muitos professores e lentes foram demitidos ou sofreram suspensão com prejuízo para a vida e o funcionamento de alguns colégios” (ANDRADE, 2000, p.74): o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, por exemplo, fecha suas portas a fim de ser usado como quartel (Quintão, 2013); já o Colégio do Caraça é fechado em 24 de agosto de 1842 e transferido para Campo Belo do Sertão da Farinha Podre<sup>25</sup>, situado na atual região do Triângulo Mineiro.

Soma-se a tal crise política uma grande dificuldade financeira do estabelecimento caracense, o que impossibilitava a manutenção de seus mais de cem alunos. Neste momento, alguns deles retornam a suas famílias e outros se transferem para o Colégio Bom Jesus do Matozinhos – em Congonhas do Campo, atual município mineiro de Congonhas – cuja direção também era lazarista.

No ano de 1842, o Padre Antônio Viçoso, então diretor do Caraça, inicia a rota rumo a Campo Belo, localidade em que o Colégio do Caraça permanecerá até 1854. Devido às missões, a Congregação da Missão recebe e acumula terras nessa região e lá constrói uma igreja e uma escola, em cujo entorno se desenvolve o povoado. Quintão (2013) caracteriza o colégio campinense como sendo “[...] uma espécie de sucursal do Colégio do Caraça e perdurou, sob a direção lazarista até 1985, quando deu lugar a um seminário da diocese local” (p.71)<sup>26</sup>.

Devido a uma epidemia de varíola em Mariana, em 1854, “[...] os seminaristas maiores foram para o Caraça, onde, após doze anos de abandono, começava uma nova era, pois ao colégio era acrescido o Seminário Maior: formador do clero mineiro” (SELINGARDI, 2014, p.256). Assim, o ambiente sadio do Caraça passa a abrigar o Seminário Maior de Mariana, o que se delongará por cerca de quarenta anos (Azevedo, 1963). Durante os primeiros anos de sua reabertura, o Colégio tem como superior da casa o padre Miguel Sípolis, apontado por Andrade (2000) como “um francês amante dos livros e das bibliotecas” (p.30). A autora ainda indica que uma parte do atual acervo de obras raras da Biblioteca do

---

<sup>25</sup> “A transferência realizada teve o reforço da experiência já conseguida ali, havia mais de uma década, pelos lazaristas nas missões pregadas à população indígena (*caiapós*) da região e a ajuda de um casal de fazendeiros que lhes fizera doação de vasta área de terreno. Cerca de 28 mil alqueires de terras chegaram a compor as Fazendas Campo Belo, Fortaleza e Paraíso que passaram a integrar o patrimônio da Congregação. Em torno da dupla base da obra missionária, uma igreja e uma escola, desenvolveu-se logo o povoado que deu origem à cidade de Campina Verde” (QUINTÃO, 2013, p.71)

<sup>26</sup> O mesmo autor acrescenta que “[f]oi nesse ‘*Caraça Campinense*’ que teria estudado Bernardo Guimarães, autor do romance *O Seminarista*” (QUINTÃO, 2013, p.71)

Caraça foi adquirida por ele. Sarnelius (1953), acerca da aquisição do acervo bibliográfico caracense, informa que grande parte dos livros teria vindo de Portugal, trazidos em 1820 com os fundadores do Colégio, e que os professores congregados traziam seus livros e os deixavam no Caraça quando morriam.

A partir de 1867, sucedendo o padre Miguel Sípolis, o Superior da casa passa a ser o padre Julio Clavelin, que vai dirigir o Colégio durante os dezoito anos seguintes. Durante sua gestão, o padre Clavelin, além de construir a atual igreja neogótica, em substituição à Ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens, construída em 1775, ampliou a área física do Colégio (Andrade, 2000). Nessa fase, houve, ainda, um aumento do número de matrículas, o que, somado às melhorias estruturais, fez com que o Caraça vivesse momentos de grande prosperidade.

Já no século XX, encontrando-se com um número muito reduzido de alunos, a Congregação da Missão decide, em 1911, pelo fechamento do Colégio e pela instalação da Escola Apostólica, ou Seminário Menor, o que ocorre no ano seguinte, em 1912. A partir desse momento, o Caraça só receberia jovens inclinados à carreira eclesiástica, a fim de se formarem na Escola Apostólica, que existiu até o ano de 1968.

### **3.2.2 O ensino de língua no Colégio do Caraça**

A constante influência da religiosidade no mundo pedagógico<sup>27</sup> desde as origens da educação na América Portuguesa, sobretudo através da ação dos padres jesuítas, somada à colaboração das ordens religiosas na educação de jovens, contribuem fortemente para que se acentue o caráter religioso, literário e retórico do ensino secundário de moças e rapazes durante os séculos XVIII e XIX, característica que reproduz e se inspira nos modelos europeus clássicos, conforme Azevedo (1963).

Assim como o curso secundário da burguesia francesa é constituído sobretudo pelo estudo do Latim através do contato com obras da literatura clássica latina, como Cícero, Tácito, Sêneca e Virgílio (GOBLOT, 1989), os conteúdos referentes ao ensino secundário no

---

<sup>27</sup> A religiosidade no interior do Colégio do Caraça, por exemplo, era fortemente marcada na distribuição das atividades dos meninos: a Ordem do Dia iniciava às 5h da manhã e terminava às 22h: nesse programa, reservavam-se 8h de estudos diários, sendo 4h de aulas. O resto do tempo era reservado para a missa e outras orações, refeições e recreações permitidas (Camêllo, 1973).

Brasil do século XIX são aqueles de base essencialmente literário-clássica, em detrimento dos conhecimentos de base científica:

A preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos permanecia tão fortemente marcada no sistema cultural do país, que ainda constituíram e deviam figurar por muito tempo, como instituições solitárias e sem irradiação, as raras escolas ou institutos prepostos a ensino científico. (AZEVEDO, 1963, p.627)

Dessa maneira, nos colégios brasileiros do Oitocentos – como o Colégio Pedro II, fundado em 1837 no Rio de Janeiro, e o Colégio do Caraça, em Minas Gerais – predomina o ensino das Humanidades, conteúdos alicerçados na matriz clássica que fornece modelos a serem imitados. Especificamente nas Minas, integravam o currículo do ensino secundário as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Latina, Língua Francesa, Língua Inglesa, Retórica, Poética e Filosofia (ANDRADE, 2000). A mesma autora, através da análise de determinados documentos caracenses, comenta que, entre outros títulos empregados na educação do Colégio, as obras *De Virus illustribus* (A vida dos homens ilustres) e *Aventuras de Telêmaco* chamam atenção (p.83).

No que se refere ao ensino de língua, o latim, língua predominantemente ensinada nos colégios, constituía um pré-requisito para se concluir os estudos preparatórios no Caraça:

Assim como entre os jesuítas se dava extraordinária importância ao ensino do latim no curso de *letras* ou de línguas, paralelamente, ao estudo do grego, da língua pátria e da história, também no Colégio do Caraça assistimos ao mesmo esforço, sobretudo no período da formação das humanidades. (CAMÊLLO, 1973, p.72)

Ainda acerca do ensino da língua latina, Andrade (2000, p.83) comenta:

O latim era a língua nobre, do saber, dos eruditos, dos especialistas da Antiguidade (*os antiquari*), dos letrados. Ensinava-se o latim não tanto para que fosse falado ou lido fluentemente, mas sim para enxertá-lo na língua vulgar, enobrecendo-a com citações e comentários. Seu uso constituía uma marca de distinção, tão cara ao século passado [século XIX].

No Colégio do Caraça, entre os séculos XIX e XX, as disciplinas cujos conteúdos se relacionam ao ensino de língua são: Latim, Português, Francês e Inglês. A partir de 1885, são incluídos a essa listagem o estudo de Grego e Alemão (ANDRADE, 2000).

### 3.3 A Biblioteca do Caraça e seu acervo de obras raras

#### 3.3.1 Os livros e as obras raras

A publicação de livros pode ser considerada uma atividade que retrata aspectos sociais e culturais de uma determinada época. Froes (1995), por exemplo, considera que o aspecto gráfico do livro resulta da combinação entre estética e a tecnologia existente e disponível, assim como a produção livresca demanda a disponibilidade de técnicas industriais, o que “[...] proporciona a medida da evolução de uma época.” (p.13). Os livros, vistos dessa forma, refletem convenções, regras e relações hierárquicas de um tempo e de um local, uma vez que são produzidos em um determinado contexto histórico-social (CHARTIER, 1994).

Ao longo da história, os escritores criam suas obras inseridos em alguma situação de *dependência* “[...] em face das regras [...] que definem sua condição” (CHARTIER, 1994, p.9). Essas regras podem variar de acordo com o contexto social de cada época, como as regras do *patronato*, do *mecenato* e do *mercado*; além disso, Pinheiro (1989) ainda aponta os livros e a imprensa como forma de registros do pensamento de intelectuais de cada momento histórico-social podendo, dessa forma, constituir materiais reveladores da evolução cultural humana.

Ainda que durante muito tempo se tenha suposto o contrário, Chartier (1999) aponta que os impressos carregam uma herança da cultura manuscrita, isto é, determinadas características próprias dos textos manuscritos podem ser identificadas nos livros impressos durante o século XV, período equivalente aos primeiros anos da imprensa, os chamados *incunábulo*s, de que trataremos mais adiante<sup>28</sup>. Na mesma direção segue Cambraia (2005) ao

---

<sup>28</sup> Martins (2001) considera que até mesmo a palavra *tipografia* “[...] é raramente empregada durante o século XV, isto é, durante todo o período em que o incunábulo, sendo embora um livro impresso, prolongava artificialmente [...] a vida do manuscrito, ou, pelo menos, sua aparência” (p.135).

apontar que, “[n]o processo de composição da página, muitos dos recursos empregados no sistema de cópia manuscrita foram mantidos” (p.78). Assim, podem-se reconhecer, em impressos, expedientes que usualmente compõem textos manuscritos, como capitulares<sup>29</sup>, reclamos<sup>30</sup> e assinaturas<sup>31</sup>.

O surgimento da imprensa por tipos móveis permitiu uma maior circulação de textos e, conseqüentemente, um aumento do público leitor (BURKE, 2002). Durante o século XV e no século seguinte ela vai se propagar causando uma mudança na relação do público com a cultura escrita, uma vez que, graças ao trabalho das oficinas tipográficas que começam a surgir, o tempo de produção do livro diminui, assim como seu custo (CHARTIER, 1999).

Durante os séculos XV e XVI, o livro é considerado um objeto artístico: importa sua beleza e a correção com que fora impresso (PINHEIRO, 2003). Nesse contexto, o trabalho do impressor passa, cada vez mais, a adquirir notoriedade.

Os livros impressos até o ano de 1500, os *incunábulos*, herdaram diversas características da cultura manuscrita. O período que leva à classificação de um livro como incunábulo é, contudo elástico: está vinculada à época de implantação da imprensa nas localidades ou regiões. Devido a isso, Martins (2001) observa que “[...] nos países do Norte europeu, nos quais a arte tipográfica somente atingiu pleno desenvolvimento no último quarto do século XV, o período dos incunábulos se estende até 1550” (p.157). A maior parte dos incunábulos da segunda metade do Quatrocentos é impressa em pergaminho; quando em papel, sua cor amarelada, sua espessura e desigualdade constituem traços distintivos desse tipo de livro (MARTINS, 2001); não apresentam paginação, reclamos ou assinaturas; possuem texto em duas colunas graças ao seu formato de grande tamanho (PINHEIRO, 2003) e podem ser encadernados com placas de madeira revestidas por tecidos valiosos (FROES, 1995). Os incunábulos também se caracterizam pela ausência de título em folha separada, ou

---

<sup>29</sup> *Capitular*: “Letra que se usa no início de capítulo, de nome próprio, de título, de período; capital” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.131)

<sup>30</sup> Reclamo: “[...] é a palavra, ou parte da palavra, ou grupo de palavras que, no final de uma página, de um fólio, ou de um caderno, duplica o início do texto da página, fólio ou caderno seguintes” (DIAS, 2006, p.1). A inscrição da primeira palavra de um fólio ao final do fólio anterior indica a sua sequência, além de adiantar a leitura, pois, uma vez que os livros possuíam um tamanho consideravelmente maior do que atualmente, as ações de virar um fólio e dirigir os olhos até o início do seguinte causava uma interrupção na leitura. Faria e Perição (2008) acrescentam que os reclamos foram utilizados “[...] nos manuscritos e nos primeiros séculos da imprensa; contudo nos primitivos incunábulos os reclamos não estavam presentes” (p.618). A esse fato associa-se a dificuldade do impressor em imprimir tal elemento fora da mancha tipográfica. As autoras ainda afirmam que os reclamos são dificilmente encontrados nos livros modernos.

<sup>31</sup> Assinatura: são inscrições inseridas na parte inferior da primeira página de cada caderno, à direita ou à esquerda ou ao meio (FARIA; PERIÇÃO, 2008), para indicar a sequência dos cadernos que constituíam o manuscrito. Elas podem ser compostas por sinais alfabéticos ou alfa-numéricos (DIAS, 2006).

*frontispício*, sendo o título, ou o assunto do livro apresentado no início do texto, precedido pela marca *incipit*<sup>32</sup>.

É no século XV que se localiza o surgimento da *marca tipográfica*, um símbolo convencional que constitui uma *marca comercial* do impressor ou do livreiro: no referido período, “[...] a marca do livreiro figurava, de modo geral, no rosto e a do impressor, quando existia, no colofão” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.483). Ao final desse século, inicia-se a prática da impressão dos títulos dos livros em uma folha separada, o que equivale ao surgimento da *folha de rosto* (MARTINS, 2001) e, já no século seguinte, as páginas passam a ser numeradas (PINHEIRO, 2003). No período quinhentista, surgem, também, os exemplares em tamanho menor – mais práticos para se carregar – e as encadernações simplificam-se, devido a um processo de substituição da madeira pelo papelão nas encadernações, além de, em determinados exemplares, os tecidos finos serem substituídos por pele de cabra ou pele similar (FROES, 1995). A passagem do século XVI para o século XVII, no que se refere à *ilustração*<sup>33</sup>, é marcada pelo emprego da técnica da gravura em cobre (CHARTIER, 1999).

A partir do Seiscentos, o livro é concebido como objeto decorativo e a biblioteca representava poder, devendo ser composta por livros “essenciais”, que representassem a cultura letrada ou erudita (PINHEIRO, 2003). Nesse período, grandes artistas tiveram suas pinturas reproduzidas em livros, observa Froes (1995).

No século XVIII, multiplicam-se “[...] os pequenos volumes, concisos e manuseáveis, chamados ‘extratos’, ‘resumos’, ‘compêndios’, etc.” (CHARTIER, 1998, p.72). São publicadas, nesse contexto, coleções de múltiplos volumes de obras de um mesmo gênero e essas, juntamente com os dicionários e enciclopédias, podem ser consideradas grandes iniciativas editoriais da época. O destaque da ilustração continua no Setecentos de maneira acentuada, de forma que ela se torna uma forma de linguagem, aponta Pinheiro (2003). As páginas de rosto passam a ser inteiramente ilustradas, e gravuras, florões e vinhetas cobrem as páginas dos livros, por vezes em detrimento do próprio texto: “[...] esta ilustração que invade o livro é, muitas vezes, o único mérito de obras de texto insignificantes ou medíocres” (FROES, 1995, p.19).

<sup>32</sup> *Incipit*: palavra latina que designa as “primeiras linhas de um texto, sobretudo nos manuscritos e incunábulo” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.394)

<sup>33</sup> *Ilustração*: “[...] na obra manuscrita ou impressa, representação pictórica, iconográfica, diagramática ou qualquer outra representação que ocorra no seu interior. Deve ser colocada o mais perto possível do lugar do texto onde é citada. Em sentido geral, é toda e qualquer representação de caráter artístico ou documental. Em sentido restrito, é a representação iconográfica incluída num texto e proveniente de criação artística [...]” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.386)

Em consonância com o pensamento ilustrado do momento, a cultura setecentista luso-brasileira valoriza a leitura dos grandes autores da Antiguidade clássica greco-romana, isto é, a leitura ideal é aquela mediada por um rol de textos específicos cujo acesso, de uma maneira geral, se restringe à elite leitora da época:

A leitura prescrita centrava-se nos textos clássicos e naqueles escritos sob sua inspiração, bem como nos tratados de arte poética e retórica, que teorizavam a produção e regulavam a recepção. O modelo de leitura funda-se no reconhecimento e não na descoberta de algo novo e individual. Leitura é, fundamentalmente, comparação e julgamento. A leitura eficaz é, portanto, aquela capaz de avaliar a proximidade a que determinado texto chegou nas regras de excelência. (ABREU, 1999, p. 222)

Assim, práticas renascentistas guiam as atividades de leitura e de escrita: aquela funciona como um instrumento de *formação de estilo* para esta. A leitura é concebida como fonte de modelos de excelência que deveriam ser imitados na escrita.

No mundo luso-brasileiro, a imprensa chega oficialmente em 1808, com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro. Nesse momento instala-se definitivamente a tipografia em terras brasileiras com o estabelecimento da *Impressão Régia*, criada por meio de decreto régio. Martins (2001) observa que, diferentemente da Impressão Régia, outras tipografias já teriam sido anteriormente instaladas no Brasil, como aquela que teria sido fundada pela Academia dos Seletos em 1752 e outra que teria sido instalada no Rio de Janeiro em 1747, trabalhando particularmente com documentos inéditos da Companhia de Jesus, entre outras. Devido ao fato de que, até a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a metrópole não consentia o estabelecimento de tipografias no Brasil, as tentativas de instalação de oficinas tipográficas não obtiveram sucesso, tendo sido fortemente suprimidas – destruídas e queimadas muitas vezes – “[...] por ordem do governo da metrópole para que não se propagassem ideias contrárias ao regime colonial” (MARTINS, 2001, p.299).

O baixo número de bibliotecas, assim como de escolas, e de tipografias e livrarias, constituem fatores que evidenciam a situação do nível intelectual da sociedade colonial brasileira, concluem Lajolo e Zilberman (2002). Especificamente sobre a impressão e posse de livros, há uma espécie de *estamentização-corporativização* (VILLALTA, 2015, p.224) social: os livros circulam, inclusive aqueles proibidos, em determinados nichos da sociedade compostos pelos indivíduos mais abastados, não sendo acessíveis a uma grande parte da população.

Embora apresentasse tal configuração, Villalta (1998) observa que, ainda que escassa, a propriedade de livros e de bibliotecas no Brasil colonial aumentava em relação aos séculos anteriores. O mesmo autor acrescenta que a *posse* de livros faz parte de um imaginário social que a associa a um *estatuto social* elevado, não implicando, contudo, a posse de livros obrigatoriamente em sua leitura.

A partir do século XIX – contexto da chegada da imprensa ao Brasil – o livro passa por um processo de simplificação em relação a sua estrutura, caracterizado, entre outros aspectos, pela *perda da capa dura* – a encadernação artesanal é substituída pela encadernação realizada por máquinas, o que ocasiona tanto um barateamento no custo do livro quanto um aperfeiçoamento da técnica da encadernação –, pela *redução de seu tamanho* e pela abundância de *ilustrações*, feitas, nesse momento, através de outras técnicas, como a *litografia*<sup>34</sup>, o que, de acordo com Fróes (1995), apresenta a vantagem de possibilitar um maior volume de cópias. Já no século XX, percebe-se que a materialidade do livro já não possui o mesmo significado nem a mesma importância que no passado; assim, o objeto livro passa a ser mais prático e mais confortável para o momento da leitura, conclui Pinheiro (2003).

### 3. 3. 2 Critérios de raridade bibliográfica

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2000),

[c]onstituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

<sup>34</sup> *Litografia*: “processo de gravura inventado, cerca de 1798, por Alois Seefelder, usado para certos trabalho cartográficos ou para impressos comerciais como faturas, cabeçalhos de papel de carta, etc., em que os dados são gravados com uma punção em pedra litográfica de grão muito fino e extremamente polida. Teve um sucesso importante na época romântica e até finais do século XIX. [...] a impressão litográfica pode obter-se diretamente com matrizes de pedra gravadas em relevo, em cavado ou em plano. Foi utilizada nos livros mais ou menos depois de 1820” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.457)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para a política preservacionista do país, os livros são, então, materiais passíveis de tombamento enquanto patrimônio histórico-cultural do Brasil, uma vez que constituem documentos propagadores de informação científica, intelectual, artística e cultural, observa Carteri (2003).

Mesmo que seja mais frequentemente ligado ao livro, Sant’Ana (2001) atenta ao fato de que a qualificação como *raro* pode se associar a periódicos, mapas, folhas volantes, cartões postais, entre outros materiais impressos<sup>35</sup>. Os livros podem ser considerados raros por deterem alguma particularidade especial, por serem conhecidos poucos de seus exemplares, em função do conteúdo que carregam – uma vez que reúnem, registram e transmitem um conhecimento, comenta Pinheiro (2003) – ou de sua forma – neste caso, considera-se a materialidade do objeto livro, e seus aspectos, como a sua confecção<sup>36</sup>.

Colecionadores e instituições podem se interessar por livros raros: para os primeiros, normalmente, o valor de uma obra está associado às características do *objeto* livro, o que faz com que o conteúdo trazido por ele seja de caráter secundário (Sant’Ana, 2001). Assim como no mercado das artes, uma obra bibliográfica pode despertar o interesse de um determinado público, como, por exemplo, por ser o único exemplar conhecido, ou por existir em número reduzido, por se encontrar em boas condições, entre outras razões. É pertinente esclarecer que o conceito de *unicidade*, referente a impressos, é hipotético por partir de uma incerteza sobre a existência de outros exemplares:

---

<sup>35</sup> “Fotografias, manuscritos, gravuras e desenhos são obras únicas e originais, e portanto não recebem esta denominação de obra rara; devem receber, no entanto, o mesmo cuidado dispensado às obras raras em relação à preservação e conservação.” (SANT’ANA, 2001, p.1)

<sup>36</sup> Segundo Pinheiro (2003), o livro enquanto transmissão de informação, de conteúdo, é objeto de interesse da *Bibliografia*. Por sua vez, a *Bibliologia* considera o livro como a própria informação. Cambraia (2005) comenta que a *bibliografia material*, área do conhecimento que se relaciona à *codicologia*, “[...] consiste no estudo da técnica do livro impresso” (p.29). Fazem parte da descrição bibliográfica: a identificação do documento – “nome do autor; título da obra; nome do editor; local de publicação; nome da editora e data de publicação” (p.30) -, a transcrição da folha de rosto e do colofão, a descrição do suporte material, a composição do documento – número de fólios ou páginas, número e estrutura dos cadernos, formato e dimensão das páginas -, a descrição da tipografia – “dimensão da mancha; número de colunas; número de linhas; espécie e dimensão dos tipos; capitulares; numeração; reclamos; assinaturas” (p.30) -, a descrição de particularidades, como as decorações, ilustrações, entre outras, as características da encadernação – “tipo; dimensão; material; natureza e cor da cobertura; decoração; texto na capa; nervos no lombo” (p.30) -, a descrição do conteúdo, informações sobre o exemplar examinado – a cota e nome da instituição detentora do documento – e as descrições prévias – “bibliografia” (p.30).

[...] esse caráter perde força quando nos deparamos com a quantidade de acervos armazenados em porões, em salas anexas, em bibliotecas particulares e indevassadas, em fundos de armários, como ‘livros velhos’, que ‘ninguém quer ler’ e sujeitos à venda como ‘papel velho’ – nesses acervos podem proliferar exemplares do dito ‘exemplar único no mundo’ (PINHEIRO, 1989, p.20-21).

A história e o conteúdo de um livro raro são relevantes para bibliotecas e instituições públicas, independentemente da quantidade de exemplares conhecidos ou de seu valor de mercado (SANT’ANA, 2001). O mau estado de conservação ou a duplicação de um material não constituem problemas para a categorização de um livro como raro, diz Pinheiro (1989). Assim, ainda que constitua um fator de grande relevância, a *idade* de um livro não é o único fator determinante de sua raridade, de forma que

[r]ara pode ser mesmo uma publicação da década de oitenta[do século XX]; mas sua antiguidade determina os peculiares aspectos bibliológicos da página de rosto – da sua inexistência à evolução de nossos dias –; do colofão – do seu detalhamento à simplicidade atual; do título de partida e do título corrente; das licenças e das disposições de textos em linha tirada, colunas ou corandel... (PINHEIRO, 1989, p.20)

Ressalte-se que, ainda que o tempo não seja o principal indicador de raridade bibliográfica, ele determina aspectos bibliológicos associados ao caráter – artesanal ou mecânico – do livro, à página de rosto, ao colofão, às licenças, entre outros (FROES, 1995). A dificuldade de obtenção de uma obra rara, devido ao seu valor monetário e histórico é outro aspecto elencado por Sant’Ana (2001) como indicativo de raridade.

Em suma, os livros antigos dispõem de diversas características que podem assinalar raridade bibliográfica. Em virtude de inexistir no Brasil leis específicas sobre a classificação de livros como raros, as instituições detentoras de acervos adotam procedimentos diferenciados, observa Carteri (2003). O estabelecimento de critérios para a qualificação de uma obra rara possibilita que bibliotecas e colecionadores sejam capazes de distinguir uma obra valiosa das demais e, assim, dispensar-lhe o tratamento adequado, uma vez que as obras raras demandam um tratamento especial.

Pinheiro (1989) sugere que se associe ao conceito de *raridade bibliográfica* as características bibliológicas da obra e, também, sua influência social, econômica e cultural. A autora indica a observação das seguintes características como uma possível metodologia para a qualificação de uma obra como rara:

[...] beleza tipográfica; edições limitadas, numeradas ou personalizadas; limite histórico, definido pelas características artesanais; autores, editores, impressores, tipógrafos e livreiros célebres; ineditismo do assunto, à luz da época em que foi abordado; carência de novas edições de obras muito procuradas; importância histórica de edições comemorativas ou contemporâneas de acontecimento de inegável relevância histórica; e outros (p.21)

O *limite histórico* proposto pela autora faz referência ao período compreendido entre a fase inicial da *produção artesanal* de impressos, no século XV, e o início da *produção industrial* de livros, no início do século XIX; compreende também “todo período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar (p.30) – no Brasil, por exemplo, livros impressos no início do século XIX, se caracterizariam como primeiros incunábulo brasileiros –; finalmente, todo o período marcado por uma fase histórica relevante, que pode ser demarcada por um conjunto bibliográfico ou, ainda, pelo interesse do colecionador – como uma coleção de primeiros números de jornais.

São considerados *aspectos bibliológicos* de impressos, independentemente da época de publicação, a *beleza tipográfica* de obras que possuam aspectos gráficos artísticos; a *natureza e características dos materiais utilizados como suporte na impressão* – como “papel de linho, pergaminho, marcas d’água, tintas, encadernações originais luxuosas, edições de luxo” (PINHEIRO, 1989, p.30); *ilustrações*, no caso daquelas reproduzidas através de procedimentos artesanais, como a xilogravura.

Outro critério indicativo de raridade bibliográfica constitui o *valor cultural* de uma obra: edições esgotadas, especiais, personalizadas, entre outras; obras cujos conteúdos são tratados sob a luz do pensamento de sua época, como obras científicas – que revelam períodos de ascensão de uma determinada área do conhecimento –, “[...] histórias de descobrimentos e de colonização [...], teses; obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como, guerra, seca, fome...[...]; obras desaparecidas, censuradas, “[...] interditas e expurgadas”; livros sobre memórias de famílias “[...] nobres e usos e costumes [...]; edições

[...] originais; [...] edições populares, especialmente romances e folhetos literários, panfletos, papéis impressos e folhas volantes” (PINHEIRO, 1989, p.31). Também são inseridas neste critério as edições de tipógrafos, impressores, editores, desenhistas, renomados na história e as edições de clássicos.

Através da *pesquisa bibliográfica* são encontradas informações, em fontes bibliográficas, que podem apontar unicidade, raridade, preciosidade, celebridade e curiosidade<sup>37</sup>. Nas fontes comerciais, é possível encontrar o preço de uma obra, o que pode, também, indicar raridade bibliográfica.

O último critério levantado pela autora consiste na observação de *características do exemplar*, mais especificamente, características que foram acrescentadas à obra em momento posterior a sua publicação como marcas de propriedade – *ex-libris*<sup>38</sup>, *super-libris*<sup>39</sup>, assinaturas, entre outras –, marcas de artífices ou comerciantes renomados no mercado livresco e, finalmente, dedicatórias de/a personalidades famosas. Pinheiro (1989) acrescenta que, por mais que tais critérios indiquem raridade bibliográfica, é necessário que se observem quais são as obras valiosas à instituição ou ao colecionador a que pertence. Assim, a melhor metodologia para determinação de raridade de um livro será aquela desenvolvida pela instituição que guarda o acervo, por seus responsáveis, especialistas e usuários.

Assim como a maioria das instituições curadoras de acervos raros, a Biblioteca Nacional elaborou critérios indicadores de raridade bibliográfica para seu próprio acervo (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2014). É através do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) que a Biblioteca Nacional divulga sua própria metodologia para determinação da raridade das obras constantes em seu acervo (CARTERI, 2003).

O PLANOR, oficializado em 31 de Outubro de 1983, pela portaria nº19 da Secretaria da Cultura do então Ministério da Educação e Cultura<sup>40</sup> foi criado com o intuito de preservar

<sup>37</sup> Pinheiro (1989) alude ao critério de *curiosidade* aquelas obras cujo assunto foi tratado de maneira diferenciada ou que possua uma apresentação tipográfica incomum.

<sup>38</sup> *Ex-libris*: “Literalmente, é uma expressão latina que significa *dos livros de*. O ex-libris serve para designar toda menção de posse de um livro. Pode ser manuscrito e figurar em qualquer lugar do livro. [...] A identidade do possuidor pode ser indicada pelo nome (por vezes precedido da frase ex-libris) ou suas iniciais, ou eventualmente pelas suas armas, um emblema ou uma divisa. [...] Os primeiros ex-libris apresentavam elementos decorativos de natureza heráldica que, com o passar dos anos e a proliferação do livro, foram dando lugar aos alegóricos” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.321)

<sup>39</sup> *Super-libris* ou *Super-libros*: “Designa uma marca de ex-libris gravada nas pastas superior e/ou inferior de uma encadernação, geralmente guarnecida com as armas, nome, divisa, emblema ou outros elementos relacionados com o possuidor da obra” (FARIA; PERIÇÃO, 2008, p.683)

<sup>40</sup> O Ministério da Cultura torna-se um órgão independente do Ministério da Educação e Cultura no ano de 1985 (BRASIL, 1985).

os acervos bibliográficos brasileiros (PINHEIRO, 1989). Assim, o PLANOR objetiva a identificação, reunião e disseminação, através da Fundação Biblioteca Nacional, das informações acerca dos acervos raros existentes no Brasil, além da orientação sobre procedimentos técnicos de identificação, tratamento técnico e gestão, de acordo com as normas adotadas por essa Fundação.

Segundo a Biblioteca Nacional, podem ser consideradas raras as *primeiras impressões*, datadas do século XV ao XVI, as *impressões datadas dos séculos XVII e XVIII*, as *primeiras impressões brasileiras*, ocorrentes no século XIX, as *edições clandestinas*, as *edições de tiragens reduzidas*, as *edições especiais* (de luxo, para bibliófilos), os *exemplares de coleções especiais* (normalmente os que possuem belas encadernações e *ex libris*), os *exemplares que contenham relevantes anotações manuscritas* (o que inclui as dedicatórias) e, finalmente, as *obras esgotadas* (BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Conforme os interesses do colecionador ou da instituição, diversos aspectos além da datação constituem fatores de qualificação de uma obra como rara. Recomenda-se, então, que os critérios norteadores da classificação de raridade bibliográfica sejam adaptados à realidade de cada instituição, o que, eventualmente, pode fazer com que exista um rol extenso de aspectos que, potencialmente, indiquem raridade de um impresso. Faz-se necessário, então, que a instituição conheça a história de seu acervo e que desenvolva consultas a bibliografias e catálogos especiais, que tragam a descrição de exemplares, a fim de que sua qualificação como *acervo raro* possua fundamento bibliográfico.

O acervo raro existente na Biblioteca do Caraça, local em que se encontram as obras sobre as quais o presente estudo se interessa, segue e adapta às suas demandas os *Critérios de raridade empregados para a qualificação de obras raras*, documento criado e publicado pela Fundação Biblioteca Nacional (2000). Esse documento será apresentado a seguir, bem como a forma como seus critérios são aplicados na instituição caracense.

### **3.3.3 Critérios de raridade bibliográfica adaptados e empregados no acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça**

#### **- As primeiras impressões: livros dos séculos XV e XVI**

As impressões datadas do período entre a primeira impressão, em 1455, e 1500 são denominados, como já exposto, *incunábulo*s. Tais livros apresentam particularidades que revelam uma continuidade dos costumes dos escribas<sup>41</sup>, como anteriormente discutido no item 3.3.1 deste trabalho. Assim, informações acerca da tipografia, do impressor e da data de publicação são fornecidas, no *colofão*, inscrições ao final dos livros em que se localizam o nome do autor e o título da obra bem como o local de impressão, o impressor e a data de publicação. Juntamente com a evolução do colofão a página se desenvolve e, ainda no século XV, os títulos começam a ser impressos em página separada – esse novo hábito se consolida durante os anos finais do século XV e os anos iniciais do século seguinte.

A partir do século XVI, com a propagação da imprensa, o trabalho dos impressores passa a adquirir renome e, então, as *marcas tipográficas* – que identificam os impressores – começam a aparecer nas páginas de rosto. Datam do mesmo período as *censuras*: concessões fornecidas pelas autoridades eclesiásticas e governamentais para que o impressor obtivesse o direito de imprimir uma obra.

O acervo de obras raras do Caraça contém um incunábulo, que representa a obra estrangeira mais antiga do acervo, datado de 1489 e intitulado *A História Natural de Plínio, o Velho* (BRASIL, 2009a, p.3).

### **- As impressões dos séculos XVII e XVIII**

No século XVII, o livro se torna um objeto de comércio; já no século seguinte, os livros impressos se destacam mais pelas ilustrações do que pelo conteúdo que carregam: a página de rosto passa a ser ornamentada e os livros, ilustrados.

### **- As primeiras impressões brasileiras (século XIX)**

---

<sup>41</sup> O documento cita a continuidade do emprego do *Incipit* - que significa *aqui começa*, e contém muitas vezes o nome do autor e o título da obra – e do *Explicit* – que significa *aqui termina*, informação que aparece no final dos primeiros livros e fornece, muitas vezes, o nome do autor e o título da obra (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

A tipografia chega oficialmente ao Brasil no ano de 1808, com a criação da Imprensa Régia, que manteve a exclusividade da imprensa brasileira no Rio de Janeiro até a Independência, no ano de 1822. A partir de 1831, a imprensa brasileira entra em um período de desenvolvimento; por isso, o conceito de raro estende-se a obras impressas no Brasil até 1841.

#### **- As edições clandestinas**

Na Europa, diversas obras foram publicadas clandestinamente em função de motivos políticos e religiosos. Como as obras elaboradas no Brasil deveriam ser impressas em Portugal, ou circulariam em forma manuscrita, é possível perceber que até 1808, data da oficial chegada da imprensa no Brasil, todo material aqui impresso pode ser considerado uma clandestino.

#### **- As edições de tiragens reduzidas**

Trata-se de edições com número específico de exemplares, geralmente reduzidos. Podem ser encontradas em papel especial, numerados e assinados, sendo contudo possível encontrar, em uma mesma edição, diferentes tipos de papel.

#### **- As edições especiais de luxo para bibliófilos**

São edições realizadas nos moldes das obras antigas: normalmente obras do século XX que carregam características das obras dos séculos XV e XVI, como o uso de papel de boa qualidade, folhas soltas ou em cadernos, ilustrações, com tiragem limitada, entre outras características.

**- Exemplares de coleções especiais (com belas encadernações e *ex-libris*)**

É comum que uma obra seja considerada rara em função de pertencer a uma coleção – pertence ao acervo raro da Biblioteca Nacional, por exemplo, a *Real Bibliotheca*, trazida por Dom João VI para o Brasil, entre outras coleções, compradas ou doadas. As coleções possuem *ex-libris* e carimbos como marcas de propriedade e de origem; também é comum encontrar coleções com elaboradas encadernações em couro, veludo, gravadas a ouro, por exemplo.

**- Exemplares com anotações manuscritas**

Determinados exemplares podem ser considerados como raros se possuem informações manuscritas relevantes, que comentem a obra, por exemplo. Dedicatória de autores, de reis, governantes ou celebridades também podem indicar raridade bibliográfica.

**- Edições esgotadas**

A classificação de obras como *esgotadas* exige uma fundamentação bibliográfica – consultas a bibliografias, catálogos especiais, conhecimento histórico do livro, entre outros. Assim, edições consagradas esgotadas, não reeditadas, podem ser consideradas raras.

### **3.3.4 O acervo raro do Caraça**

O prédio que sediava o antigo Colégio do Caraça sofreu grave destruição devido ao incêndio ocorrido no ano de 1968 e, em 1990, passou por um processo de restauração, ocasião em que lá foram instalados um museu, um auditório e uma biblioteca (BRASIL, 2009b). Atualmente, a Biblioteca do Caraça está instalada no segundo andar desse prédio, que também

abriga o Museu, o Arquivo Histórico e Fotográfico do Caraça e, ainda, um Centro de Convenções (ver Anexo 2).

Em 1998, uma bibliotecária e duas assistentes foram contratadas e o acervo da biblioteca começou a ser catalogado. A biblioteca já recebeu financiamentos para projetos que possibilitaram a execução de algumas etapas de conservação do acervo: foram adquiridos, por exemplo, armários deslizantes e estantes (BRASIL, 2009b) assim como, em 2002, o acervo passou por um projeto de conservação (BRASIL, 2009a) em que

[...] as obras raras foram todas higienizadas por processo de varredura folha a folha, realizando-se também a hidratação do couro das capas e a confecção de embalagens de contenção nas obras que apresentavam capas fragilizadas. Em algumas obras foi realizada uma pequena intervenção nas capas com papel japonês e meticolose (BRASIL, 2009b, p.3).

Os documentos elaborados pela Fundação Biblioteca Nacional (BRASIL, 2009a, 2009b) sobre a Biblioteca do Caraça indicam determinados problemas do acervo relacionados à presença de algumas infiltrações, ao controle de luz que incide sobre as obras raras, tanto as em exposição permanente quanto as localizadas nos armários deslizantes, ao monitoramento de temperatura e umidade do ar, e à aquisição de uma mesa de higienização. É pertinente ressaltar que, tendo em vista os danos pelos quais o acervo raro passou ao longo da história – sobretudo o fogo e o manuseio inadequado –, reconhece-se que o acervo encontra-se em “condições razoáveis” (BRASIL, 2009a, p.4).

A Biblioteca do Caraça é constituída por cerca de 30.000 livros, sendo que cerca de 2.000 deles integram o acervo bibliográfico de obras raras<sup>42</sup> (BRASIL, 2009a): as obras raras estão dispostas em estantes deslizantes e separadas por data; os demais livros são dispostos por tema.

O acervo raro da Biblioteca do Caraça contém obras provenientes dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, bem como determinados materiais considerados relevantes para a instituição, como monografias dos séculos XV ao XX, materiais iconográficos dos séculos XVIII ao XX, periódicos do século XX, partituras dos séculos XVIII ao XX (BRASIL, 2009a).

---

<sup>42</sup> Segundo o documento citado, as informações acerca do número de obras do acervo raro do Caraça foi retirada de um inventário datado de 2009.

Nos acervos caracenses, tanto no bibliográfico quanto no fotográfico, constam materiais de grande valor cultural. Conforme aponta parecer técnico sobre eles,

[a] Biblioteca do Colégio do Caraça é importante tanto em seu aspecto bibliográfico (uma vez que resguarda obras raríssimas), quanto histórico. Além disso, a biblioteca também abriga o Arquivo Histórico do Caraça, que reúne documentos e fotografias relativos às atividades e à história do colégio [...] Trata-se, portanto, de um patrimônio histórico e artístico de valor inestimável (BRASIL, 2009b, p.2)

Os critérios indicativos de raridade bibliográfica adotados pela Biblioteca do Caraça baseiam-se naqueles elaborados pela Biblioteca Nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000) e aplicados em seu próprio acervo, conforme observado anteriormente. A obra mais antiga constante no acervo do Caraça é o incunábulo anteriormente citado, datado de 1489 e intitulado *Historia Naturale* (BRASIL, 2009a). Devido a suas dimensões físicas particulares, a obra *Sertum palmarum brasiliensium* (RODRIGUES, 1903) é classificada como o *maior livro* do acervo, e também o mais pesado: os volumes 1 e 2 da obra pesam, respectivamente, 12,5kg e 10,8kg. O livro, cujo conteúdo envolve a temática das palmeiras brasileiras, possui ricas ilustrações feitas pelo próprio autor que se destacam pelos detalhes.

Compõem o acervo raro caracense, ainda, obras que, em consonância com os critérios de raridade bibliográfica propostos pela Fundação Biblioteca Nacional/ PLANOR (2000), apresentem características histórica e culturalmente relevantes. Dessa forma, é também integrante de tal acervo a obra de Almeida (1867), em que podem ser encontradas diversas anotações manuscritas que teriam sido feitas por D. Pedro II na ocasião de uma visita ao antigo Colégio.

Constam, devido, sobretudo, à riqueza de suas ilustrações, uma edição datada de 1697 de *Dom Quixote de la Mancha* (CERVANTES Y SAAVEDRA, 1697), e uma edição monumental de *Os Lusíadas* (CAMÕES, 1956), em que se encontram gravuras de quadros a óleo de pintores renomados. Também se destacam pelas ilustrações o tratado sobre *lentes* intitulado *Oculus artificialis teledioptricus sive sive telescopium* (ZAHN, 1702) e uma edição da Bíblia (18-?) contada através de imagens.

A obra *Oratio dominica in CCL linguas versa et CLXX charaacterum formis* (MARRIETTI, 1870) traz a oração do Pai Nosso em 250 línguas, sendo que a oração em língua portuguesa se localiza entre elas, em 180 caracteres diferentes; também consta no

acervo uma tradução do grego para o latim da obra de Aristóteles *Omnia, quae extant opera* que possui capa em pergaminho. Encontra-se no acervo raro do Caraça, ainda, uma das coleções da edição príncipes dos *Sermões* do Pe. Antônio Vieira, publicada entre 1682-1694 em 14 volumes (Fig. 3). Finalmente, um volume da obra de Figueyredo (1722) pode ser encontrado na instituição caracense, destacando-se tal obra entre as publicações de sua época por apresentar belos modelos de caligrafia e de ornamentação a serem reproduzidos a bico de pena.

Em função do tipo e do histórico da instituição – trata-se de uma antiga instituição de ensino que passou, ao longo da história, por situações específicas, como é o caso do incêndio, ocorrido ao final dos anos 1960, que impõe determinadas condições ao acervo – obras que não necessariamente se enquadram nos critérios fornecidos pela Biblioteca Nacional são qualificados como raras no acervo caracense, a exemplo do livro de partituras intitulado *Canticos Sagrados: à duas ou tres vozes com acompanhamento de piano e órgão collegidos pelos padres da Congregação da Missão* (BOA VIDA, 1875) (Fig. 1) e um livro manuscrito, um caderno de autoria de um ex-aluno do Colégio, *A composição e o estilo: princípios e conselhos* (CRUZ, 1914) (Fig. 2), datado de 1914.

Atualmente, a catalogação do acervo bibliográfico raro do Caraça está sendo disponibilizada na rede, sendo possível encontrar os títulos e determinadas informações acerca das obras dos séculos XV e XVI na página online do Santuário do Caraça<sup>43</sup>; as obras dos séculos seguintes ainda se encontram em fase de catalogação.

---

<sup>43</sup> A catalogação das obras raras já realizada pode ser consultada na página online do Santuário do Caraça: <http://www.santuariodocaraca.com.br/obras-raras-do-acervo-da-biblioteca-do-caraca/>

Figura 1 – Obras raras: critérios específicos da Biblioteca do Caraça.  
*Canticos Sagrados: à duas ou tres vozes com acompanhamento de piano e orgão collegidos pelos  
 padre da Congregação da Missão (BOA VIDA, 1875). Capa e folha de rosto.*

Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

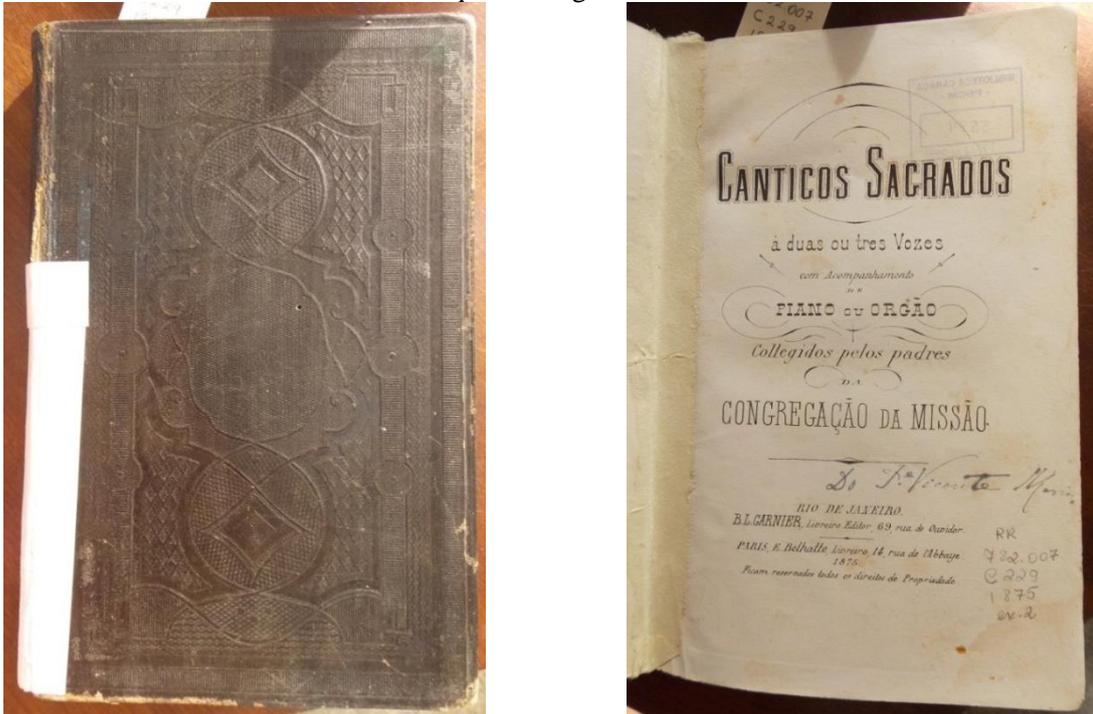
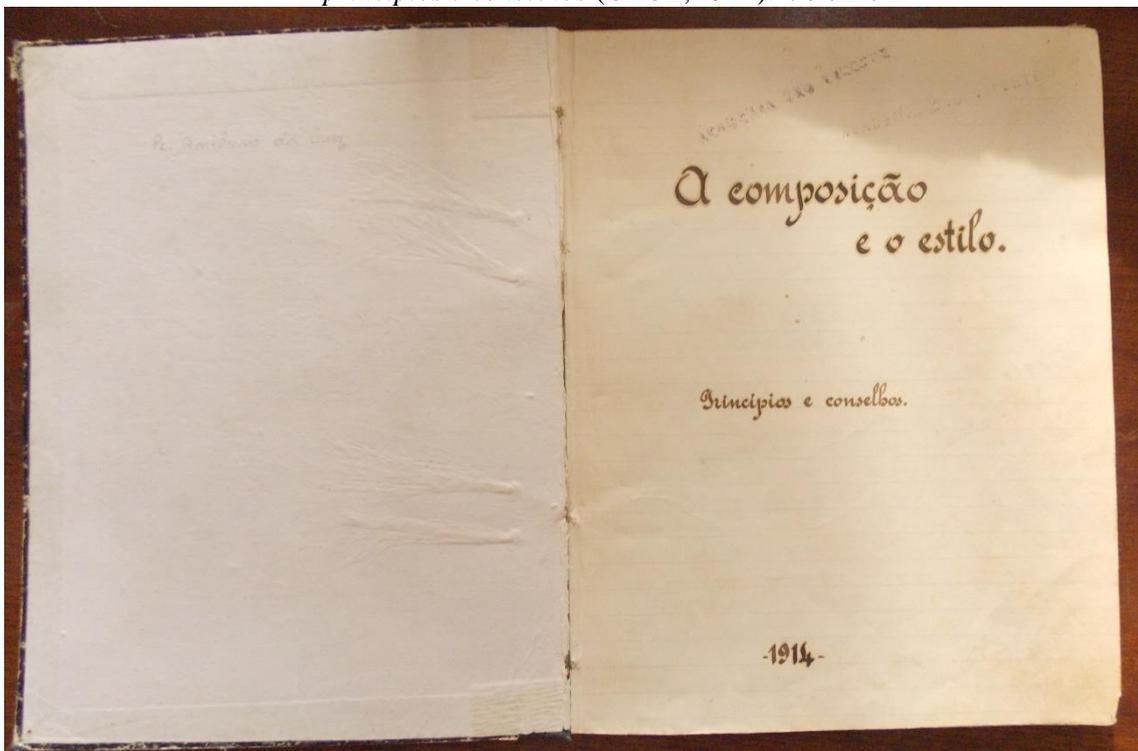


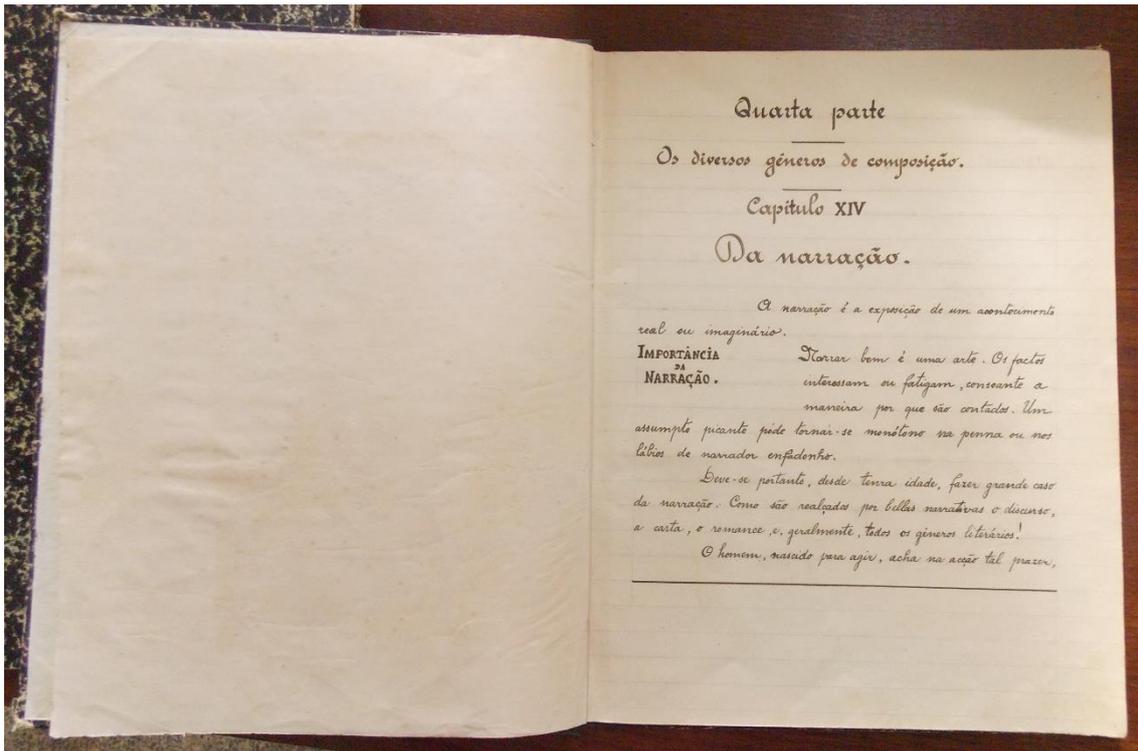
Figura 2 – Obras raras: critérios específicos da Biblioteca do Caraça. *A composição e o estilo: princípios e conselhos (CRUZ, 1914). Volume 1*



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

**Volume 1**





Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

Figura 3 – Obras raras: Os Sermões (VIEIRA, 1682-1694)..

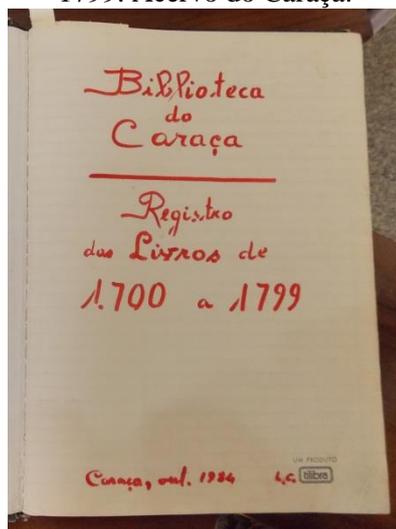


Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

#### 4 Ortografia da língua portuguesa no Caraça: análise de obras setecentistas que integram o acervo raro da Biblioteca do Caraça.

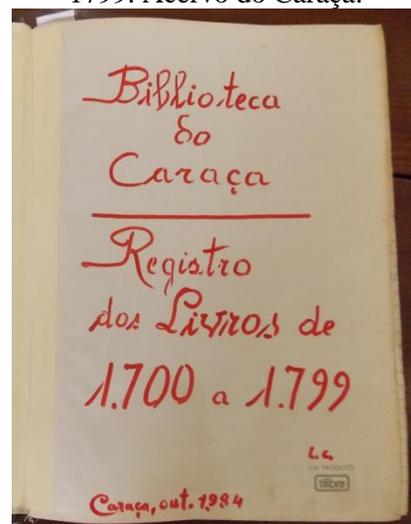
A pesquisa de campo constitui parte essencial deste trabalho, assim, a Biblioteca do Caraça foi contactada em um primeiro momento e, após a apresentação da pesquisadora à bibliotecária responsável pelo acervo – Vera Lúcia Garcia (CRB 6 – n.759) – foi iniciada a exploração do acervo. Conforme exposto no item 2.3.4, somente uma parte do acervo de obras raras se encontra catalogado e os registros antigos existentes sobre o acervo não fornecem informações precisas relativas aos exemplares que constam atualmente na Biblioteca. Os primeiros documentos consultados, então, foram: uma listagem das obras raras fornecida pelas bibliotecárias, e dois livros de registro de obras setecentistas (Fig. 4 e 5). Desses documentos foi retirado um primeiro levantamento das possíveis obras que constituiriam o *corpus* de análise desta pesquisa, sendo que Chorro (1736), Verney (1775) e Palairat (1788) foram identificadas nas estantes, e Figueyredo (1722) se encontra em constante exposição.

Figura 4 – Livro de registro dos livros de 1700 a 1799. Acervo do Caraça.



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

Figura 5 – Livro de registro dos livros de 1700 a 1799. Acervo do Caraça.



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

Através da busca direta nas estantes, foram encontrados, no interior do acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça, livros de natureza vária – compêndios, tratados, manuais – que tratam de línguas, sobretudo do Latim, do Português, do Francês e do Alemão. Como mencionado no capítulo 2 deste trabalho, tais línguas integravam o currículo do Colégio do Caraça.

Foram selecionadas, então, entre as obras raras datadas do século XVIII, aquelas que tratassem de questões ortográficas e trouxessem dados como definições, aspectos linguísticos abordados e exemplos da língua portuguesa. Primeiramente, as obras selecionadas como *corpus* de estudo serão apresentadas no item 4.1, e se seguirá com a análise das informações encontradas nos próximos tópicos.

Ressalte-se que as quatro obras selecionadas – Figueyredo (1722), Chorro (1736), Verney (1775) e Palairret (1788) – trazem, cada uma, determinadas informações acerca da temática ortográfica. Sendo Chorro (1736) e Verney (1775) duas obras que tratam da gramática latina, foram observadas as considerações dos autores sobre a ortografia, mas não seus exemplos, por estarem em Latim. Palairret (1788), por sua vez, apresenta a definição do termo Ortografia e de outros que a ele se relacionam, e, finalmente, Figueyredo (1722), que é a obra de maior destaque neste trabalho, uma vez que trata especificamente da ortografia da Língua Portuguesa, trazendo definições e exemplos nessa língua.

A análise que será apresentada nos próximos tópicos se baseia no referencial teórico discutido no Capítulo 1 deste trabalho. Assim, observou-se, nas obras estudadas, o reconhecimento de uma norma ortográfica, que diferencia formas corretas e incorretas para a língua escrita, que toma a etimologização como fator de uniformização da ortografia da língua portuguesa, conforme Gonçalves (2003) indica. Verifica-se, nas definições e regras ortográficas encontradas, o reflexo do pensamento linguístico e cultural do Setecentos, que valoriza os usos linguísticos dos Antigos e também dos homens letrados da época.

#### 4.1 As obras analisadas

1) **Identificação:** FIGUEYREDO, Manoel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever, & contar.*

**Transcrição da folha de rosto:** Nova Escola para aprender a ler, escrever, & contar. Offerecida a augusta magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeyra parte por

Manoel de Andrade Figueyredo, Mestre desta Arte nas Cidades de Lisboa Occidental, & Oriental. Lisboa Occidental. Na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante. Com as licenças necessarias, e Previlegio Real.

A obra de Figueyredo (1722) localiza-se no Setecentos: impressa sem data, “pelas licenças situa-se em 1722” (GONÇALVES, 2003, p.900):

Licencas do S. Officio

Està conforme com seu original S. Domingos de Lisboa Occidental em 21. De Outubro de 1722.

Fr. Antonio da Cruz

Visto estar conforme seu original pòde correr.

Lisboa Occidental 23. De Outubro de 1722.

Rocha. Fr. Lancastre. Carneyro. Cunha. Teixeyra. Sylva

Do Ordinario

Pode correr visto estar conforme com seu original.

Lisboa Occidental 29. De Outubro de 1722

D. J. Arceb. De Lacedemonia.

Do Paço

Taxaõ este Livro em reis. Lisboa Occidental 3. De Novembro de 1722.

Andrade. Pereyra. Oliveyra. Teixeyra. (FIGUEYREDO, 1722, Licenças)

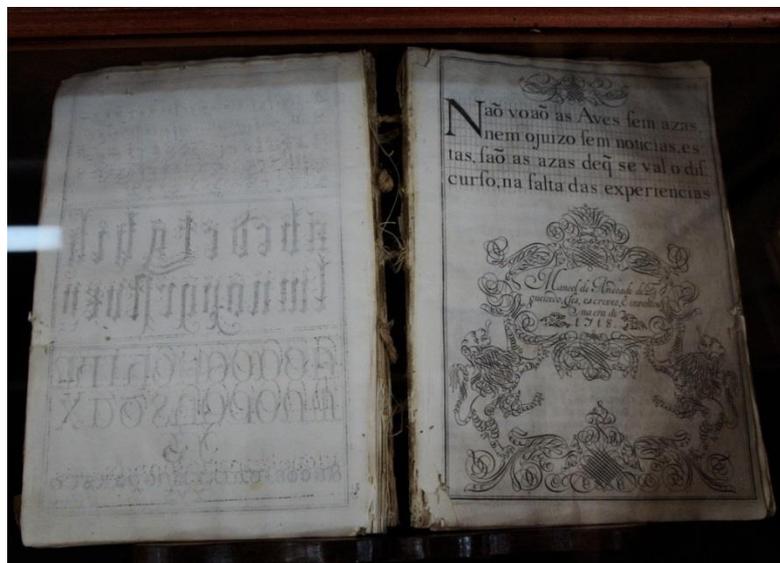
Manuel de Andrade de Figueyredo (1670 – 1735), brasileiro, nascido no estado do Espírito Santo, viveu em Lisboa e se destacou na sociedade em que viveu como calígrafo e mestre de senhores e fidalgos da Corte de D. João V (Gonçalves, 2003). *Nova Escola para aprender a ler, escrever, & contar* (1722) se trata de uma obra de carácter introdutório – como seu próprio nome indica – para leitura e escrita, caligrafia, ortografia e aritmética. O objetivo da publicação de tal obra, assim como a concepção das regras de escrita, ou regras gramaticais, como arte característica do Setecentos, é explicitado em seu Prólogo:

Muytos costumaõ ser (benévolo leytor) os motivos, que ordinariamente se alegaõ antes de sahir à luz qualquer obra; porem nesta hum só me obriga, que he o amor da pátria, pois vejo que todas as outras nações tem publicado livros, que ensinaõ a escrever com regras muyto conformes a Arte; & não sendo inferior a nossa nação Portugueza, nesta parte tem faltado os seus Mestres em darem ao prelo as suas doutrinas, ou seja por se escuzarem ao trabalho, ou por se não exporem à censura (FIGUEYREDO, 1722, Prólogo)

A obra de Figueyredo é dividida em quatro tratados: o “Tratado Primeyro” (p.1-25), trata “da instrucçam para ensinar a ler o Idioma Portugues com brevidade, & sufficiencia para se escrever, assim como se pronuncia” (p.1); o “Tratado Segundo” (p.27-55) “ensina a escrever todas as formas de letras, que ao presente se usaõ, & dos instrumentos para bem se escreverem, com as advertencias, & avizos necessarios para se aprenderem com fundamento, & brevidade” (p.27); o “Tratado Terceyro” (p.57-80) – de que nos ocuparemos para a análise que se seguirá – trata “da orthografia portuguesa” (p.57); finalmente, o “Tratado Quarto” (p.81-156) é o lugar “em que se ensinaõ as oyto especies da Arithmetica de inteyros, & quebrados, com algũas regras pertencentes as Escolas” (p.81).

O exemplar da *Nova Escola* existente no Caraça permanece em constante exposição (Fig. 6), possui uma assinatura e uma rubrica em sua folha de rosto, por isso sabe-se que a obra pertenceu a José Correa do Porto e, também, ao Padre Barthélemy F. X. Sípolis, que teria chegado ao Caraça em 1858.

Figura 6 – *Nova Escola para aprender a ler, escrever, & contar* (FIGUEYREDO, 1722) em exposição na Biblioteca do Caraça.



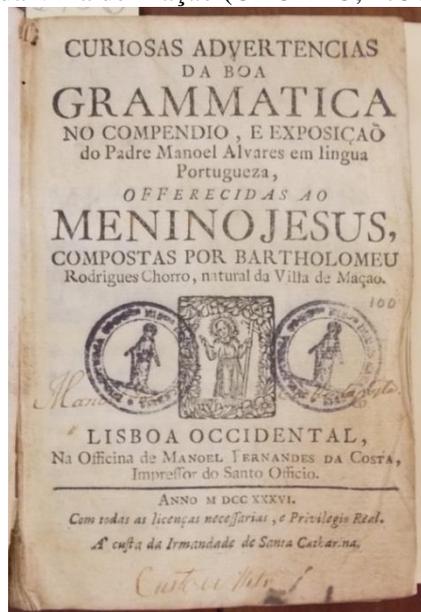
Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

2) **Identificação:** CHORRO, Bartholomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa grammatica* no compêndio, e exposição do Padre Manoel Alvares em lingua Portugueza, offerecidas ao Menino Jesus, compostas por Bartholomeu Rodrigues Chorro, natural da Villa de Maçao.

**Transcrição da folha de rosto:** Curiosas advertencias da boa grammatica no compêndio, e exposição do Padre Manoel Alvares em lingua Portugueza, offerecidas ao Menino Jesus, compostas por Bartholomeu Rodrigues Chorro, natural da Villa de Maçao. Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Officio. Anno MDCCXXXVI. Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real. A custa da Irmandade de Santa Catharina (Fig. 7).

Obra destinada ao ensino da língua latina, as *Curiosas advertências* de Chorro (1736) constituem-se em comentários em língua portuguesa da gramática de língua latina do Padre Manoel Alvares<sup>44</sup> (KEMMLER, 2013)<sup>45</sup>. O exemplar existente na Biblioteca do Caraça constitui uma das edições da obra de Chorro (1736); há, no arquivo digital da Biblioteca Nacional de Portugal, uma edição anterior, datada de 1659<sup>46</sup>. A obra de Chorro (1736) é dividida em três livros que tratam de conjugações verbais, nomes, advérbios, interjeições, conjunções, de partes da oração, da pronúncia das sílabas, de regras ortográficas e do modo de contar as calendas (ou kalendas).

Figura 7 – Curiosas advertencias da boa grammatica no compêndio, e exposição do Padre Manoel Alvares em lingua Portugueza, offerecidas ao Menino Jesus, compostas por Bartholomeu Rodrigues Chorro, natural da Villa de Maçao (CHORRO, 1736). Folha de rosto.



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

<sup>44</sup> *De Institutione Grammatica Libri tres* (ALVARES, 1572)

<sup>45</sup> De acordo com Kemmler (2013), as obras que objetivam comentar em língua portuguesa a gramática latina do Padre Manoel Alvares são denominadas *cartapácios*: mesmo que constituam pequeno volume de publicações, os cartapácios foram produzidos por autores relevantes como Feijó (1729), Chorro (1736) e Freire (1653).

<sup>46</sup> Disponível em <http://purl.pt/24051/1/index.html#/5/html>

3) **Identificação:** Não há indicação de autoria. *Grammatica Latina* tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas, que querem aprendella brevemente, e solidamente.

**Transcrição da folha de rosto:** *Grammatica Latina* tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas, que querem aprendella brevemente, e solidamente. Terceira edição mais emendada. Lisboa, na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXV. Com Licença da Real Meza Censoria (Fig. 8).

O exemplar da *Grammatica Latina* existente no arquivo de obras raras do Caraça, datado de 1775, constitui-se, conforme indicado em sua folha de rosto, na terceira edição da obra. Consta nos arquivos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>47</sup> uma edição anterior, de 1758, cuja autoria é atribuída, nos registros da BN, a Luis Antonio Verney<sup>48</sup>. Trata-se de uma obra destinada ao ensino da língua latina, dividida em três livros e um apêndice: o Livro I trata da Etimologia, o Livro II, da Sintaxe, o Livro III, da Prosódia, havendo, ao final, um apêndice com exercícios. Seu caráter educacional é explicitado em sua *Introdução*: no Capítulo V, denominado *Modo de ensinar a presente Grammatica* (p.50), após comentar a história da gramática latina, os defeitos das gramáticas antigas e modernas e, ainda, os requisitos de uma boa gramática, o autor expõe a finalidade educacional de sua obra:

Com estas reflexoens compuz a prezente Gramatica, nam perdendo de vista o seo fim, que é, ensinar aos meninos o modo de explicar facilmene com regras certas, a orasam ou compozisam dos autores Latinos, para os poder imitar com a mesma certeza (VERNEY, 1775, p.50)

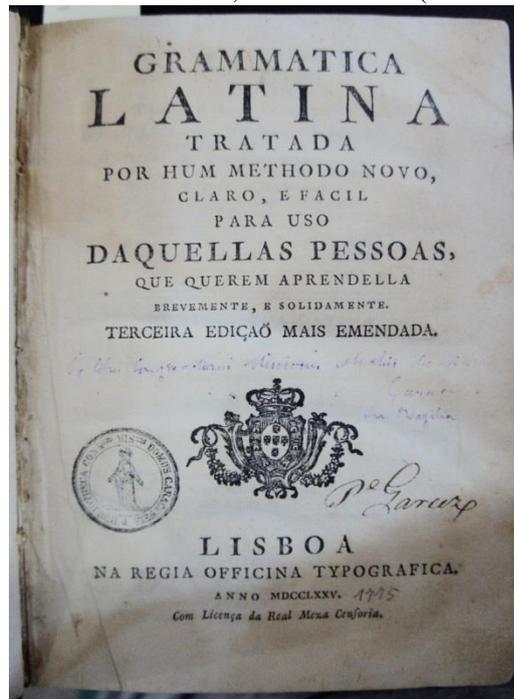
A temática da ortografia aparece nessa obra de modo breve: o parágrafo II, *Partes da Gramática*, do Proêmio – *Da Natureza, e Partes da Grammatica* – introduz a definição de Ortografia enquanto uma das partes constitutivas da gramática; não há, nessa obra, um tópico destinado à exposição dos elementos linguísticos referentes ao domínio da ortografia latina especificamente.

---

<sup>47</sup> Registro da obra na Biblioteca Nacional de Portugal: VERNEY, Luís António, 1713-1792. *Grammatica latina tratada por um metodo novo, claro e facil. Para uzo daquellas pesoas, que querem aprendela brevemente e solidamente*. Traduzida de francez em italiano: e de italiano em portuguez. Barcelona: [s.n.], 1758. - LIV, 274 p. ; 4º (20 cm). Disponível em <http://purl.pt/24184/1/index.html#/61/html>.

<sup>48</sup> Somente em sua quarta edição, datada de 1785, é que há indicação do nome do autor na folha de rosto, em que se ratifica a autoria de Verney: Luiz Antonio Verney, Cavalleiro de Christo e Arcediago da Sé Metropolitana de Évora.

Figura 8 – *Grammatica Latina* tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas, que querem aprendella brevemente, e solidamente (VERNEY, 1775). Folha de rosto.



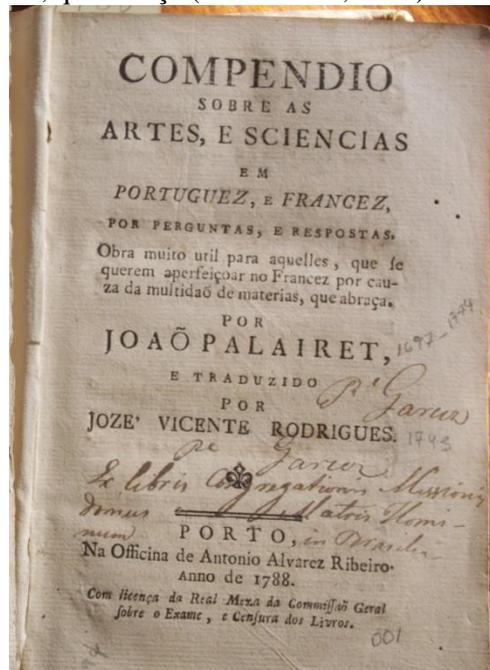
Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

4) **Identificação:** PALAIRET, Joaõ; RODRIGUES, Jozé Vicente (Tradutor). *Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas.* Obra muito util para aquelles, que se querem aperfeiçoar no Francez por cauza da multidaõ de materiais, que abraça.

**Transcrição da folha de rosto:** Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas. Obra muito util para aquelles, que se querem aperfeiçoar no Francez por cauza da multidaõ de materiais, que abraça. Por Joaõ Palairt, e traduzido por Jozé Vicente Rodrigues. Porto, Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro. Anno de 1788. Com licença da Real Meza da Comissãõ Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros (Fig. 9).

O *Compêndio* oferece, através de perguntas e respostas, as definições e devidas exemplificações de diversos termos das artes e ciências organizados em ordem alfabética. Enquanto obra destinada à educação, trata-se de um livro bilíngue que proporciona o contato do leitor com as definições em língua portuguesa e em língua francesa – como o próprio título indica. No que se refere à Ortografia, esse livro fornece uma conceituação do termo como parte do verbete *Gramática* (p.36)

Figura 9 – *Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas*. Obra muito util para aquelles, que se querem aperfeçoar no Francez por cauza da multidaõ de materiais, que abraça (PALAIRET, 1788). Folha de rosto.



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

#### 4.2 *Que couza é Ortografia?: acerca das definições*

A Ortografia é, em obras setecentistas, normalmente abordada enquanto *parte da gramática*<sup>49</sup>, como exposto anteriormente: no caso de Verney (1775), no *Proemio* de sua *Grammatica Latina*, o autor esclarece que as obras que se destinam a tratar, descrever e ensinar a gramática da língua latina devem ser compostas por quatro *partes*, a *Etimologia*, a *Sintaxe*, a *Prosodia* e a *Ortografia*:

A primeira deve ensinar as diversas especies de palavras, que entram na orasam Latina, e a semelhansa, ou diferença das suas terminasoens. A esta chamam os Gramaticos *Etimologia*; ainda que mais propriamente lhe deviam chamar *Analogia*, ou semelhansa das palavras (em que entra tambem a *anomalia* ou diferença das inflexoens &c.) A segunda dve ensinar a unir estas partes, e compor a orasam segundo as regras fundamentais da lingua Latina. E a esta chamam *Sintaxe*, ou *Construisam*. A terceira deve ensinar a pronuncialas com o acento justo, com que as proferiam os Latinos. A esta chamam *Prosodia*. E a quarta deve ensinar, com quais letras se devem, ou

<sup>49</sup> Sendo que a gramática é, no contexto setecentista, contituída pela Prosodia, pela Ortografia, pela Sintaxe e pela Etimologia (CAVALIERE, 2009)

podem escrever esas disoens: nam so para escrever com aquela certeza, com que fizeram os mais cultos Latinos; mas tambem para poder entender os mais belos monumentos da dita lingua, que ainda existem conservados da voracidade do tempo. A esta chamam *Ortografia*. (p.4)

Palairret (1788), em seu *Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas*, confirma o caráter social distintivo do conhecimento do Latim, apresentado anteriormente, na citação acima:

[...] P. Quaes são hoje as linguas, que mais se uzaõ no mundo?  
R. Cinco; a Latina, a Franceza, a Aleman, a Hespanhola, e a Italiana.  
A Latina he absolutamente necessaria as pessoas distinctas, &c. [...] (p.44)

Constituído por perguntas e respostas sobre determinados termos, como indica seu título, o *Compêndio* de Palairret (1788) expõe a definição de Ortografia juntamente à de Gramática, uma vez que integram o verbete *Da Grammatica* (p.39) diversas perguntas acerca das *regras gramaticais*, das *partes da oração*, da necessidade de se *estudar a gramática da língua materna*, e, ainda, sobre as definições de *gramática*, *frase*, *período*, *estilo*, *ortografia*, *partes da oração*. Observe-se que *gramática* é tratada como *arte* – não no sentido atual, de belas-artes, e sim no sentido de técnica, de sistema de regras para se bem escrever, refletindo as ideias do método de ensino escolástico, que propõe o ensino da gramática como tal. Por sua vez, a *ortografia* pressupõe um uso considerado correto em detrimentos de outros, isto é, o uso dos homens doutos deveria ser privilegiado em relação aos usos populares:

P. Que couza he Grammatica?  
R. He uma arte, que ensina a declinar bem os nomes, e a conjugar os verbos, a construir as partes da oração, e a escrever com acerto [...]  
P. Que couza he Ortographia?  
R. He a sciencia, que ensina a escrever as palavras correctamente, e com todas as letras convenientes, e necessarias.  
A Ortographia, que não he inteiramente velha, nem inteiramente nova he a melhor, e esta he a que os melhores autores modernos seguem. (PALAIRET, 1788, p.39, grifo nosso)

Após abordar as questões de leitura, escrita e caligrafia, Figueyredo (1722) passa a discorrer acerca da temática ortográfica esclarecendo que, além bem formada, com perfeição e destreza, a escrita deve obedecer à ortografia, o mais importante requisito para *se bem escrever*, pois os erros de quem escreve – erros relacionados à sobra ou à falta das letras necessárias – podem desmerecer *o bem talhado das letras*:

[...] a Ortographia se diz: recta ordenação das letras do Abecedario, sciencia de saber bem escrever, ou alma da escrita, como outros com razão lhe chamáraõ; porque se esta parte lhe falta, ainda que a letra seja a mais vitoriosa pelo bem talhado, & perfeyto, naõ se lhe pòde dar o titulo de boa escrita, porèm de corpo bem proporcionado sem vida, porque carece de alma, que he a boa Ortographia [...] (p.57).

Dando continuidade às explicações, o autor aponta para a primazia da fundamentação etimológica da ortografia portuguesa no século XVIII, bem como revela certo debate relativo às questões ortográficas da Língua Portuguesa:

E supondo que nesta matéria se jao’ diversas as opiniões, afirmando huns o mesmo, que outros negaõ; com tudo usando das forças da vontade, & naõ do talento, que he pouco; por comprazer aos da minha profiçaõ, darey algumas regras para os meninos, naõ tiradas do meu engenho, porem aprendidas de muytos Autores graves, querendo antes alegar cousas alheyas com humildade, do que jactar as próprias com imprudência (FIGUEYREDO, 1722, p. 58, grifos nossos)

Em consonância com o pensamento linguístico observado nas obras gramaticais do século XVIII, os autores graves a que Figueyredo (1722) e Palairret (1788) se referem, que conferem embasamento às normas ortográficas, são, sobretudo, aqueles que escreveram em língua latina, autores de textos considerados modelares, vistos como parâmetros para outras produções (ABREU, 1999)<sup>50</sup>. Observa-se a mesma referência em diversas obras localizadas no Setecentos, como na de Monte Carmelo (1767), que estabelece que a boa ortografia constitui aquela criada e utilizada pelos homens eruditos:

---

<sup>50</sup> Os autores citados diretamente nas obras consultadas são Cícero e Sêneca.

A Orthografia tracta das Letras; a Prosódia das Syllabas, e Accentos; a etimologia das Dicções; e a Syntaxe tracta da recta uniam das Dicções, conforme as Regras inventadas, ou estabelecidas pelo uso dos Chefes, ou Eruditos (MONTE CARMELO, 1767, p.1-2, grifo nosso)

A orientação normativa do Setecentos faz com que os eruditos defendam os usos linguísticos dos homens doutos. Verney (1746) defende uma proposta de purificação do idioma português através da uniformização dos usos morfológicos e lexicais, o que, de acordo com Maia (2001), revela o caráter reformista da ortografia adotada pelo autor. Monte Carmelo (1767) também recomenda:

[...] devemos fallar, e escrever, como pratica o maior número, nam dos ignorantes, ou *Plebêus*, que corrompem os *Idiomas*, mas dos doutos, e peritos da Corte, os quaes fallam, e escrevem, como direi neste *Compêndio* [...]" (p. 10-12)

Sobre o ensino das regras gramaticais, e consequentemente da ortografia, o autor da Grammaica Latina explica a melhor sequência de estudo entre os elementos da gramática anteriormente elencados – Etimologia, Sintaxe, Prosódia e Ortografia: segundo o autor, seguindo-se o que ele denomina *ordem natural*, a Ortografia e a Prosódia deveriam ser ensinadas antes da Etimologia e da Sintaxe, uma vez que aprende-se a pronunciar e a escrever as letras antes do aprendizado da aplicação das letras e palavras nas orações e da sua origem; porém, por questões didáticas, o autor decide por outra sequência:

E sem embargo de que para comesar por ordem natural, se deveria tratar primeiro da *Ortografia*, e logo da *Prosodia*, para daqui pasar à *Etimologia*, e *Sintaxe*; pois primeiro se devem conhecer bem as letras, e pronunciar as disoens, doque tratar das propriedades das palavras, e uniam delas; contudo como a *Ortografia*, e *Prosodia* para se entenderm bem requerem necessariamente a noticia de varias coizas, que se explicam, ou tocam na *Etimologia*, e *Sintaxe*; e cauzam aos meninos menor dificuldade que esstas duas ultimas; com justa razam os Gramaticos, para facilitrem aos meninos este estudo, seguindo a ordem nam da natureza, mas da doutrina, tratam daquelas dias depois da *Etimologia*, e *Sintaxe*, que sam as mais necessarias, e dificultozas; Contentando-se ao principio com a verdadeira pronuncia do Latim; que se aprende no continuo exercicio de ouvir proferir as palavras, e ver as letras. O que nos tambem faremos. (VERNEY, 1775, p.4-5)

### 4.3 Os elementos linguísticos do domínio da ortografia e os exemplos.

No terceiro tratado da obra de Figueyredo (1722) são expostas as vinte e uma letras que compõem o alfabeto – as vogais e as consoantes – e a maneira como elas formam as sílabas e as sílabas, os nomes. O autor esclarece que não expôs as letras *k* e *y* para evitar confusão entre os principiantes. As letras são, então, classificadas como *vogais* ou *consoantes* de acordo com “a força, & variedade com que se pronunciaõ” (p.58): as consoantes se dividem em *mudas* – *b, c, d, g, k, p, q, t*, recebendo essa denominação pois “[...] não se podem pronunciar, nem soãõ sem ajuntamento da vogal *e* [...]” (p.58) – e em *semivogais* – “As semivogais são *f, l, m, n, r, s*, estas não são taõ imperfeytas como as mudas, nem taõ pouco tem tanta perfeycção de som, que se possaõ chamar de vogaes; pelo que valem meyas vogaes (p.59)”, das quais quatro são chamadas líquidas (*l, m, n, r*); Figueyredo nomina *x, z* de “letras dobradas”(p.59).

Segue-se, então, à exposição das seguintes regras: “Regra Primeyra: Para se escrever letra grande, a que chamaõ Mayuscula” (p.59); “Regra segunda: Da pontuaçaõ das clausulas, notas, E accentos da Orthografia” (p.60), que norteiam a pontuação tanto das frases quanto dos textos e, ainda, a acentuação das palavras; “Regra Terceyra: Para se escreverem os nomes no plural” (p.66). As três regras seguintes regem as grafias dobradas: “Regra Quarta: Das razões que há para se não dobrarem as letras vogaes” (p.68); “Regra Quinta: Das razões, que há para se dobrarem as letras consoantes” (p.69); “Regra Sexta: Para os meninos saberem quando dobraõ as letras consoantes” (p.70). Finalmente, na “Regra Setima: Advertencias para bem escrever” (p.78), encontra-se o tratamento de problemas referentes à representação gráfica, como  $\langle c, s, z \rangle$ ,  $\langle b, p, n, n \rangle$ ,  $\langle i, j, y \rangle$ ,  $\langle u, v \rangle$ .

Em relação à escrita das letras maiúsculas, Figueyredo (1722) considera que todos nomes próprios devem ser escritos com maiúscula no início de uma sentença: o nome de Deus, os nomes dos santos, os sobrenomes – “[...] & advirta-se ao menino, que quando escrever de Mello, de Albuquerque, ou outros, que aquela proposiçaõ, *de*, são letras pequenas” (p.59); os nomes de províncias, de reinos, de cidades, de vilas, de países, de montes, de rios, de fontes, os nomes dos meses, todo nome que seja próprio de uma só pessoa ou coisa, os nomes apelativos de dignidade – como Pontífice, Cardeal e etc. -, os nomes das ciências e artes – como “Theologia, Filosofia, Rethorica” (p.60). São grafados em maiúscula, ainda, todo início de escrita após um ponto, dois pontos – porém, o autor adverte que nem

sempre depois de dois pontos se emprega a maiúscula, somente quando eles fecham um período –, ponto de interrogação e ponto de exclamação.

A segunda regra trata da pontuação das frases e dos textos e acentuação das palavras, assunto que o autor aponta como um dos mais complicados da Orthografia da língua portuguesa. O emprego dos sinais de pontuação é associado às pausas que ocorrem na linguagem falada: “[...] porque como a escritura he hũa representação, do que falamos, para nos darmos a entender, usamos dos sinaes, que adiante mostro” (p.60). Nesse ponto da obra de Figueyredo (1722) são abordados os seguintes sinais: 1. A *vírgula* [,], também denominada *coma*, *inciso* ou *meyo ponto*. Gonçalves (2003) afirma que *coma*, *inciso* ou *meyo ponto* são denominações conferidas à vírgula em ortografias antecedentes à *Nova Escola* que seguem a terminologia latina; 2. O *ponto & vírgula* [;], também chamado de *Colon imperfeyto*; 3. Os *dous pontos* [:], conhecido, ainda, por *Colon perfeyto*; 4. O *ponto final* [.]; 5. O *ponto, & interrogação* [?]; 6. O *ponto, & admiração* [!]; 7. O *parenthesis* [( )]; 8. A *divisaõ* [-]; 9. O *paragrafo* [§]; 10. Os *accentos*, *agudo* [´], *grave* [˘], *circunflexo* [ˆ] (p.60-61).

Além de marcar as pausas necessárias à respiração, Figueyredo (1722) ainda aponta que tais sinais podem se responsabilizar pela perfeição da sentença. Dessa maneira, a primeira função desempenhada pela *vírgula* é a de distinguir, na escrita, a respiração do indivíduo que lê; esse sinal também é empregado após o verbo e suas expansões (os *casos*), antes de conjunção, antes do pronome relativo *que*, entre adjetivos, substantivos e verbos seguidos – os exemplos apresentados são: para os adjetivos, “[...] O que quizer ser verdadeyramente nobre, há de ser virtuoso, prudente, liberal, & constante.” (p.61) –, para os substantivos “[...] As virtudes cardeas saõ quatro, Prudencia, Justiça, Fortaleza, Temperança.” (p.61), para os verbos “[...] Pequey imaginando, fallando, obrando.” (p.61).

O *ponto e vírgula* marca a sentença *imperfecta*, isto é, aquela que não tem seu sentido completo; usa-se o sinal entre palavras ou sentenças contrárias – exemplos: “[...] Ignorey no principio; mas agora alcanço” (p.62), “[...] He inutil o animo, sem o exercicio das forças; mas nem toda a occupaõ he espelho do valor” (p.62). De acordo com o autor, o ponto e vírgula deve ser empregado em situações em que nem a vírgula, nem os dois pontos bastam.

Por sua vez, os *dous pontos* são empregados ao final de sentenças finalizadas – ao contrário do ponto e vírgula, que “deixa suspenso o sentido” (p.62). São usados os dois pontos, também, para se introduzir palavras de terceiros, por exemplo: “Diz Seneca: Aquelles a quem fortuna favorece, priva pela mayor parte do juizo” (p. 62). Saliente-se que, após o uso de dois pontos na introdução de palavras alheias, é necessário o uso de letra maiúscula no início da próxima sentença, salvo se a sentença estiver inacabada, nesse caso usa-se a letra

minúscula, conforme exemplo: “[...] ElRey de França trata pazes com sua Magestade: para isso està Embayxador em Olanda: não há duvida, que haõ de ter effeyto” (p.62).

O ponto, [.], deve ser empregado para finalizar uma sentença, quando “[...] está de todo acabada, & não se deyxá suspenso o sentido” (p. 62). Após o ponto, sempre se usará a letra maiúscula.

Após uma interrogação, “[...] quando perguntamos alguma cousa [...]” (p.63), usa-se o *ponto*, & *interrogação* e, sempre depois dele, emprega-se a letra maiúscula. O *ponto*, & *admiração*, que é usado “[...] no fim de clausula, que pronunciamos com espanto, ou indignação [...]” (p.63), também será sempre sucedido por letra maiúscula. Os exemplos fornecidos são: para o ponto de interrogação, “Se appeteces a virtude, porque a não buscas?”; para o ponto de exclamação, “O quanto cuydado causaõ os bens! ay<sup>51</sup> de ti perguiçozo, & miseravel!”.

O *parenthesis* serve para interpolar palavras alheias ao enunciado, por exemplo, “[...] Discreto com singeleza (que val o mesmo, que prudente sem engano) he virtude propria dos Principes” (p. 63).

De natureza diferente da dos sinais anteriormente discutidos, a marca de *divisão* [-], indicativa de translineação com divisão silábica, se diferencia da marca de *ajuntamento*, caracterizada pelo uso do hífen [-], ou *Hyfea*. Uma palavra que não cabe ao fim de uma regra deve ser dividida e acabar na regra seguinte: quando o vocábulo apresenta consoante dobrada “[...] ficará hũa das consoantes com a vogal antecedente, & a outra irá com a vogal seguinte [...] ag-grava, oc-cupa, ac-çaõ, ter-ra, &c.” (p.63); quando há mais de uma consoante para ser dividida, as vogaes levam consigo cada uma delas, “Estran-geyro, gra-ça, &c” (p.63). Figueyredo (1722) ressalta que a grande necessidade da existência e uso do sinal de divisão está relacionado ao fato de que, ao dividir sílabas, ocasionalmente a primeira parte da palavra dividida pode significar alguma coisa por si só, assim, com o sinal de divisão, os equívocos na leitura podem ser evitados: “entre-poem, cam-po, casta-nha, aonde a primeiyrá parte per sy so tem significação, como *entre*, *cam*, *casta* [...]” (p.64). Em relação ao *ajuntamento* de dois vocábulos, o autor comenta que os antigos usavam o sinal [-v-] para casos como “*menor-v-idade*” (p.64), ou quando se adicionam um “pronome reciproco, ou demonstrativo, como *vio-v-me*, *retirou-v-se*, *ouvindo-v-os*, &c” (p.64), porém, no tempo em que a *Nova Escola* foi elaborada, já se usava outra forma, somente o sinal [-], que serve também para divisão silábica, “*Chanceler-mor menor-idade*, *vio-me*, *retirou-se*, *ouvindo-se*, &c.” (p.64).

---

<sup>51</sup> Observe-se que, embora Figueyredo indique que se use a letra maiúscula após o ponto de exclamação, nesta edição ocorre minúscula no exemplo dado, em “[...]! ay de ti [...]!”.

No que diz respeito à pontuação do texto, ao *paragrafo*, também denominado como *aforismo* ou *artigo*, a ele cabe a função de divisor interno ou de conteúdo do texto. Sempre aparece em um alinhamento distinto do restante das linhas, “mais dentro que as outras” (p.64).

O *accento* é responsável pelo tom que se confere às sílabas na fala, “[...] levantando, abatendo, ou pronunciando sem abater, nem levantar” (p.64). São três os acentos: o *agudo* [´], que “[...] levanta mais a voz [...]”(p.64), o *grave*, que a abaixa, e o *circunflexo*, que “[...] participa de ambos [...]” (p.64).

Para distinguir a conjugação do pretérito mais que perfeito e do futuro, que apresentam semelhanças na escrita, são, também, empregados os acentos: “[...] *Amàra, lèra, ouvira, &* no futuro, *Amarà, lerà, ouvirà [...]*”. No caso do acento circunflexo, o autor oferece os seguintes exemplos: “O verbo *Por*, se accentua, mas não a proposição, *por, &* assim diremos: *Foy-se pôr ao Sol, por causa do frio*: este *accento* no verbo *pôr*, ha de ser precisamente circunflexo, porque o agudo levanta mais a voz” (p.65). Assim, os acentos, segundo Figueyredo (1722), são empregados com o objetivo de se evitar a homografia (Gonçalves, 2003). Ao grupo dos acentos, Figueyredo (1722) une o *apostrofo*, ou *viraccento*, usado juntamente à preposição *de* quando essa é sucedida por vogal, “[...] como *d’armas, d’Almada, &c. [...]*” (p.65), e o *til*, que serve a suprir as letras *m* e *n*, como em *daño, año*, sobretudo em abreviaturas que suprimem uma ou várias letras da palavra.

As normas ortográficas para grafia dos nomes no plural se encontram descritas na regra terceira: todos os substantivos que terminam com vogal, sejam eles monossilábicos ou polissilábicos, no plural, terminarão com *s*, com exceção da vogal *i*, cujo plural se forma através da terminação *ins*. Os nomes terminados em *o* que não tem sua primeira sílaba acentuada, a terão no plural. Assim, os plurais dos substantivos terminados em *a, e, o, u* são marcados somente pela consoante *s*: *caza, cazas, pè, pès, anno, annos, ovo, òvos, peru, perus*. Os plurais dos nomes terminados em *i* se diferenciam: *rubi, rubins*. Os nomes terminados em consoantes recebem vogais para formar seus plurais: para os que terminam com a letra *l*, especificamente os que terminam em *al*, têm o plural com o final *es* – como *mortal, mortaes, animal, animaes*. Figueyredo (1722) assume que, acerca da questão da pluralização dos substantivos, há muitas opiniões divergentes, como a de que, para os nomes terminados em *al*, o plural seria *ays*; assim, o autor recorre à Ortografia de João Franco Barreto (1671) para defender uma analogia com a língua latina, assim como uma correspondência com a língua castelhana – em que se diz, *mortales, animales, finales* e etc.

Os substantivos terminados com a letra *m*, cuja variação constitui na forma *aõ*, “[...] de que usam os modernos [...]” (p.67) devem apresentar o plural *ões*: *trovaõ, trovões; padraõ,*

*padrões*. Fogem a essa regra alguns substantivos terminados em *m* ou em *aõ* que podem, no plural, terminar em *ães* – *cam, cães, escrivão, escrivães, capitão, capitães, pam, pães* –, ou em *ãos* – *Christão, Christãos, irmão, irmãos, saõ, sãos, frangam, frangãos, morangaõ, morangãos* “mas de *villaõ, villões*” (p.67). Para as nasais, *em, im, om, um* encontram-se, respectivamente, as terminações *ens, ins, ons, uns* – *homem, homens, marfim, marfins, bom, bons, debrum, debruns*. Os nomes que acabam em *ar* têm o plural *ares* – *pumar, pumares* –, os que acabam em *s* podem ter o plural terminado com *es, is, os, us* – *conves, conveses, gis, gises, cos, cozes, cuscus, cuscuses*. Neste ponto, Figueyredo (1722) comenta que muitos preferem utilizar a letra *z* na terminação do singular, como em *cuscuz*, que no plural ficará *cuscuzes*. Finalmente, os nomes terminados em *az, ez, iz, oz, uz*, têm, respectivamente, os plurais terminados em *azes, ezes, izes, ozes, uzes* – *paz, pazes, fez, fezes, codorniz, codornizes, foz, fozes, alcatruz, alcatruzes*.

Em relação à grafia dobrada das vogais, Figueyredo (1722) a considera como obsoleta, uma vez que indica que ela foi, em sua maioria, substituída pela acentuação. As vogais dobradas utilizadas pelos antigos são, então, reduzidas a uma única vogal acentuada, como em *maa, mà, paa, pà, Fee, Fè, lii, li, moo, mò, cruu, crù* e, ainda, em “[...] vou *aa Igreja*, [...] vou *à Igreja* [...]” e nas interjeições, “[...] *oo homem* [...] *ò homem*” (p. 68).

Segue-se com a exposição das regras relativas à duplicação consonantal. As consoantes podem ser dobradas de acordo com critérios de diversas ordens. As primeiras elencadas recaem sobre a *natureza das palavras* e o *uso*: Figueyredo (1722) afirma que *gotta* e *cavallo* são palavras grafadas com as consoantes duplicadas devido sua origem latina, *gutta* e *caballus*.

Outras consoantes são dobradas em função da *derivação*, ou seja, nomes ou verbos que derivam de outros nomes ou verbos carregam a marca de suas palavras base, como *gotteyra, gottejar, cavalleyro, cavallaria*; outras pela *significação dos diminutivos*, que terminam em *te*, assim, *fraquette, pequenette, bonitette, azedette*, são grafadas com *t* dobrado, “[...] para significarem diminuição [...]” (FIGUEYREDO, 1722, p.69); certas consoantes dobram em função da *corrupção* dos nomes que vêm do latim e que foram incorporados à língua portuguesa com determinadas modificações, como *ipsum, isso, noster, nosso, vester, vosso, persona, pessoa*; outras dobram por *variação*, refletindo a conjugação dos verbos, *amasse, lesse, ouvisse*; a *composição* faz com que se dobrem as consoantes “[...] mudando-se a ultima letra da preposição em outra tal, com a primeyra do verbo, ou nome composto [...]” (FIGUEYREDO, 1722, p.69-70), por exemplo, *irracional, agravar, appetite*.

O último critério mencionado é o relativo à *pronúncia*, que também sustenta a duplicação de consoantes: em *acçaõ, dicçaõ, occidente, accidente*, a primeira letra *c* é pronunciada; a letra *l* é dobrada quando “[...] carregamos na vogal antecedente, como: *Este menino joga a pella pela rua* [...]” (FIGUEYREDO, 1722, p.70), *pella* e *pela* são grafadas de formas diferentes, pois se pronunciam de maneira diferente<sup>52</sup>; dobra-se *m* em função da pronúncia – “[...] por ser necessario encher mais o som [...]” (FIGUEYREDO, 1722, p.70), como em *immenso, immortal, immundo* –; alguns vocábulos apresentam *n* dobrado como, *anno, Anna, innocente, innovar* – em *anno*, por exemplo, a letra *n* nasalisa o som da vogal anterior; a letra *r* vai variar de acordo com a pronúncia: em *carro* percebe-se a pronúncia *aspera* – vibrante forte –, já em *caro*, a pronúncia *branda* – vibrante simples –, assim, na primeira forma dobra-se o *r*, e na segunda, não. Algo semelhante ocorre com a letra *s*: as palavras *passo, disse, visse*, que carregam o som da sibilante surda, assim como os superlativos *Santissimo, amantissimo, requissimo*, apresentam o *s* dobrado, já as palavras *rosa, riso*, que carregam o som da sibilante sonora, são grafadas com um só *s* intervocálico.

Baseado novamente na Ortografia de Barreto (1671), Figueyredo (1722) propõe que não se dobrem as consoantes *b, d, f, g, p, t*, pois não há distinção entre palavras que as carregam dobradas e as que não o fazem. Por exemplo, pronuncia-se da mesma maneira *Abbate, Abade, addicionar, adicionar, affirmar, afirmar, aggressor, agressor*. Neste ponto do texto, Figueyredo (1722) elabora uma listagem de palavras que devem ter consoantes dobradas, pois considera que nem todos os indivíduos conhecem a língua latina e, portanto, não conhecem a etimologia das palavras.

A sétima regra ortográfica apresentada na *Nova Escola* se dedica à solução de dúvidas de escrita causadas por incertezas acerca de qual letra utilizar em determinados casos. Assim, acerca das grafias terminadas em *s* e *z*, Figueyredo (1722) esclarece: a sibilante surda *z* se usa nos nomes patronímicos – *Fernando, Fernandez, Alvaro, Alvarez* –, nas oxítonas terminadas em *a, e, i, o, u* *rapaz, efficaz, capaz, vez, pez, Portuguez, Inglez, Francez, Juiz, raiz, noz, voz, ormuz, cuscuz, luz*. A exceção para as oxítonas terminadas em *o* são os pronomes *nòs* e *vòs*, que se grafam com *s*. Também se escrevem com *z* as terceiras pessoas dos verbos *fazer, dizer* e *trazer*, e os numerais *dez, onze, doze, treze, quatorze* e *quinze*. O autor informa que muitos não enxergam erro nos finais com *s* dos verbos mencionados e que na grafia das centenas, de *quatrocentos* até mil, utiliza-se *c*.

---

<sup>52</sup> “A letra, *l*, se conhece que dobra, quando carregamos na vogal antecedente, como: *Este menino joga pella pela rua*; donde vemos, que naquelle nome *pella*, carregamos na vogal antecedente, & naõ na palavra *pela*, que nos soa no ouvido sò o *p*.” (FIGUEYREDO, 1722, p.70)

A nasalidade vocálica é marcada por *m* antes de *b*, *p*, *m*, como em *Ambrosio*, *importuno*, *immoovel*. As exceções para essa regra estão contidas na grafia das palavras *circumferencia*, *circumflexo*, por exemplo. Nos demais casos, escreve-se com a letra *n*.

Os usos de *i*, *j* são tratados da seguinte maneira:

Quanto à primeyra, que he, *i*, vogal, ou latino faz syllaba, como nestas palavras *Imagem*, *idea*, *ira*.  
Quanto à segunda, que he, *j*, consoante, usamos della em todos os princípios das syllabas, como se vê nestas palavras, *jasmim*, *jejuar*. (FIGUEYREDO, 1722, p.79)

Em relação ao *y*, *ypsilon*, letra originalmente grega, representa a semivogal anterior aos ditongos, *pay*, *may*, *ley*, *ruyvo*.<sup>53</sup>

A vogal *u* se diferencia da consoante *v* na medida em que a vogal soa “[...] como bramido de lobo [...]” (p.79), como em *utilidade*, *mudo*, *murta*, *segura*, e em todas as sílabas iniciadas por *q* – *quer*, *quin*, *qua*. O *v*, por sua vez, “[...] fere todas as vogaes [...]” (p.79), pois representa a fricativa lábio-dental sonora, como em *viver*, *valverde*, *breve*.

As considerações desenvolvidas por Figueyredo (1722) acerca da temática da ortografia da língua portuguesa no “Tratado Terceyro” (p.57-80) da *Nova Escola para aprender a ler, escrever, & contar*, referem-se aos sistemas *alfabético* e *extra-alfabético* da língua (GONÇALVES, 2003): sobre o sistema alfabético, Figueyredo (1722) expõe as letras do alfabeto e as divide entre consoantes e vogais e discute questões acerca da grafia das letras maiúsculas, a grafia dos substantivos no plural, a duplicação das vogais e consoantes e a problemas de natureza da representação gráfica. Já em relação ao plano extra-alfabético, são expostas e comentadas considerações acerca da pontuação, no nível da frase e do texto, e, ainda, da acentuação das palavras.

Mesmo que se tratem de obras destinadas ao ensino de línguas diferentes, como é o caso de Figueyredo (1722) e Chorro (1736), ambas abordam diversos pontos em comum quando se trata do tema da ortografia: assim como o primeiro, Chorro (1736) trata do emprego das letras maiúsculas antes de nomes próprios, sobrenomes, cláusula ou verso, da pluralização dos nomes, do uso vocálico da letra *u* – concordando com Figueyredo (1722) de

<sup>53</sup> “Quanto à terceyra, y, que seu nome he, ypsilon, he propriamente Grego: usamos delle em todas as syllabas em que há de entrar, i. & não se ouvir o tal, i, & com elle se pronunciarem as vogaes, como pay, may, ley, ruyvo, &c. & não usaremos deste, y, em principio de syllaba, ou dicção.” (FIGUEYREDO, 1722, p.79)

que tal letra deve sempre vir após a letra *q* – e dos valores consonantais e vocálicos das letras *v*, *u*, *i* e *j*. Também são abordadas em Chorro (1736) questões relativas às preposições latinas e às regras de pontuação – em que são tratados sete tipos de sinais de pontuação: a vírgula, o pontos e vírgula, os dois pontos, os parênteses, o ponto de interrogação, o trema e o hífen, normalmente usado na divisão silábica.

No que se refere ao uso das maiúsculas – nos contextos em que Figueyredo (1722) indica –, à distinção das formas verbais do pretérito mais que perfeito e do futuro através da acentuação –, à separação silábica e à fixação dos valores das letras *j*, *i*, *u*, *v*, verifica-se a continuação de um processo que se inicia do século XVII, segundo Garcia (2005), que é o do estabelecimento das formas ortográficas para tais situações: o uso das maiúsculas nos nomes próprios, nos topônimos, nas formas de tratamento, o emprego da acentuação nas formas verbais do futuro, para que se diferenciem do pretérito mais que perfeito, a fixação de regras para separação das sílabas, usando-se o hífen, e separando-se as letras dobradas, entre outros.

No que tange às regras referentes à pontuação, os exemplos fornecidos evidenciam o emprego das matrizes clássicas pelos letrados do Setecentos: as quatro virtudes cardeais – *Prudência, Justiça, Fortaleza, Temperança* –, juntamente às três virtudes teológicas – *Fé, Esperança, Caridade* – compõem o setenário que se associa diretamente ao setenário das Artes Liberais, considera Almeida (2005). Dessa maneira, Figueyredo (1722), através de seus exemplos, introduz o saber escolástico baseado nas matrizes clássicas, o que corrobora as considerações de Gonçalves (2003) de que o Setecentos é marcado pelo retorno da matriz clássica tanto nos aspectos formais quanto nos temáticos, levando a uma revitalização dos modelos dos Antigos.

A autora ainda considera que o emprego dos sinais de pontuação é pautado nas pausas necessárias à respiração,

[...] critério que historicamente é o primeiro a justificar a existência deste tipo de unidades gráficas marginais ao texto, pois serviam apenas de orientação para quem lia em voz alta [...] (GONÇALVES, 2003, p.904)

Considerando-se o caráter propedêutico da obra, Figueyredo (1722) sugere, no que toca ao emprego dos sinais de acentuação, que os estudantes usem somente o acento agudo, pois muitos escritores da língua portuguesa assim o fazem em virtude de muitas palavras se

escreverem com as mesmas letras, como é o caso dos pronomes *nós* e *nos*, *vós* e *vos*, que se diferenciam na escrita pela presença do acento.

*Vós vos arrependereis; nós nos veremos; aonde os primeyros nòs, & vòs se accentuaõ; porque na pronuncia carregamos aquella vogal, o, & os segundos naõ; porque os pronunciamos mais levemente; & assim confòrme os pronunciamos os havemos de accentuar”* (p.65)

Assim, confirmando o caráter linguístico normativo do século XVIII, e ainda o que outros autores da mesma época postulam acerca dos melhores usos a serem imitados, Figueyredo (1722) recomenda que se siga os modelos dos autores que escreviam em língua portuguesa em seu tempo, isto é, que se sigam os usos linguísticos de maior prestígio social, dos eruditos da época

A busca da correção gráfica no étimo latino das palavras pode ser vista como um princípio de uniformização dos usos (GONÇALVES, 2003), por exemplo, quando da pluralização dos substantivos. Figueyredo (1722), ao se deparar com opiniões diversas, recorre à autoridade do ortógrafo seiscentista Barreto (1671) a fim de defender a etimologização de determinadas formas no plural, conforme exposto anteriormente. A etimologização da escrita recaí, principalmente, sobre os grupos consonantais *gn*, *th*, *ph*, *ch*, *rh*, sobre o emprego da letra *y* como semivogal em ditongos, sobre a duplicação das consoantes e sobre a grafia de consoantes que não influenciam na pronúncia.

Acerca das grafias consonantais duplicadas, Figueyredo (1722) justifica tanto o uso quanto a preferência pela grafia de uma única consoante, apoiando-se nas ideias de Barreto (1671), que postula que determinadas consoantes não se devem dobrar por isso não alterar a sua pronúncia. Ainda que tenha optado por não citar a letra *y* na primeira parte de seu tratado sobre ortografia na Nova Escola, Figueyredo (1722) aborda a questão do emprego dessa letra nos ditongos.

Figueyredo (1722) revela uma concepção de ortografia baseada nas noções de correção e elegância dos tratados antigos. O autor lança mão, ainda, da autoridade de Barreto (1671), autor da *Ortografia da lingua portugueza*, que adota um posicionamento contrário à ortografia de base etimológica – sobretudo contra a doutrina de Leão (1576). De maneira geral, a proposta de Barreto (1671) consiste em: *abolição da duplicação das vogais; restrição das consoantes dobradas*, que ficam limitadas às consoantes l, m, n, r e s; *oscilação entre o*

*emprego das letras y e i na representação da semivogal /y/ dos ditongos decrescentes; oscilação entre o emprego das letras o e u na representação da semivogal /w/ nos ditongos decrescentes; abolição do uso da letra h inicial e dos grupos ch, ph, rh e th; restrição do uso da letra y, que fica limitada à representação da semivogal /y/ nos ditongos decrescentes; oscilação entre as letras m e n e o til, além da manutenção do til como sinal de abreviação; abolição da letra c antes da letra t, exceto quando a letra c for pronunciada; abolição do uso da letra m antes da letra n; fixação da separação de sílabas – entre as sugestões deste tópico está a questão da separação das consoantes e de como se sabe quando cada consoantes fica em uma sílaba -; fixação do valor dos acentos agudo e circunflexo – neste ponto, Barreto (1671) comenta a função diferencial dos acentos.*

Uma possibilidade que se mostra, então, é a de que Barreto (1671) constitui uma referência de grande valor para Figueyredo (1722), uma vez que a *Nova Escola* reflete determinadas ideias anteriormente já discutidas em Barreto (1671). Algumas delas seriam as questões da proscricção das vogais dobradas, da limitação das consoantes dobradas às letras *l, m, n, r, s*, da limitação do uso da letra *y* a representar ditongos decrescentes, da opção entre o uso das letras *m* e *n* e do *til* na representação da nasalização e dos usos do *til* como sinal de abreviatura. Observa-se que Figueyredo (1722) apela em diversos momentos para o princípio fonético, da pronúncia, para explicar determinadas grafias, o que influencia suas propostas, como a de não se grafar as vogais dobradas em função de existirem acentos que desempenham a mesma função das vogais dobradas, a de marcar tonicidade.

Ainda que tenha como uma de suas referências uma obra que defenda ideias de uma ortografia que represente a pronúncia, como a *Ortografia* de Barreto (1671), a *Nova Escola* de Figueyredo (1722) recorre à origem latina da língua portuguesa em determinados momentos com o objetivo de justificar certas escolhas ortográficas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a noção de *ortografia* associa-se à noção de *uniformidade* em tempos recentes (MARQUILHAS, 2003), durante os séculos anteriores ao XX, a ortografia se subordinava à pronúncia ou ao étimo latino das palavras. É no século XX que a ortografia começará a ser estabelecida por decretos e leis, isto é, por meio da instituição do Estado. A ortografia da língua portuguesa é normalmente dividida em três períodos: o período *fonético*, em que se propõe que as palavras devam ser grafadas tal qual são pronunciadas; o período *pseudo-etimológico*, em que se busca a origem latina das palavras a fim de se encontrar a correção ortográfica; o período *simplificado*, que se inicia no século XX e se estende até os dias atuais, em que se percebe uma tentativa de simplificação ortográfica em relação ao período anterior (GONÇALVES, 2003). Diferentemente da atualidade, em que o Estado representa a autoridade que fixa as regras ortográficas, em épocas pretéritas, a autoridade vinha de autores graves, que escreveram sobretudo em língua latina, cujos usos linguísticos são considerados modelares.

A temática da ortografia é frequentemente abordada em obras que, desde o século XV, se propõem a tratar de questões gramaticais da língua portuguesa – gramáticas, e compêndios de ortografia, por exemplo. Especificamente no século XVIII, período de tempo sobre o qual este trabalho se debruça, as formas linguísticas consideradas padrões de correção são aquelas empregadas pelos homens doutos, os homens letrados da época. Maia (2001) considera que o estudo de manuais de gramática e ortografia de língua portuguesa antigos não revela a realidade linguística de um lugar nem de uma época, e sim uma realidade filtrada pelo olhar dos autores, que representavam exatamente a camada mais letrada da sociedade e não tinham contato relevante com a língua vulgar. Assim, as formas ortográficas defendidas nos materiais de língua portuguesa não constituem um ideal de correção e correspondem à realidade linguística de uma pequena parcela da sociedade.

Assim como nos outros colégios existentes no Brasil nos séculos XVIII e XIX, no Colégio do Caraça – instituição à qual pertenceram as obras analisadas neste trabalho – predomina o ensino das humanidades, isto é, de conteúdos de base literário-clássica e, sobretudo, da língua latina (ANDRADE, 2000). Neste contexto, confere-se grande prestígio ao Latim, então a língua dos letrados, do saber, uma língua nobre, o que fez com que seu aprendizado fosse de grande relevância nas instituições educacionais de maneira geral e, também, no Colégio do Caraça (CAMÊLLO, 1973). Além do Latim, o aprendizado de línguas

como Português, Francês e Alemão, ocupou lugar de destaque no currículo do Colégio (ANDRADE, 2000).

Foram pesquisadas no interior do acervo de obras raras da Biblioteca do Caraça, obras destinadas ao ensino de língua que abordassem a temática ortográfica com o objetivo de se verificar a concepção de ortografia setecentista nesses materiais. Assim, Figueyredo (1722), Chorro (1736), Verney (1775) e Palairret (1788) foram as obras selecionadas para a análise a que este trabalho se propôs, uma vez que constituem um *corpus* que revela a memória da representação gráfica da língua portuguesa e, também, de uma instituição mineira de ensino, o Colégio do Caraça.

Foram analisadas, então, as definições do termo *ortografia* bem como os aspectos linguísticos considerados do domínio desse tema abordados por Figueyredo e, auxiliarmente, pelos três outros autores; ainda, mobilizamos exemplos extraídos dessas obras, de maneira que fosse possível localizá-las entre as publicações do mesmo tipo provenientes da mesma época e em que se verificasse o eco do pensamento setecentista nesses manuais.

Percebe-se, no *corpus* de análise, a forte presença da etimologização de formas ortográficas, própria da cultura linguística do século XVIII, ao mesmo tempo em que, para determinados aspectos, busca-se a referência na pronúncia, como é o caso das orientações em torno do emprego dos sinais de pontuação em Figueyredo (1722); recomenda-se, também, que se sigam os usos linguísticos dos Antigos, bem como dos homens doutos da época, que escreviam em língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. P. 213-233. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Marcia Abreu (Org.), São Paulo: FAPESP, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do XIX). *Revista de história regional*.v. 19(2), p. 282-297, 2014.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Escrever, ler e rezar. *Revista do Arquivo Público mineiro*. Belo Horizonte, vol.48, p.22-35, Jan.-Dez./2012
- ALI, Manuel Said. *Gramática Secundária da língua portuguesa*. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- ALMEIDA, Milton José de. O triunfo da escolástica, a glória da educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.26, n.90, p.17-39, Jan./Abr. 2005. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a02v2690.pdf>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2016)
- ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado ou biografia e estudo da história política contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1867.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ARISTOTELES. *Omnia, quae extant opera*. Veneza: Apud Cominum de Tridino, Montisferrati, 1560-1576.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BARRETO, João Franco. *Ortografia da lingua portugueza*. Lisboa: na officina de Joam da Costa: a custa de Antonio Leyte mercador de livros, na Rua Nova, 1671.
- BECHARA, Evanildo. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. In: SILVA, Maurício (Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p.12-16.

BIBLIA SAGRADA. Ilustrações. Alemão. Die bibel in Bildern. Von Julius Schonor von Carolsfeld. Leipzig: Wigand's Verlag [18-?].

BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Obras Raras. Planor. **Crítérios de raridade** [e] **Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: FBN, [2000].

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728, v.6. (Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2016)

BOA VIDA, Pe Luiz Gonzaga. *Canticos sagrados: à duas ou tres vozes com acompanhamento de piano e órgão collegidos pelos padres da Congregação da Missão*. Rio de Janeiro: BJ Garnier/ Livreiro editor, 69, rua do Ouvidor, 1875.

BOLETIM INFORMATIVO PLANOR. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ, ano 14, n.17, 2014. 34p.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRASIL. Decreto N.º 91.144, de 15 de Março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p.4773, 15 mar. 1985.

BRASIL. Decreto nº 6.583 de 23 de Setembro de 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6583-29-setembro-2008-581372-norma-actualizada-pe.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

BRASIL. Lei nº 2.623 de 21 de Outubro de 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2623-21-outubro-1955-361163-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional/PLANOR. *Parecer Técnico*. Rio de Janeiro, 2009a. 12p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional/PLANOR. *Parecer Técnico de preservação de acervos*. Rio de Janeiro, 2009b. 20p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura. Portaria nº 19 de 31 de outubro de 1983. Cria o Plano Nacional de Restauração de Obras Raras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.121, n.213, p.18744, 7 nov. 1983. Seção 1.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.16 n.44 Jan./Abr. 2002 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci_arttext). Acesso em: 29 de Maio de 2015.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício (Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p.17-52.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (23) p. 137-151, Jul/Dez, 1992.

CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática referente à língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

CAMBRAIA, César Nardeli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÊLLO, Maurilio. *Caraça: centro mineiro de educação e missão (1820-1830)*. Belo Horizonte: Imprensa Nacional, 1973

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: LEP, 1956.

CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Editora Nacional, 1963. Coleção Brasileira.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARRATO, José Ferreira. Um hospício português em Minas Gerais. *Revista de Guimarães*. p.15-36, 1972. (Disponível em: [http://www.csarmento.uminho.pt/ndat\\_63.asp?filtro\\_ano=1972](http://www.csarmento.uminho.pt/ndat_63.asp?filtro_ano=1972). Acesso em: 10 de Novembro de 2014)

CARTERI, Karin Kreismann. O livro raro e os critérios de raridade. *Revista Museu: cultura levada a sério*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: [http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=5484](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5484) . Acesso em: 1/11/2015.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramatica do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALIERE, Ricardo. A metalinguagem ortográfica na tradição gramatical brasileira. In: SILVA, Maurício (Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p.149-164.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Vida y hechos del ingenioso Cavallero Don Quixote de la Mancha*. Antuerpia: Henrico Y Cornelio Verdussen, 1697.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1994.

CHORRO, Bartholomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa grammatica no compêndio, e exposição do Padre Manoel Alvares em lingua Portugueza*, offerecidas ao Menino Jesus, compostas por Bartholomeu Rodrigues Chorro, natural da Villa de Maçao. Lisboa Occidental: Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Officio, 1736.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRUZ, Antônio da CM. *O centenário do Caraça*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1920.

CRUZ, Antonio da. *A composição e o estilo: princípios e conselhos*. Catas Altas: Colégio do Caraça, 1914. (Manuscrito)

DIAS, Elisângela Nivardo. A produção do livro impresso e os reclames. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 10, 2006, Rio de Janeiro, RJ. *Cadernos do XCNFL...* n°09 – Filologia e Ecdótica. Rio de Janeiro: 2006. (Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/9/06.htm>. Acesso em: 18 de nov. de 2015.)

DIAS, Elisângela Nivardo. *Subsídios para um estudo do reclame a partir de manuscritos e impressos em português (séculos XVI a XIX)*. 2006. 98f. .Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas., Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. Cultrix, 1978.

DUPRONT, Alphonse. *Qu'est-ce que les Lumières?* Paris: Éditions Gallimard, 1996. (Disponível em: <http://flipbook.cantook.net/?d=%2F%2Fwww.edenlivres.fr%2Fflipbook%2Fpublications%2F27457.js&oid=3&c=&m=&l=&r=&f=epub>. Acesso em: 12 de Abril de 2016)

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, o texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc*. Lisboa: Guimarães, 1988.

FIGUEYREDO, Manuel Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa Ocidental: Oficina de Bernardo da Costa Carvalho, 1722.

FROES, Rosana Carla. *Obras raras no Brasil: Estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções*. 1995. 155p Dissertação (Mestrado) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Na Officina de Antonio Gonsalvez, 1574.

GARCIA, Afrânio da Silva. *História da ortografia da Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

GOBLOT, Edmond. *A barreira e o nível. Retratos de burguesia francesa na passagem do século*. Campinas: Papyrus, 1989.

GONÇALVES, Maria Filomena. A normalização da língua portuguesa no século XVIII e o Verdadeiro Método de Estudar de Luís António Verney. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, nº37/38, p.83-109, 2009/2010.

GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior/ Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KEMMLER, Rolf. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino portuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas*. Santiago de Compostela, n.19, pp. 145-176, 2013. (Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34567/1/Veredas19_artigo9.pdf?ln=pt-pt). Acesso em: 15 de Janeiro de 2016)

KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (Org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p.53-94..

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: a leitura e o livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia da Lingoa Portugueza: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem escrever a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaelquer outras, que da Latina teem origem*. Lisboa: Per João de Barreira Impressor delRei N.S, 1576.

MAIA, Clarinda de Azevedo. O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo. In: THIELEMANN, Werner (Ed.). *Século XVIII: Século das luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TFM, 2001. p. 33-50

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

MARRIETTI, Pedro Juan, 1694-1774. *Oratio dominica: in CCL linguas versa et CLXX characterum formis*. Roma: S.S. Propaganda Fide, 1870.

MARTIN, Robert. O escrito como espaço de convenções. In: CATCH, Nina (Org.). *Para uma teoria da língua escrita*. Editora Ática, 1996, p.53-63.

MEGALE, Heitor *et al.* Crítica Textual: análise grafemática e pesquisa linguística. *Veredas*. Porto Alegre, v.8, p.127-146, 2007. (Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/105857?ur=bitstream/10316.2/34542/1/Veredas8\\_artigo7.pdf](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/105857?ur=bitstream/10316.2/34542/1/Veredas8_artigo7.pdf). Acesso em: 3 de Abril de 2015.)

MEIRINHOS, José. O sistema das ciências num esquema do século XII no manuscrito 17 de Santa Cruz de Coimbra (Porto, BPM, Geral 21). *Revista Medievalista online*. Lisboa, n°7, p.1-27, 2009. (Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. Acesso em: 18 de Dezembro de 2015)

MONTE CARMELO, Fr. Luis do. *Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e noas regras, para que em todas as Provincias, e dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosodia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa: Accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem alguma necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em Discursos graves, ou sérios, e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se devem corrigir, ou evitar*. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar em revista online*, Curitiba, n.31, p.169-189, 2008. (Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 de Setembro de 2015)

PALAIRET, João. *Compendio sobre as artes, e sciencias em Portuguez, e Francez, por perguntas, e respostas*. Obra muito util para aquelles, que se querem aperfeiçoar no Francez por cauza da multidão de materiais, que abraça. Jozé Vicente Rodrigues (Trad.). Porto: Na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1788.

PEREIRA, Bento. *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina & portugueza para se ajuntar a prosodia ordenadas pelo author della o p. d. bento pereyra...dividem-se em tres partes a primeira he das regras commuas a lingua latina & portugueza. a segunda he das tocantes só a latina. a terceyra he das tocantes só a portugueza*. Lisboa : Por Domingos Carneyro, 1665

PINHEIRO, Ana Virgínia. O espírito e o corpo do livro raro: fragmentos de uma teoria para ver e tocar. *Revista Museu: cultura levada a sério*. Rio de Janeiro, 2003.

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

QUINTÃO, Aluizio Alberto da Cruz. O Caraça e a Revolução Liberal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. XXXVIII, p.65-73, Belo Horizonte, Ago./2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RODRIGUES, João Barbosa. *Sertum palmarum brasiliensium*. Bruxelas: 1903. 2v.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/7/texto>. Acesso em: 30 de setembro de 2015)

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.

SARNELIUS. *Guia sentimental do Caraça*. Belo Horizonte: Imprensa Nacional, 1953

SELIGARDI, Sérgio Cristóvão. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas gerais, 1750-1850. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº57, p.230-267, Jun/2014.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa* (Tradução: Celso Cunha). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídio para sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

VERA, Álvaro Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa : Mathias Rodriguez, 1631.

VERNEY, Luis Antonio. *Grammatica Latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas, que querem aprendella brevemente, e solidamente*. Terceira edição mais emendada. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1775.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional: simplificação e unificação sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Lisboa: Off, Miguel Deslandes, 1682-1694.

VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial. In: MATTOSO, Katia de Queiroz; MUZZART, Idele; SANTOS, Fonseca dos; VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*, v. 2. Belo Horizonte : Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 290-311.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Que se Fala e o Que se Lê: Língua, Instrução e Leitura. In: *História da Vida Privada no Brasil I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.331-445.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censuras e contestações*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015.

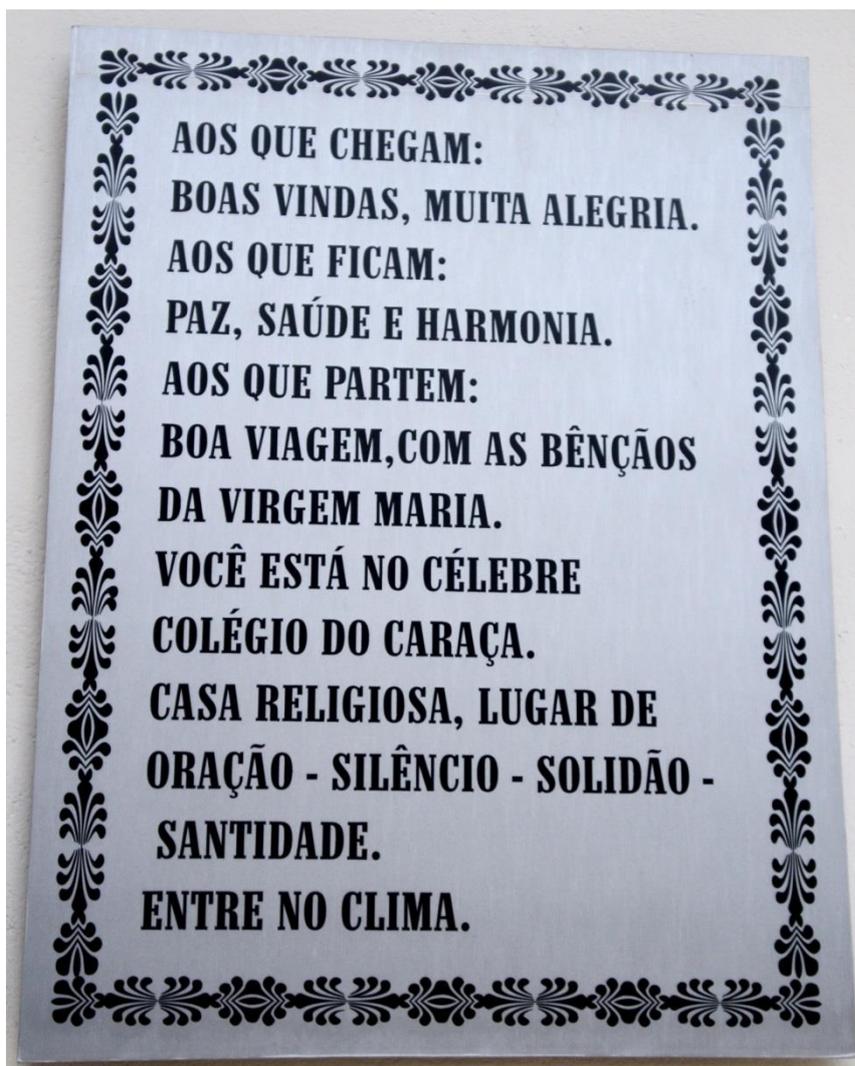
ZAHN, Johannes. *Oculus artificialis teledioptricus sive sive telescopium*. Nuremberg: Typ. E. Adelbunery, 1702.

ZICO, Tobias C.M. *Caraça, ex-alunos e visitantes*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

ZICO, Tobias C.M. *Caraça, peregrinação, cultura e turismo*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1982

**ANEXOS – Acervo fotográfico**

Anexo 1 – Inscrição próxima à Igreja



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

Anexo 2 – Prédio em que atualmente funcionam a Biblioteca do Caraça, o Museu, o Arquivo Histórico e Fotográfico do Caraça e o Centro de Convenções



Fonte: Arquivo fotográfico da autora.